MUNICÍPIO DE POMBAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Nº 0001/AM/20, de 28/02/2020

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezasseis horas e trinta minutos, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, João Paulo Antunes dos Santos, Manuel Sobreiro Ferreira, António Batista Pedrosa, Felismino da Conceição Neves Carreira, André Tasqueiro, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Edite Maria Pascoal da Silva, Pedro Daniel Jordão Ferraz, Rui Acácio Cruz da Silva Santos, Nicolle Lourenço, Maria da Conceição de Freitas Anastácio, Edgar Jacinto Domingues Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Aires da Conceição da Ponte, Maria Fernanda Emiliano Pereira Domingos, Manuel Simões Rodrigues Marques, Claúdia Sofia de Almeida Oliveira Caetano, João Patrício Dias Ferreira, Elisabete Maria dos Santos Alves, Carlos António Gameiro Lopes, Manuel de Sousa Lopes da Mariana, Joel Bouça Gomes, Henrique Jorge Magalhães Menezes Falcão, Liliana Silva, Adelina Gonçalves da Silva, Célia Margarida Narciso da Silva Cavalheiro, Sandra Cristina Costa Barros, Humberto Margarido Lopes, Sílvio da Mota Santos, Gonçalo José Simões Ramos, José Manuel Pedrosa Marques, Manuel Virgílio Gaspar Lopes, Nelson da Silva Pereira, Pedro Alexandre Faustino Pimpão dos Santos, Paulo Manuel Lucas Duarte, Daniel Ferreira, Manuel Henrique Nogueira de Matos, Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves, a fim de apreciar os assuntos constantes da ordem de trabalhos.

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:
Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 06/12/2019;
Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;
Ponto 1.3. Intervenções na generalidade.
Ponto 2 - Período da ordem do dia:
Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;
Ponto 2.2. Eleição de membros da Assembleia Municipal para a Comissão de acompanhamento à execução do protocolo estabelecido entre o Município de Pombal e a Associação de Produtores Florestais de Pombal;
Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Procedimento de Hasta Pública - Alienação de prédios rústicos para afetar à construção Industrial;
Ponto 2.4. Apresentação e discussão do Relatório Anual de Execução do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios de Pombal – Monitorização do ano 2019 – Para conhecimento;
Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2020 e GOPS 2020/2023;
Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o aditamento à 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2020 e GOPS 2020/2023;
Ponto 2.7. Apresentação da 1.ª Alteração Orçamental Permutativa ao Orçamento da Despesa e da Receita de 2020 – Notas Informativas da DGAL – Para conhecimento;
Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Declarações de compromissos plurianuais e dos recebimentos e pagamentos em atraso, do ano de 2019 – Lei 08/2012, de 21/02;

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara relativa à contratação de empréstimo bancário para investimento na construção de várias redes de drenagem de águas residuais;
Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara de designação do júri do procedimento concursal para provimento do cargo de Direção Intermédia de 3.º grau – Chefe da Unidade de Contratação Pública;
Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre aquisição de Serviços de Seguros – Abertura de novo procedimento: Pedido de autorização de despesa e compromissos plurianuais para exercícios seguintes;
Ponto 2.12. Apresentação da listagem relativa à aquisição de bens e serviços para conhecimento da Assembleia Municipal, ao abrigo da autorização genérica deliberada em 20.12.2018;
Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Rede Cultura 2027 – Constituição da Régie Cooperativa;
Ponto 2.14. Apreciação da proposta do Sr. Presidente da Câmara sobre o alargamento ao Ensino Secundário que foi solicitado pelo Externato Liceal de Albergaria dos Doze ao Ministério da Educação e da Ciência – Para tomada de posição;
Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal;
Ponto 2.16. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Diogo Mateus e os Senhores Vereadores, Dra. Ana Cabral, Drª Ana Gonçalves, Eng.º Pedro Murtinho, Dr. Pedro Martins, Eng.º Narciso Mota, Dr. Michäel António e Dra. Odete Alves.

Presidiu à sessão Maria Fernanda Lopes Guardado Marques como Presidente e foram secretários Manuel Sobreiro Ferreira, como 1.º Secretário, e Edite Maria Pascoal da Silva, como 2.ª Secretária.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:
"Vamos dar início à nossa Assembleia Municipal de fevereiro.
Como repararam, a Mesa está incompleta. Eu solicitava à Sra. Deputada Edite Pascoal para ocupar o lugar da 2.ª Secretária, Adelaide da Conceição, que pediu substituição.
Completa que está a Mesa, dar-vos conta de que houve a renúncia de dois Srs. Deputados: o Sr. Deputado Manuel Barros renunciou ao mandato, pelo que foi substituído pelo Sr. Deputado João Patrício Dias Ferreira, a quem peço que ocupe o seu lugar, uma vez que os serviços já identificaram o Sr. Deputado.
A propósito do Sr. Deputado Manuel Barros, ele endereçou um e-mail à Mesa, e eu fazia questão apenas de vos dizer aquilo que ele escreveu no último parágrafo. Passo a ler aquilo que está no e-mail que endereçou à Mesa:
"Ficar-lhe-ia muito grato se na próxima sessão da Assembleia pudesse transmitir a todos os membros dos órgãos municipais, nomeadamente ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, às Sras. e Srs. Vereadores, e às Sras. e Srs. Deputados, os meus agradecimentos pela forma digna como me acolheram e sempre me trataram no âmbito das lides parlamentares."
Está substituído.

Vou agora chamar a Sra. Deputada Liliana Silva, que ocupa o lugar do Sr. Deputado Ricardo Jorge Ferreira, que também renunciou ao mandato. Sra. Deputada Liliana, ocupe o seu lugar. Muito obrigada."

De seguida a Senhora Presidente da Assembleia informou ter recebido os seguintes pedidos de substituições:

"Da Bancada do Partido Social Democrata:

De João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, Nuno Filipe Carrasqueira, que acabou por ser substituído por Edite Maria Pascoal dos Santos Silva;

De Maria Adelaide Pereira da Conceição, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, António Pedro Batista Pedrosa;

De José Gomes Fernandes, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, André Filipe Agostinho Tasqueiro;

De Andreia Sofia Pinheiro Marques, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, João Pedro Abegão Matias que foi também substituído por Maria da Conceição Ferreira Anastácio;

De Cláudia Sofia da Costa Duarte, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, Felismino da Conceição Neves Carreira;

De Cláudia Sofia da Costa Duarte tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, Nuno Carrasqueira, que acabou por ser substituído por Felismino Carreira.

Da Bancada do Partido Socialista:

De Célio Ferreira Fernandes, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, Joel Bouça Gomes;

De Patrícia Inês dos Santos Carvalho, tendo sido chamado a substituí-la a cidadã imediatamente a seguir na lista, Elisabete Maria dos Santos Alves."

Mais informou que as faltas dos Senhores Deputados Manuel António Rodrigues dos Santos e Pedro Manuel Neves da Silva, se encontram justificadas.

Ponto 1 – Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 13/09/2019.

A **Presidente da Assembleia** tomou a palavra como se transcreve:

"A ata foi-vos enviada. Quem vota contra a ata? Quem se abstém? Houve uma aprovação por maioria, com sete (7) abstenções, certamente porque não estiveram presentes na reunião. Aprovada por maioria, com sete (7) abstenções, porque não se encontravam nessa reunião."

Colocada a ata da sessão ordinária de 6 de dezembro de 2019 a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com sete abstenções, por ausência na respetiva sessão.

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.

A **Presidente da Assembleia** passou a dar conhecimento do expediente recebido na Mesa, o qual se encontra disponível para consulta.

A Mesa da Assembleia Municipal de Pombal, apresentou o seguinte voto de pesar:

"Fomos surpreendidos pela notícia do falecimento de Carlos José Mendes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Vermoil.
Carlos José Mendes Santos era um homem de trabalho que desenvolveu vários projetos empresariais ao longo dos anos.
Presidiu à Associação Vizinhos e Amigos de Matos da Ranha e à Associação Clássicos de Vermoil, foi ainda vogal da Associação de Produtores Florestais de Pombal e era voluntário nas brigadas Autárquicas de Proteção Civil e Vigilância Florestal da Freguesia de Vermoil.
Desempenhou funções como membro da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia de Vermoil, tendo sido eleito Presidente da Junta, em 2017.
Pela sua postura ao longo da vida, cultivou o respeito e a amizade daqueles com quem se relacionou, pelo que a Mesa propõe que a Assembleia Municipal delibere:

a) Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos José Mendes Santos, guardando um minuto de silêncio em sua memória; e,

b) Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar."

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar supratranscrito, cumprindo um minuto de silêncio em memória de Carlos Santos.
Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução."
Seguiu-se um minuto de silêncio.
Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD)
"Exma. Presidente da Assembleia, Exmo. Presidente da Câmara Municipal e vereadores:
Gostaria de agradecer este minuto de silêncio pelo Carlos. Ainda me custa um bocadinho a falar, mas em nome de todos os Vermoilenses, e principalmente em nome da família, queria agradecer.
Dar nota de que o objetivo do Executivo que tomou posse é dar seguimento a tudo aquilo que o Carlos tinha definido para a Freguesia de Vermoil. E como nós não podemos deixar as memórias para trás, serão todos convidados, vamos fazer uma homenagem ao Carlos na altura do aniversário dele. Desde já, estão todos convidados a participar e a acompanhar esta homenagem que nós vamos fazer ao Carlos."
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
"Muito obrigada, Sr. Presidente. Uma homenagem muito justa.
Vamos, então, prosseguir a nossa reunião.
Dar-vos conta de que chegaram à Mesa um voto de repúdio e duas moções.
O voto de repúdio pelos atos racistas no futebol, apresentado pela Sra. Deputada Célia Cavalheiro. Tem três minutos para apresentar este seu voto, e depois vamos a votação, para saber se é discutido, ou não, nesta Assembleia. Faça favor."
Célia Cavalheiro (BE)
"Boa tarde a todas e a todos.
"Considerando que:

a) Em 16 de fevereiro de 2019, Moussa Marega, jogador do Futebol Clube do Porto, foi vítima de cânticos racistas no decorrer do jogo entre este clube e o Vitória de Guimarães;

b) Os insultos racistas começaram ainda antes do início do jogo, durante o período de aquecimento. No decorrer do jogo, e depois de ter marcado um golo, a bancada dos adeptos fez ainda tornar mais audíveis os insultos racistas dirigidos a Marega;

c) Os cânticos racistas continuaram no decorrer do jogo, tendo o jogador tomado a decisão de abandonar, aos 69 minutos;

d) Na última sessão da XIII Legislatura, a Assembleia da República, após apresentação de uma proposta de Lei por parte do Governo, aprovou um diploma que imprimiu mais

robustez e multiplicou instrumentos de combate à violência no desporto, nomeadamente ao racismo nos recintos desportivos. Após quase um ano desde a aprovação desse diploma, e com a manutenção de episódios de violência racista, como aquela a que tivemos oportunidade de assistir na partida de futebol em causa, é momento de reavaliar a aplicação desses preceitos legais e a eventual insuficiência dos mesmos;

e) As estruturas representativas do futebol profissional em Portugal, nomeadamente a Federação Portuguesa de Futebol e a Liga de Clubes, têm, nos últimos anos, aderido e proporcionado um conjunto de iniciativas e campanhas em defesa do fair play desportivo e contra o racismo no futebol. Apesar deste esforço, parece, mais uma vez ,ser insuficiente, face à realidade atual."

Assim, queria pedir a esta Assembleia que repudiasse a atitude racista por parte de adeptos do Vitória de Guimarães, e prestar a sua total solidariedade para com Moussa Marega e para com todas as pessoas que não desistem de fazer da prática desportiva uma ferramenta de solidariedade, inclusão e igualdade."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sra. Deputada.

Quem vota favoravelmente a discussão deste voto de repúdio? Quem se abstém? Quem vota contra? Então, este voto de repúdio foi recusado por maioria.

A Assembleia deliberou, por maioria, recusar a discussão do voto de repúdio apresentado pela Bancada do Bloco de Esquerda.

Célia Cavalheiro (BE)

"Só uma questão: aqui, não era para aprovar, era só para dizer se concordavam, ou não."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Sra. Deputada, eu tinha-lhe dito isso, a senhora quis apresentá-lo ainda assim.

Vamos à apresentação da moção, tem três minutos para apresentar a saudação à greve feminista internacional de 8 de março. Faça favor."

Célia Cavalheiro (BE)

"Considerando que:

a) O dia 8 de março, Dia Internacional das Mulheres, é um dia de luta histórica para as mulheres de todo o mundo;

b) Depois de várias décadas de luta, as discriminações de género entre profissões, a dupla jornada de trabalho, com maior peso das tarefas domésticas sobre as mulheres, as desigualdades atravessadas pela pobreza, pelo racismo, pela diversidade funcional e pelos vários preconceitos que criam estigmas sobre quem é diferente ou quem não se encaixa na norma persistem em todo o mundo. Problemas à escala mundial reclamam uma resposta internacional;

c) É reconhecido que não é indiferente a cor da pele, o local de proveniência, de residência e orientação sexual das mulheres, pois é precisamente entre as mulheres negras e imigrantes que estes problemas se agravam, nomeadamente com contratos precários e sem direitos, e onde existe mais racismo e xenofobia;

d) A greve feminista surge de uma proposta feita pelo movimento feminista internacional, que convoca uma greve de mulheres, em defesa dos seus direitos, como forma de mobilização contra a violência, a desigualdade e os preconceitos.

e) Além do seu caráter internacional, a greve feminista é uma greve social, o seu centro é a realidade das mulheres, na vida concreta. Pretende-se dar visibilidade aos trabalhos não contabilizados, nomeadamente aos cuidados informais e domésticos realizados esmagadoramente por mulheres. - A suposta igualdade social que as mulheres teriam alcançado veio a demonstrar-se incompleta, e em alguns casos completamente ilusória;

f) As mulheres são as protagonistas desta mobilização, mas é essencial que nela esteja envolvida toda a comunidade. Pelo mundo, as mulheres têm tomado as ruas nesse dia, marcando-o como um dia de luta, mobilização, reivindicação e resistência. Em Portugal, entramos no terceiro ano consecutivo de organização desta greve, é imperativo que aqui, nesta Assembleia, as nossas vozes se juntem a esse grito contra todas as grandes injustiças, desigualdades e opressões que as mulheres de todo o mundo sofrem, sejam elas a nível económico, racial, jurídico, sexual ou cultural.

Pelo exposto, peço que esta Assembleia delibere:

1 - Saudar a greve feminista internacional, a sua luta, bem como todas as conquistas das mulheres e dos movimentos feministas;

2 - Apelar à participação de todas e todos na manifestação organizada pela Rede 8 de Março, nas cidades deste país;

3 - Remeter este voto à Assembleia da República (Comissão Parlamentar de Direitos Liberdades e Garantias), à CIG – Comissão para a a Cidadania e Igualdade de Género, à CITE – Comissão de Igualdade de Trabalho e Emprego, e às associações e movimentos envolvidos nas iniciativas comemorativas na cidade de Pombal."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sra. Deputada.

Quem vota favoravelmente a aceitação desta moção para discussão? Sr. Deputado, só um bocadinho, porque eu tenho aqui um esclarecimento a fazer, mas vamos agora resolver este assunto. Quem vota favoravelmente a admissão desta moção para discussão? Há um voto favorável. Quem se abstém? Vinte e uma (21) abstenções. Quem vota contra? Portanto, a moção não vai ser discutida.

A Assembleia deliberou, por maioria, recusar a discussão da saudação à greve feminista internacional de 8 de março, apresentada pela Bancada do Bloco de Esquerda.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"A propósito da moção anterior, ou do voto, só para vos dar conhecimento do seguinte: é claro que todos nós condenamos atos racistas, isso não está em questão. Mas, ainda a propósito da moção anterior, ou do voto de repúdio, eu falei com a Sra. Deputada antes de a reunião começar, para ela apresentar isso, sem que, no entanto, merecesse vir aqui. Mas, a Sra. Deputada fez questão de apresentar, está apresentado.

Agora sim, dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Lopes. Faça favor."

Carlos Lopes (PS)

"Sra. Presidente, muito obrigado. Cumprimento V. Exa., os membros da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores.

Para dizer rapidamente o seguinte: Sra. Presidente, com certeza que V. Exa. se lembrará que em fevereiro de 2019, exatamente por causa destas situações que estão hoje a acontecer aqui, nós tivemos uma reunião com os líderes de Bancada, e definimos qual era o procedimento que deveríamos ter relativamente a estas questões de as moções aparecerem assim. E eu recordo – e isto é só para mera pedagogia – que o que ficou combinado entre nós todos, líderes de Bancada, foi o seguinte: se as moções versassem sobre matéria urgente, e que não desse oportunidade de ser inserida na ordem de trabalhos, a Mesa aceitaria, ponderaria, avaliaria, e eventualmente seriam discutidas, e haveria vinte e dois minutos, sendo dois minutos para apresentação, e vinte minutos para as Bancadas as discutirem; todas as moções que não versassem sobre matéria importante e urgente, deveriam ser solicitadas pelos proponentes para serem incluídas na ordem de trabalhos.

Ora, parece-nos que a moção que aqui é apresentada não tem caráter de urgência, e como tal, deveria ser solicitado à Mesa que a incluísse na ordem de trabalhos, para que depois pudesse ser discutida, avaliada e votada em tempo oportuno. Ora, não é isso que está a acontecer.

E portanto, eu relembrava aos Srs. Líderes de Bancada o acordo – é evidente que é um acordo de cavalheiros – que nós tivemos naquela sala anexa a este Salão Nobre.
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Deputado. Tem toda a razão, e muito obrigada por essa lembrança, efetivamente assim foi.
Passo à apresentação da terceira moção: Moção "Segurança – Investir na proximidade – Investir nas pessoas".
Sr. Deputado João Santos, faça favor. Chegou à Mesa, apresentada pela Bancada do PSD."

João Antunes dos Santos (PPD/PSD)

"Sra. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, estimados deputados municipais, ilustre público, funcionários e todos os munícipes que nos acompanham através das redes sociais:
Recentemente, nos últimos meses, todos nós tivemos conhecimento de algumas situações que podem consubstanciar episódios pontuais de alguma insegurança na nossa comunidade, de alguma insegurança na nossa cidade, nomeadamente junto de alguns estabelecimentos de ensino. E obviamente que isso é uma situação que não agradará a ninguém, é uma situação que todos os Pombalenses pretendem ver resolvida, sobretudo pelo sentimento que se possa criar, de alguma insegurança e de alguma perturbação ao normal dia a dia de funcionamento da nossa cidade e das nossas instituições. E portanto, urge responder a esse problema, ou a esse eventual problema. E a insegurança resolve-se com meios, resolve-se com mais meios policiais, e resolve-se com medidas efetivas que possam, de uma vez por todas, combater esse sentimento que ultimamente se tem gerado, que ainda não tem contornos alarmistas – e não é isso que estamos aqui a dizer – mas que, obviamente, merece a nossa preocupação e merece a nossa atenção, e dessa forma, não devemos ignorar aquilo que tem chegado ao conhecimento de todos.
Assim sendo, a Bancada do PSD traz aqui a esta Assembleia a moção que passo, então, a ler:

Moção – "Segurança – Investir na proximidade – Investir nas pessoas"

"A segurança dos cidadãos é uma das funções basilares do Estado e um dos direitos essenciais dos cidadãos, consubstanciado no n.º 1 do art.º 27.º da Constituição da República Portuguesa: "Todos têm direito à liberdade e à segurança".
Considerando que:
- A Polícia de Segurança Pública (PSP) tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da Lei, conforme o n.º 2 do art.º 1.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, encontrando-se na dependência do Ministério da Administração Interna, conforme art.º 2.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto;
- A Esquadra Complexa de Pombal da PSP tem atualmente um número de efetivos inferior ao quadro de pessoal previsto, além de carecer de meios técnicos e materiais para o regular desempenho das suas funções;
- A carência de meios humanos, técnicos e materiais da PSP afeta o normal desenvolvimento da atividade policial;
- O funcionamento das esquadras de polícia, e nomeadamente da Esquadra Complexa de Pombal da PSP, é uma competência do Estado Central, designadamente do Ministério da Administração Interna;
- A manutenção da situação atual e da não dotação da esquadra com os recursos necessários condiciona o normal policiamento do concelho, e constitui um risco para o cumprimento do preceito constitucional acima referido, e uma discriminação para com o concelho;

- Nos termos do disposto na alínea e) do n.º 2 do art.º 81.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cabe às comunidades intermunicipais assegurar a articulação das atuações entre Municípios e os serviços da Administração Central na área da segurança;
Assim, a presente moção propõe o seguinte:
A Assembleia Municipal de Pombal, reunida a 28 de fevereiro de 2020, ao abrigo do art.º 25.º, n.º 2, alínea k), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:
1. Recomendar ao Ministério da Administração Interna a dotação da Esquadra Complexa de Pombal da Polícia de Segurança Pública com os recursos humanos necessários e previstos no quadro de pessoal, bem como dos meios técnicos e materiais indispensáveis ao regular desempenho das suas funções;
2. Solicitar à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria a intercessão junto do Ministério da Administração Interna no sentido de reforçar a recomendação referida no ponto anterior, no âmbito das competências que lhe são atribuídas pela Lei;
3. Reconhecer o empenho, a dedicação e a disponibilidade dos profissionais ao serviço da Esquadra Complexa de Pombal da Polícia de Segurança Pública.
Pombal, 28 de fevereiro de 2020"
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigado, Sr. Deputado.
Vamos agora votar a aceitação, ou não, desta proposta, ou desta moção, para ser discutida. Quem vota favoravelmente a aceitação da moção para ser discutida? Quem se abstém? Quem vota contra? Portanto, esta moção vai ser discutida, com oito (8) votos contra.

A Assembleia deliberou, por maioria, com 8 votos contra, aceitar a presente Moção a discussão.

Dar-vos conta do seguinte: temos vinte minutos para discutir esta moção, temos quatro minutos por força política. Quem se inscreve para intervir?
Dra. Ofélia, faça favor."

Maria Ofélia Moleiro (NMPH)

"Muito obrigada, Sra. Presidente. Cumprimento a Sra. Presidente, os Srs. Secretários, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, colegas deputados.
A minha intervenção vai na sequência da intervenção do Dr. Carlos Lopes. Eu não estou – e penso que nem os colegas que votaram contra – não estou contra o conteúdo da moção, antes pelo contrário, estou plenamente de acordo com o seu conteúdo; só que não a considero urgente ao ponto de não ter sido incluída na ordem de trabalhos, porque os factos a que ela se refere são conhecidos do público, e passados a público pela comunicação social há vários meses. Portanto, houve muito tempo para a Bancada do PSD preparar a sua moção e pedir à Mesa para a incluir na ordem de trabalhos, e ser distribuída com os restantes documentos a todos os deputados. Só por isso é que votei contra, porque se estão a abrir precedentes novamente nesta reunião. Eu não sabia do que tinha sido acordado, porque eu não era líder da Bancada na altura em que foi feita essa reunião a que o Dr. Carlos Lopes se referiu, mas concordo em absoluto com o que foi determinado nessa reunião.
E portanto, embora esteja de acordo, e eu pertencendo à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, posso ser portadora daquilo que se pede na moção; agora, votei contra a discussão neste momento porque não considero urgente, porque houve muito tempo para ela ser incluída na ordem de trabalhos. E portanto, se se criticou a deputada do Bloco de Esquerda pela apresentação constante de moções à última hora, eu também critico esta atitude e o procedimento que foi feito.
Muito obrigada, Sra. Presidente."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sra. Deputada.
Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Lopes."
Carlos Lopes (PS)
"Sra. Presidente, muito obrigado.
Era só, efetivamente, para justificar o sentido de voto da Bancada, exatamente na linha daquilo que a Dra. Ofélia acabou de dizer, que nós subscrevemos na íntegra, porque, efetivamente, existe um acordo, existe um procedimento que todos nós, líderes de Bancada, acertámos, e esse acordo não está a ser cumprido. Lamentamos profundamente que assim não seja, e penso que, por uma questão de coerência, esta moção não deve encaminhar, pese embora nós não tenhamos nada contra o conteúdo da mesma, mas é uma questão de princípio, e uma questão de ética. E nós não pactuamos, de facto, com situações que extravasem aquilo que foi combinado.
Muito obrigado."
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
"Obrigada, Sr. Deputado.
Tem agora a palavra a Sra. Deputada Liliana, se faz favor."
Liliana Silva (CDS-PP)
"Muito boa tarde, Sra. Presidente, boa tarde, Sr. Presidente da Câmara, e todos os presentes nesta sala.
O CDS-PP votou a favor da discussão desta proposta porque entende que este é um assunto de extrema importância na nossa comunidade local. Todos sabemos as notícias que têm vindo aos jornais, na comunicação social, todos sabemos do sentimento de insegurança que está a ser vivido, nomeadamente na comunidade escolar. Portanto, é urgente criar mecanismos que permitam que este sentimento de insegurança seja minimizado. E um deles, é indiscutível a perceção que temos de que o efetivo da PSP de Pombal padece de algumas dificuldades. Sabemos que há pessoas que não estão a exercer a sua atividade em pleno exercício, em virtude de circunstâncias pessoais e provavelmente de saúde – que eu não posso estar aqui a precisar, mas sei que há problemas a nível do efetivo existente em Pombal. Portanto, tem que haver um reforço desse efetivo. Existem esforços no âmbito de outras entidades, eu faço parte de alguns processos de intervenção – que também não entendo que deva revelar aqui, porque são assuntos de outros contextos; no entanto, não podemos esconder que há uma preocupação na nossa comunidade, nomeadamente em torno da comunidade escolar.
Portanto, eu acho que é importante fazer chegar esta moção, e que, efetivamente, se traduza no reforço dos meios em Pombal, quer seja pelo número de efetivos aqui na Esquadra de Pombal, quer seja pelo pedido de reforço ao Destacamento Distrital da Polícia de Segurança Pública. Portanto, acrescentaria, talvez, essa situação, que não havendo possibilidade de aumentar os efetivos aqui – porque todos nós sabemos das dificuldades das forças de segurança neste momento – pelo menos que haja um reforço pelo Comando Distrital de Leiria.
Obrigada."
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
"Obrigada, Sra. Deputada.
Sra. Deputada Elisabete Alves, faça favor."
Elisabete Alves (PS)
"Muito obrigada, Sra. Presidente. Cumprimentos à Mesa, cumprimentos aos restantes colegas e ao Executivo.
A minha intervenção vai no mesmo sentido dos anteriores deputados, Dr. Carlos Lopes e Dra. Ofélia Moleiro, no sentido de que não está a haver coerência aqui na aceitação das moções à última hora, e este facto não dignifica de maneira nenhuma o órgão, e o funcionamento deste órgão.

Para além disso, parece-me que seria de bom tom a Bancada que a apresentou a retirar, no sentido de passar a haver coerência, e passar a ser respeitado aquilo que foi acordado com os membros da Bancada.
Relativamente à proposta em si, obviamente que somos todos a favor de que tem que haver – se não há meios efetivos suficientes, tem que haver esse reforço, e tem que ser pedido esse reforço. No entanto, parece-nos que a moção está incompleta, não refere que tem que haver um esforço também das entidades locais, das entidades envolvidas, nomeadamente a Direção do estabelecimento, nomeadamente o Município, o Conselho Municipal de Segurança, as várias entidades envolvidas, no sentido de resolver problemas de insegurança que se vêm manifestando há anos – não é de agora, e portanto, daí também que esta situação, a apresentação desta moção não é um motivo urgente, estes problemas vêm-se arrastando há anos, têm vindo a ser, quer pela Bancada do Partido Socialista, quer pela vereadora eleita pelo Partido Socialista, têm vindo a ser colocados e têm vindo a ser falados, e tem vindo a ser pedida a solução para esses mesmos problemas. Sei também que a própria Associação de Pais tem vindo também a alertar para esses problemas, publicamente, em reuniões com a Polícia de Segurança Pública, com o estabelecimento, a Escola Secundária. E portanto, estes problemas de insegurança não são novos, e há que olhar para eles. Não sabemos também o que é que o Conselho Municipal de Segurança tem vindo a fazer nessa medida.
E portanto, parece-nos que esta moção é parca naquilo que é a forma de resolução dos problemas de insegurança, estes problemas de insegurança também estão relacionados com uma nova comunidade de imigrantes que foi chegando – aqui há a situação de problemas de insegurança, que tem a ver aqui também com situações de cidadãos de outra nacionalidade que não a portuguesa. E portanto, este assunto não mexe só com a polícia; este assunto mexe com toda a comunidade, com a comunidade educativa, porque isto se passa dentro e à porta de um estabelecimento de ensino, e passa-se também com o Município. Portanto, tem que envolver todas essas entidades. Existem normas, existem regulamentos, existem entidades que têm que, em conjunto, estabelecer uma forma de atuação para resolver este problema de insegurança.
É tudo."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sra. Deputada.
Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor."

Célia Cavalheiro (BE)

"Sem pensar demasiado, eu subscrevo o que disseram os meus três colegas. Eu votei contra, não relativamente ao conteúdo, mas por causa de não haver justiça na apresentação."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Deputado João Santos, se faz favor."

João Antunes dos Santos (PPD/PSD)

"Sra. Presidente, permita-me que divida a minha intervenção em duas partes: a primeira parte, mais relativamente ao procedimento, e a segunda parte, mais relativamente ao conteúdo.
Quanto ao procedimento, Sra. Presidente, eu penso que aquando da votação da moção e do voto de repúdio que foram votados anteriormente, eu acho que não ficou bem claro para a Assembleia que, efetivamente, o que se estava a votar era a admissibilidade ou não admissibilidade à discussão daqueles dois documentos – ou seja, do voto de repúdio e da moção – e que, tanto um, como outro, viram essa admissibilidade rejeitada pela maioria dos membros desta Assembleia. A meu ver – e julgo que no entendimento, pelo menos da Bancada do PSD, e daqueles que votaram contra a admissibilidade desses dois documentos – tem que ver com uma situação sistemática que acontece, e acontece em todo o país, que é que o PCP – e aqui não temos nenhum representante do PCP – e o Bloco de Esquerda têm por hábito, em todas as Assembleias Municipais do país, apresentar sempre propostas e temas que são de âmbito geral, que são de âmbito nacional, que nada têm que

ver com o Município e com os interesses do Município. Isto é uma prática recorrente, um pouco por todo o país, e acontece com o PCP e com o Bloco de Esquerda. E o Bloco de Esquerda aqui também nos tem brindado com esse tipo de situações.
Daí, obviamente que a votação contra esses documentos não tem que ver com o conteúdo dos mesmos; tem sobretudo que ver com o interesse, ou não, para o Município dessa discussão.
Relativamente a esta moção apresentada pelo PSD, acho que ninguém duvida, nesta sala, de que isto é um problema que interessa ao Município e que interessa a Pombal. Obviamente que cabe à Mesa aceitar ou não aceitar, e todos nós sabemos que a Assembleia é soberana sobre aquilo que são as decisões da Mesa. E se a Mesa colocou à apreciação da Assembleia a aceitação ou não aceitação desta moção apresentada pelo PSD, se a Assembleia votou a favor da discussão dessa moção apresentada pelo PSD, é isso que deve acontecer.
Relativamente ao Regimento, já aqui disse em outras Assembleias, tenho algumas dificuldades em perceber como é que andamos aqui há anos e anos, em comissões de revisão e de elaboração de Regimentos atrás de Regimentos, e como é que nós olhamos para o Regimento e ainda existem situações que, efetivamente, não estão previstas, como é esta situação, porque se nós lermos o Regimento com todo o cuidado, percebemos que, realmente, há sempre aqui vazios legais que cabe à Mesa e cabe à Assembleia preencher, que é o que aqui está a ser feito.
Mas, e agora relativamente à parte substantiva da moção, também vejo com curiosidade o facto de nomeadamente o Partido Socialista se opor aqui à discussão deste tema, quando preferem – como nós vimos pelos jornais – fazer política à porta das escolas. Preferem fazer política para a comunicação social, em vez de fazerem política no local próprio, que realmente pode ajudar a resolver a situação. E é isso que eu lamento."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Deputado.
Terminámos o tempo, não dou mais tempo para este ponto. Vamos à votação desta moção. Desculpe, Sra. Deputada, terminámos o tempo de discussão. Não vi a sua honra ofendida; a Mesa não viu a sua honra ofendida. Sra. Deputada, não vi a sua honra ofendida."

Célia Cavalheiro (BE)

"O deputado João acusou-me, a mim e ao meu Partido, de coisas que não são verdade, assim como em todas as Assembleias eu levo com "bocas" relativamente a política nacional e à ex-geringonça. Há aqui pessoas da Bancada do João Santos que não falam de outra coisa, senão de política nacional, e estão-me sempre a mandar essas coisas à cara."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Sra. Deputada, já está esclarecido.
Vamos à votação."

A Assembleia deliberou, por maioria, com cinco votos contra da Bancada do PS, um voto contra do Bloco de Esquerda e um voto contra do Movimento Pombal Humano, e ainda duas abstenções do PSD e do Movimento Pombal Humano, aprovar a Moção supratranscrita.
Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Carlos Lopes (PS)

"Sra. Presidente, a Bancada do PS votou contra esta moção, não porque não esteja de acordo com o seu conteúdo, mas porque foi violado o acordo de cavalheiros que foi acertado entre os líderes de Bancada, em fevereiro de 2019. Ou seja, não existe vazio legal, existe um acordo, e esse acordo foi violado. E nós não pactuamos com essa violação.
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Ofélia Moleiro."

Maria Ofélia Moleiro (NMPH)
"É também uma declaração de voto.
A minha Bancada votou livremente e individualmente. Pessoalmente, votei a favor, porque como disse anteriormente, estou plenamente de acordo com o conteúdo; não estava perante o procedimento, e por isso votei contra, mas não sou contra o conteúdo. E portanto, votei a favor do conteúdo – e aliás, já me disponibilizei também para participar, em termos da Comunidade Intermunicipal."

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade.

A **Presidente da Assembleia** tomou a palavra como se transcreve:
"Então, neste ponto, quem é que se inscreve?
Maria Ofélia Moleiro (NMPH)
"Muito obrigada, Sra. Presidente.
Na última Assembleia Municipal, realizada em dezembro último, interpelei o Sr. Presidente da Câmara sobre as razões que o levaram a retirar os pelouros confiados anteriormente ao vereador Pedro Brilhante – que hoje não está presente. Indaguei sobre a eficácia da decisão, em termos políticos, pela sobrecarga de concentração desses pelouros noutros vereadores, e ainda pela possibilidade de instabilidade no Executivo. O Sr. Presidente respondeu que tinha chamado a si próprio os pelouros delegados no vereador Pedro Brilhante. Comentei – off record – que o Sr. Presidente, ou era um super-homem, ou mesmo um superpresidente.
Entretanto, desde a última Assembleia, aconteceu algo insólito: o Sr. Presidente delegou esses pelouros no recém-chegado vereador do Movimento Narciso Mota – Pombal Humano, Dr. Pedro Martins, que hoje participa pela primeira vez na Assembleia Municipal. Tendo sido eleito pelo Movimento Narciso Mota – Pombal Humano, era expectável que ocupasse o seu lugar no Executivo como membro da Oposição. Tal não aconteceu; o Sr. Vereador Pedro Martins aceitou integrar a tempo inteiro o Executivo da maioria. Não me cabe a mim julgar a atitude do vereador Pedro Martins; estou certa de que ponderou profundamente a sua decisão, pondo o interesse dos Pombalenses acima dos seus próprios interesses. Pelo valor e competência que lhe reconhecemos, pela estima e amizade pessoal que nos liga, desejo-lhe o maior sucesso no seu mandato. Que o seu contributo seja uma mais valia para o nosso concelho, são os votos da nossa Bancada.
Queria ainda deixar uma nota de algo que gostei muito de ver, um projeto da Junta de Freguesia das Meirinhas, que em boa hora lançou uma candidatura na Escola das Meirinhas para eleger a jovem Presidente de Junta, foi eleita uma jovem com muito valor, com um programa muito interessante – que já está, aliás, pelo que sei, a executá-lo, a concretizá-lo. Levou Meirinhas até Espanha e até Portugal inteiro, por todos os órgãos de comunicação social, quer televisões, quer órgãos escritos. E portanto, queria felicitar a Junta de Freguesia por esta iniciativa, e desejar também a maior felicidade à jovem Presidente de Junta da Freguesia das Meirinhas neste seu mandato.
Muito obrigada."
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
"Muito obrigada, Sra. Deputada.
Dou a palavra ao Sr. Deputado Henrique Falcão."
Henrique Falcão (CDS-PP)
"Sra. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, elementos da Mesa, Srs. Deputados, muito boa tarde a todos.
Eu, efetivamente, já não vinha a esta Assembleia há algumas reuniões, tenho justificado as minhas faltas junto dos serviços competentes da Mesa da Assembleia, nomeadamente a Sra. Presidente,

mas nunca deixei de exercer a minha missão de deputado municipal, porque a missão do deputado municipal não se esgota nestas reuniões; é no dia a dia, no acompanhamento dos munícipes. E por essa mesma razão, cabe-me aqui hoje fazer um agradecimento a todos os serviços da Câmara Municipal, a quem recorri ao longo deste tempo em que não estive na Assembleia, mas acompanhei na mesma os munícipes, e recorri aos serviços da Câmara, recorri ao Gabinete de Apoio ao Presidente, recorri diretamente até aos Srs. Vereadores, nomeadamente o Sr. Vereador Murtinho. Obtive sempre respostas àquilo que foi pretendido, pedi intervenções que foram feitas, e foram ultrapassadas as dificuldades que estavam a surgir. Queria salientar esse trabalho, e recordar a todos os membros desta Assembleia que é essa a nossa missão, e por isso, estive sempre a executar essa tarefa.

Sr. Presidente, queria aproveitar hoje para lhe fazer uma pergunta relativamente à situação do trânsito no IC2 e no IC8. Isto vem a propósito, mais uma vez, do registo de acidentes graves nestas duas estradas. Eu queria perguntar à Câmara em que ponto é que está. Sei que têm sido tomadas medidas, não sei exatamente quais, ultimamente, mas efetivamente nota-se o estado lamentável em que se encontra o nosso IC2, as poucas intervenções que foram feitas no IC8 continuam a manter a estrada perigosíssima. O que é que foi feito, o que é que está para ser feito, o que é que se pretende, se já houve alguma notícia, alguma novidade sobre este assunto.

É só. Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra à Sra. Deputada Cláudia Caetano.

Cláudia Caetano (NMPH)

"Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários de Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Presidentes de Junta:

A minha intervenção vai um pouco na sequência da moção que foi apresentada pela Bancada do PSD, e que está relacionada precisamente com a falta de segurança que se tem vivido junto dos estabelecimentos escolares, nomeadamente da Escola Secundária de Pombal.

Recentemente, tivemos conhecimento de um episódio de uma agressão a um aluno da escola, à saída da escola, situação essa em que foi necessária a intervenção da PSP, e que foi reportada para o Ministério Público. Todos nós sabemos que não foi um caso pontual, e que não é uma situação recente, cenas de violência têm vindo a acontecer há já algum tempo.

Para além destes episódios de agressões, não podemos também esquecer o alegado tráfico de drogas que se verifica junto à Escola Secundária. São vários os relatos de pessoas que passam junto à Secundária e que assistem ao aliciamento a estudantes e ao consumo de drogas.

A crescente insegurança que se vive, por um lado, pelas agressões físicas, por outro, pelo aliciamento ou consumo de drogas, não pode nem deve ser desvalorizada. A segurança dos alunos não está restrita ao interior do espaço escolar, deve envolver também o espaço em redor das escolas. E uma vez que neste momento a gestão das escolas está a cargo das autarquias, a minha questão vai neste sentido: tendo em conta esta problemática, o que é que a Câmara Municipal de Pombal tem feito no sentido de resolver este clima de insegurança. Bem sei que não estou a falar do âmbito policial, isso é da responsabilidade das autoridades, mas de que forma é que o Município tem procurado sensibilizar a Direção do Agrupamento de Escolas, a Associação de Pais, a Associação de Estudantes, mesmo os próprios comerciantes que estão junto à escola, de que forma é que o Município tem tentado sensibilizar todos os envolventes nesta problemática.

Por fim, gostaria de deixar uma breve nota positiva à Associação de Pais de Pombal, pois é com grande satisfação que tenho visto que se tem empenhado na divulgação pública deste problema, e que tem feito um esforço muito grande para sensibilizar todos os envolventes.

Obrigada."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
"Muito obrigada, Sra. Deputada.
Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pimpão."
Pedro Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD)
"Muito obrigado, Sra. Presidente. Cumprimentar a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas.
Permitam-me que comece, tal como esta Assembleia Municipal começou, com esse reforço dessa nota de pesar sobre o falecimento do nosso amigo Carlos Santos. Ainda é um tema que nos custa a todos falar, esta é a primeira Assembleia Municipal depois de o Carlos deixar de fazer parte desta nossa família, e queria endereçar à família do Carlos Santos, na pessoa do nosso companheiro Manuel Sobreiro, as nossas condolências, e desejar as maiores felicidades ao Daniel Ferreira e ao seu novo Executivo, na certeza de que contarão todos com o nosso apoio redobrado, com a nossa força e com o nosso estímulo, porque o exemplo que o Carlos nos deixou é um exemplo de serviço público que permanecerá para sempre. E por isso, queria deixar aqui esta nota, que acho que é comum a todos os membros e colegas da Assembleia Municipal.
Sra. Presidente, caros colegas: a intervenção da Cláudia foi altamente pertinente, porque permitiu encaixar aqui duas reflexões que eu tinha para trazer a esta Assembleia Municipal. A primeira, precisamente esta questão da segurança. Independentemente dos procedimentos, independentemente dos acordos de cavalheiros que existam, e que devem ser salvaguardados sempre, o que é certo é que hoje foi submetida à Assembleia Municipal a admissibilidade de três propostas: duas não foram admitidas a discussão, e uma foi admitida a discussão. E aquilo que são as posições que eu acho que cada um, responsavelmente, deve ter é: uma vez que uma proposta é admitida à discussão, deve ser discutida. É assim que funciona em democracia, nos vários fóruns democráticos. E sendo discutida, cada um deve dar a sua opinião, e felizmente que deram. E a Cláudia acabou agora por dar ainda mais razão à pertinência de discutirmos esta matéria da segurança, e colocar o enfoque, que pode ser em várias áreas, mas acho que uma das responsabilidades que nós temos enquanto membros da Assembleia Municipal é apelarmos às instâncias que têm responsabilidade ao mais alto nível nesta matéria para olharem. Naturalmente que a Câmara terá as suas responsabilidades, e está a trabalhar nesse sentido, o Sr. Presidente vai esclarecer. Ainda na semana passada estive presente numa reunião com os vários responsáveis das escolas, com as forças de segurança, com a CPCJ, com o CRI, onde estivemos a discutir esta questão, e o Sr. Presidente esclarecerá aquilo que está a ser feito. Mas, creio que se nós sentimos que a nossa Esquadra da PSP deve ser reforçada, em termos de meios técnicos e humanos, cá estamos nós para ajudar a valorizar e a reforçar o papel das forças de segurança, porque todos nós sentimos que quanto mais atuantes e quanto mais presentes tivermos no território as forças de segurança, melhor estamos enquanto comunidade. E por isso, esta moção, acho que ajuda a dar força ao trabalho que a Câmara Municipal, que a Associação de Pais, que as escolas, que todos os atores que estão no terreno estão a desenvolver neste momento.
Mas, eu queria pegar noutro ponto, que a Cláudia acabou por dizer que os Municípios têm responsabilidades nas escolas, e esse era o ponto que eu queria trazer aqui a discussão. Tivemos conhecimento, esta semana, foram várias as notícias da declaração da Secretária de Estado, Alexandra Leitão, que o processo de descentralização foi adiado para 2022, nomeadamente nas áreas da educação, ação social e saúde. Ora, este adiamento da obrigatoriedade da transferência de competências da Administração Central para os Municípios para 2022 diz duas coisas: uma, que acho que é importante para todos nós que estamos nesta sala, que é que o que nós estivemos a fazer até agora está correto, deu razão às nossas posições, nomeadamente da Câmara Municipal, e secundada pela Assembleia Municipal, de termos prudência e de aceitarmos as competências só a partir de 2021, e agora, pelos vistos, podemos alongar esse prazo até 2022. E isto por quê?

Porque existe um grau de incerteza que é muito elevado, em função do envelope financeiro que está adstrito a cada uma dessas competências. E eu queria destacar esse momento, que acho que é um momento importante, estivemos há poucas semanas na inauguração da Escola C+S da Guia, que é uma boa demonstração do papel importante que os Municípios têm, porque se não fosse o facto de o Município de Pombal ter investido também na contrapartida financeira nacional, a Administração Central não teria capacidade para fazer aquela obra. É sinónimo de que, realmente, a nossa posição é a posição mais certa, mais correta.

E a pergunta que deixava ao Sr. Presidente é qual o ponto de situação relativamente a esta negociação – e nós sabemos, enquanto autarcas de freguesia, que temos tido reuniões constantes de articulação entre as competências do Município para as freguesias, mas saber quais é que são as perspetivas de ver salvaguardados os interesses do nosso Município neste processo de descentralização de competências, nomeadamente na área da educação, que é a área mais importante em todo este processo.

Obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Liliana Silva, se faz favor."

Liliana Silva (CDS-PP)

"Sr. Presidente, ao abrigo do Direito de Oposição, foi proposto pelo CDS retomar a discussão acerca da criação das Unidades de Saúde Familiar. Portanto, eu questiono o que é que tem sido feito nesse sentido, até este preciso momento.

Um segundo ponto: decorreu na passada quarta-feira uma sessão de esclarecimento promovida pelo Município acerca do Plano de Fogo Controlado. O CDS considera que, acima de tudo, a população deve estar sempre bem informada, bem esclarecida, por forma a evitar as situações complexas que geram sentimentos de desconfiança e de insegurança na população. O diálogo deve sempre prevalecer, de forma a se encontrarem as melhores estratégias na defesa dos interesses da população, e consequentemente na promoção do seu bem-estar.

Realço a importância da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Estratégico para a Serra de Sicó, que envolva não só as entidades privadas, mas também as autarquias, numa ação coordenada e duradoura no tempo.

Recomendo, para além disso, que caso se volte a colocar ações que sejam potencialmente complicadas de serem entendidas pelos Pombalenses, que se recorra a este tipo de ações de esclarecimento, antes que se espalhem pela comunidade burburinhos e situações que geram mau estar, e que muitas vezes até podem inviabilizar ações que podem ser úteis para a nossa comunidade.

Portanto, volto a referir que é importante um Plano de Desenvolvimento Estratégico para a Serra de Sicó. Nós sabemos que não podemos ficar aquém, que temos muito potencial, há muito para desenvolver. Eu sei que a iniciativa privada tem a sua responsabilidade, mas provavelmente poderíamos aproveitar a discussão que foi feita na passada quarta-feira e encontrar aqui pontos de estratégia comuns que possam privilegiar esta zona de Pombal.

Finalmente, gostaria de deixar um elogio à Escola Básica de Vila Cã pelo mérito de terem vencido o primeiro prémio de escalão, no valor de oito mil euros (8.000€), no passado dia 12 de fevereiro, em Aveiro, numa promoção feita pela Fundação Ilídio Pinho, "Ciência na Escola". Portanto, é de louvar o trabalho desta escola, destes docentes em especial, e mais uma vez vai de encontro àquilo que nós precisamos na nossa serra, que é de planos de desenvolvimento. Ou seja, estas crianças desenvolveram um projeto relacionado com sementes de esperança numa floresta de cinza. Nós temos o carvalho cerquinho, há tanta coisa que se pode fazer. Criar aqui uma plataforma de discussão e de entendimento, é este o desafio que eu deixo ao Sr. Presidente.

Segundo elogio: gostaria de realçar o facto de se ter assinado ontem o protocolo com a Associação Dignitude. Foi uma proposta apresentada pela Vereadora do PS, e foi aceite pelo Sr. Presidente e por este grupo de trabalho. E é de louvar que se perceba que se pode trabalhar em conjunto e em sintonia, em prol do bem comum. Portanto, parabéns, não só à Vereadora Odete Alves, mas também a todos os vereadores que perseguiram esse interesse.
Obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sra. Deputada.
Dou a palavra agora ao Sr. Deputado Rui Acácio."

Rui Acácio Santos (PPD/PSD)

"Muito obrigado, Sra. Presidente. Cumprimentar a Sra. Presidente, os secretários, o Sr. Presidente de Câmara, os Srs. Vereadores, colegas deputados desta Assembleia, e a todos os Pombalenses.
Gostava de congratular o Executivo Municipal pela criação da secção de apoio técnico às freguesias e associações. A criação desta estrutura era um dos compromissos eleitorais deste Executivo Municipal. Esta secção permite reforçar a autonomia das freguesias, dar apoio técnico e administrativo na identificação e elaboração de candidaturas a financiamentos, e na elaboração de diversos projetos com caráter mais complexo.
No âmbito associativo, o PSD, num passado recente, promoveu um fórum associativo que decorreu no Quartel da 5.ª Companhia do Oeste, com a participação das várias associações do concelho, e as mesmas manifestaram a necessidade de poder ter apoio técnico, administrativo e jurídico para desempenhar as suas funções da melhor forma. Foi proposto ao Executivo a criação de um Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Associativo Local. Esta proposta vem ao encontro do compromisso eleitoral do Executivo, de criar esta secção, que agora será uma grande valência para as freguesias e associações.
O reforço das competências e autonomia das freguesias, o reforço no dinamismo, a promoção cultural, social e desportiva por parte das associações, demonstram bem o investimento que tem sido feito na melhoria e qualidade de vida das pessoas do nosso concelho.
Sr. Presidente, estou convicto de que todas as freguesias e associações vão reconhecer o seu empenho nestas matérias.
Termino, deixando uma palavra de votos de bom trabalho a todos os Presidentes de Junta de Freguesia e a todos os dirigentes associativos.
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Deputado.
Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Rodrigues Marques."

Manuel Rodrigues Marques (NMPH)

"Muito obrigado, Sra. Presidente.
Sra. Presidente, mão amiga fez-me chegar um exemplar do programa das Festas do Bodo de 1966, quando muitos dos companheiros autarcas ainda não tinham nascido. Como no natal não tive oportunidade de vos oferecer qualquer coisa, faço-o agora, oferecendo-vos o programa desse ano.
Não é com sentimento saudosista, nem pretendo fazer a história do Bodo de Pombal, dado que o nosso companheiro Joaquim Vitorino Videira Eusébio, que fez parte desta Assembleia Municipal, o fez no seu livro "Pombal, oito séculos de história", onde relata toda a evolução que o Bodo teve ao longo dos anos.
No particular de 1966, as Festas do Bodo foram realizadas por uma comissão composta por treze homens bons – só homens, mas de fibra – a saber: delegado da Câmara, Dr. Reinaldo Jorge Marques Serrano, Presidente da Comissão Municipal de Turismo, Alves Figueiredo, Adalberto Borges Leitão, Francisco Cardoso, Heitor Augusto da Silva Júnior, José Ernesto Ferreira Óscar,

Dr. Jorge Serrano Pinto, José Monteiro Júnior (por conta do Grémio da Lavoura, que depois, posteriormente, ficou a Cooperativa Agrícola), o José Monteiro Valverde, Manuel Pinheiro (pelo Grémio do Comércio, que é neste momento a Associação Comercial e de Serviços de Pombal), Manuel Valadas Vieira, e colaboradores para a prova de perícia de automóveis, Pompeu Fernandes de Freitas, e para o torneio de tiro aos pratos, o Prof. Amílcar de Oliveira.
Dos muitos poemas dedicados ao Bodo, quer do saudoso José da Serra (António Serrano), quer dos não menos saudosos Adelino Torres ou João das Farturas (João Gonçalves da Mata), quer da D. Graciete Alvarguez (que felizmente está bem de saúde), todos trataram o Bodo com muito carinho. Os nossos bombeiros sempre marcaram presença nas Festas do Bodo, e desde 1959 que passaram a organizá-lo em anos intervalados.
Que fique o registo para memória futura. Bem haja a todos os que fizeram esse caminho.
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Deputado Rodrigues Marques, pela sua lembrança. Sr. Deputado João Santos, se faz favor.

João Antunes dos Santos (PPD/PSD)

"Sra. Presidente, Srs. Deputados:
A minha intervenção versará sobre o desporto. Mas, antes de mais, queria aqui sublinhar e reforçar a pertinência da intervenção da deputada Cláudia – e também felicitá-la pela primeira intervenção nesta Assembleia Municipal – pertinência essa do tema, que reforça também a pertinência da moção que aqui trouxemos, porque, efetivamente, é um tema de interesse para o Município, é um tema que nos preocupa a todos.
A intervenção que trago aqui tem que ver com o desporto. Ao longo deste mandato, tenho feito aqui várias intervenções sobre aquele que eu entendo ser o papel do Município para a fixação de pessoas, de jovens e de famílias no Concelho de Pombal. E isso faz-se, em primeira linha, fomentando a atração de investimento, para criar, naturalmente, postos de trabalho, e depois, dando condições às pessoas para que, efetivamente, possam ser felizes em Pombal, possam ter boas condições de vida em Pombal, e possam aqui fazer nascer e crescer os seus filhos, que o nosso desejo é que depois também se fixem cá. E o desporto, hoje em dia, é uma dimensão importante da vida de qualquer cidadão, desde muito novo e ao longo de toda a vida, e é também importante no Município de Pombal e no Concelho de Pombal termos uma oferta desportiva vasta, que permite às famílias e que permite aos jovens terem assim à sua disposição a possibilidade de optar por um ou por vários desportos que possam praticar ao longo da sua vida.
E portanto, aqui felicitar o Município por este investimento que tem feito na área do desporto, ainda recentemente voltou a assinar os protocolos com os clubes desportivos, distribuindo assim cerca de trezentos e cinquenta mil euros (350.000€) pelos clubes do concelho, investimento esse que é feito em cerca de dois mil, setecentos e vinte e cinco atletas, trinta e seis clubes, dezoito modalidades. E naturalmente que isto não é um sistema imobilista, é um sistema que vai evoluindo, e também já no decorrer deste mandato, nomeadamente no ano de 2019, houve aqui uma inovação, ao serem atribuídos subsídios também para clubes que dispõem de instalações próprias. E portanto, esta é uma dimensão extremamente importante da ação municipal, da ação do Município, o Município de Pombal tem, ao longo dos anos, investido, e muito bem, no desporto, e como eu estava a dizer, é importante fazê-lo nesta perspetiva de apoio às famílias, de dar condições às famílias e aos jovens para que tenham boa qualidade de vida em Pombal, e também, naturalmente, na dimensão externa, na dimensão de promoção do nosso concelho, na dimensão de "venda" do nosso concelho para fora, organizando aqui eventos de dimensão nacional e internacional, e trazendo, naturalmente, visitantes a Pombal, que de forma clara é também uma das prioridades que qualquer Município deve ter, e o Município de Pombal tem-na tido.

E portanto, deixar aqui esta nota positiva quanto àquele que tem sido o papel do Município na área do desporto.
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Deputado.
Dou agora a palavra à Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor."

Célia Cavalheiro (BE)

"São três os assuntos que trago aqui ao PAOD.
O nosso concelho continua a assistir ao fenómeno "obras públicas bem regadas". Foi ao Centro de Saúde, em meados de novembro, e dei com um alguidar no balcão, em cima de uma toalha. Era só um alguidar, uma toalha, um pequeno defeito pontual, dirá alguém. Voltei lá no mês passado, como acompanhante de um familiar meu, e quando entrámos no gabinete do médico, deparámo-nos com mais dois alguidares e respetivas toalhas no chão. Foi complicado arranjar espaço seco para haver a consulta.
Fui também ver um jogo de futsal do Núcleo Sportinguista contra o Benfica, no Pavilhão Gimnodesportivo das Meirinhas. Qual não foi o meu espanto quando interrompem a partida para limpar o piso, pois chovia lá dentro.
Não fui ao Centro Escolar, mas soube que tem problemas graves de impermeabilização na cobertura, entre outros.
Falo de obras inauguradas – o gimnodesportivo foi em 2011, as outras duas foram há dois e três anos, respetivamente. Obras praticamente novas, todas meteram água. É caso para perguntar se é defeito ou feitio.
Segundo assunto, tem a ver com desporto, o Skate Park finalmente apareceu. Foi uma das lutas que me fez vir para a política, o Skate Park. O que é que eu quero perguntar? Eu fui hoje de manhã ver como é que estava o Skate Park, informaram-me que acabavam hoje os trabalhos. Queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, ou a quem souber – pode não ser da responsabilidade dele – o que é que presidiu à escolha do tipo de material que foi usado nas rampas. Reparei que era madeira, para mim mais adequado a interiores; naquele caso, é um skate park no exterior, tenho medo que daqui a dois ou três anos esteja nas mesmas condições em que estava o anterior, com farpas, com madeiras partidas, até porque quem já andou de BMX, é uma bicicleta que tem um acessório para fazer grinders, e que assim que bate na madeira, faz um rasgo. Chama-se Skate Park, mas acho que é para todos os tipos de desportos com rodas. Portanto, chamo à atenção, e também gostava de saber se está prevista a manutenção, e a quem é que está entregue a manutenção daquela obra, se é às mesmas pessoas que executaram o projeto, ou não. Caso não esteja previsto, é bom que tenhamos essas cautelas, para prevenir. Penso que há uns anos foi inaugurado um parque em Monsanto com este tipo de material; passados três anos, um miúdo caiu e espetou uma farpa nas costas, que mais parecia uma espada. São coisas que temos de evitar a todo o custo.
Fui ao Skate Park, e lembrei-me do Parque Verde, que também já está prometido quase há vinte anos. O Skate Park, penso que foi há vinte anos que começou a ser falado; o Parque Verde, vamos ter que esperar mais vinte anos? Gostava também de saber os timings.
Finalmente, um único assunto, que tem a ver com a segurança, como não poderia deixar de ser. Todos sabemos o que se tem passado a nível da segurança, dentro e fora do Agrupamento de Escolas de Pombal. Nem a Câmara, nem a Assembleia Municipal de Pombal, se podem demitir das funções de acompanhamento da comunidade. Quero perguntar-lhe quantas vezes já reuniu o Conselho Municipal de Segurança – se é que reuniu – para acompanhar este caso, e a que conclusões chegou."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado André Tasqueiro."

André Tasqueiro (PPD/PSD)

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Cara Sra. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, caro Executivo, caros colegas, serviços e público:

Começo esta intervenção fazendo-vos uma questão de retórica: será o nosso território competitivo? A resposta pode não ser assim tão linear. Diversos teóricos afirmam que os territórios necessitam de proporcionar diversas vantagens competitivas, que fazem com que as empresas estejam mais bem capacitadas para competir com os seus rivais. Essas vantagens podem passar pelo fator localização, ou por outros, através da criação e manutenção de certos tipos de recursos e competências que possam capacitar as empresas. Assim, podemos afirmar que uma das formas de os territórios serem competitivos com outros passa pela presença de empresas competitivas nas suas economias.

No entanto, chegamos a uma questão primordial: como é que conseguimos ter empresas competitivas? A OCDE classificou as diferentes componentes da competitividade, sendo uma delas a componente do desenvolvimento do capital humano, que é composto pelo conhecimento, pelas qualificações, competências, habilidades ou valores. Esse capital humano pode ser desenvolvido de diversas formas, sendo uma delas a educação formal lecionada nas escolas.

Chegando a este ponto, partilho convosco uma visão que se caracteriza com uma interligação entre empresas, escolas e Municípios, de forma a que as empresas consigam ser competitivas, devido às pessoas que possuem as competências necessárias, onde a oferta curricular é planeada entre os Municípios e as escolas, de forma a dar resposta às necessidades de competências das empresas. Desta forma, conseguimos ter territórios com características ideais para que as suas empresas possam competir com outras, singrarem, aumentarem o seu volume de negócios, promover o emprego, fixar os que cá habitam e atraírem novas pessoas, fazendo com que as escolas sejam valorizadas pela comunidade empresarial e local, para além de que o território passa a estar em vantagem competitiva com outros territórios. É caso para dizer que todos ganham.

Com base nesta visão, gostaria de salientar algo: no passado dia 5 de fevereiro, o Município de Pombal e o Agrupamento de Escolas da Guia promoveram um pequeno-almoço de trabalho com cinquenta empresários locais, regionais e nacionais, para apreciarem a proposta de criação de um curso de técnico de química industrial, curso esse que se pretende que seja de relevância nacional. De acordo com as informações presentes no sistema de antecipação das necessidades de qualificação, este curso é um dos mais relevantes para a nossa região. Devido a isso, é de louvar os esforços empreendidos, tanto pelo Agrupamento de Escolas, como pelo Município de Pombal, para que o nosso território e as nossas empresas possam ser competitivas através da capacitação de jovens com estas competências fundamentais para o futuro da área da química industrial.

Minhas senhoras e meus senhores, termino citando Padre António Vieira: "A boa educação é moeda de ouro; em toda a parte tem valor".

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Lopes."

Carlos Lopes (PS)

"Sra. Presidente, muito obrigado. Renovo os cumprimentos a V. Exa., ao Sr. Presidente da Câmara, aos vereadores, e aos meus ilustres colegas.

Sr. Presidente, o Orçamento Participativo está inscrito no programa eleitoral do PSD "Pombal Mais Futuro" – é o nome do programa. E o Orçamento Participativo está inscrito no item "Mais futuro na gestão local". E encontra-se lá inscrito que é pretensão do Município assegurar a

continuação do projeto do Orçamento Participativo. Consultando o site do Município, vemos que está lá a definição, é um processo de cooperação entre a Câmara Municipal e os cidadãos.
Sr. Presidente, o último Orçamento Participativo do qual nós temos notícia reporta-se ao ano de 2018. O PS entende que é inadmissível que para o ano de 2019 não tenha existido o Orçamento Participativo. O mesmo já deveria ter sido lançado em 2019, e nada se sabe. Portanto, pressupomos que não há Orçamento Participativo. É angustiante que os cidadãos de Pombal quisessem concorrer, e afinal constataram que não teriam essa possibilidade.
Sr. Presidente, V. Exa. teve oportunidade de esclarecer esta situação numa reunião de Câmara, a que se reporta a última edição do Pombal Jornal, e ainda assim deixou passar essa oportunidade e não nos esclareceu acerca desta matéria. Esta Câmara Municipal, de maioria PSD, acabou, com estes factos, por defraudar o eleitorado, não cumpriu com aquilo que tinha prometido. Afinal, Sr. Presidente, onde é que está o "Pombal mais futuro"? Parece-nos que apenas e tão só no papel.
Ademais, Sr. Presidente, o que faz, ou o que vai fazer com a verba que está inscrita no Orçamento para esta rubrica do Orçamento Participativo?
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Sr. Deputado.
Dou agora a palavra à Sra. Deputada Nicolle Lourenço.

Nicolle Lourenço (PPD/PSD)

"Boa tarde, Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, restante Executivo, colegas deputados e comunicação social.
O Município, ao longo dos anos, tem pautado a sua atuação pela definição de programas sociais integrados, tendo sido uma das grandes matérias pela qual tem fomentado o desenvolvimento social de um concelho mais integrado e sustentado. Com base no diagnóstico social do concelho, efetuado em 2017, foram identificadas algumas das principais problemáticas do concelho a este nível, e delineadas as prioridades da intervenção social, sendo que uma delas passava pelo aumento do número de vagas de ERPI – Estruturas Residenciais Para Idosos em situação de carência económica.
Neste sentido, e fazendo agora uma análise da evolução desde 2016, podemos constatar um aumento de vinte e nove por cento (29%) da capacidade instalada, num investimento municipal de mais de dois milhões de euros (2.000.000€), que representa um aumento da capacidade das IPSS's, em termos de lotação e de capacidade de resposta, que contam desde então com cento e trinta e sete novas camas, somando-se às mais de quatrocentas existentes na rede privada.
Ainda no passado dia 23 deste mês, foi assinado o contrato para a ampliação do Lar da Felicidade, nas Meirinhas, que permitirá a criação de mais vinte e uma novas camas.
Constituindo a população sénior um dos grandes desafios dos próximos anos a nível social, é importante esta valorização por parte do Município, tanto do papel das instituições do setor social, bem como dos privados, e o reconhecimento das mais valias do trabalho em rede nestas matérias.
Ainda nesta linha da implementação de um plano de desenvolvimento social capaz de dar respostas objetivas à população e capaz de desenvolver um modelo de crescimento equilibrado, destaco também o protocolo assinado entre o Município e a Associação Dignitude, também já aqui referido anteriormente. É um programa que tem como objetivo permitir o acesso, de forma digna, aos medicamentos prescritos a quem não tem capacidade financeira para os adquirir, cobrindo no receituário o valor não comparticipado pelo Estado, sendo que o papel do Município na implementação deste projeto será não só o de financiar, como de identificar os potenciais beneficiários e executá-lo operacionalmente.
Ainda esta semana, o INFARMED revelou alguns dados que mostram que entre janeiro e novembro de 2019, os portugueses deixaram mais dezanove milhões de euros (19.000.000€) em medicamentos

do que no mesmo período em 2018. Em face deste aumento na procura e nas necessidades da população, acredito que este também será um programa e uma mais valia para a população Pombalense, nomeadamente neste registo de intervenção social."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Joel Gomes."

Joel Gomes (PS)

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu queria começar pelos cumprimentos formais, cumprimentar a Sra. Presidente, cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, cumprimentar os Srs. Vereadores e, naturalmente, cumprimentar os meus colegas.

Sr. Presidente, eu gostaria de abordar dois temas, relativamente a este ponto da ordem de trabalhos. O primeiro é relativamente ao Gabinete de Apoio ao Investidor. Recordar-se-á que foi um tema que eu já aqui abordei, e ficou uma pergunta por responder, relativamente a quem seria o novo responsável pelo gabinete. E dada a importância que este tema tem para a dinamização da nossa economia local e regional e para a revitalização do nosso tecido empresarial, eu voltaria a perguntar: hoje, ao fim de cinco meses da minha intervenção, temos ou não temos um novo responsável pelo gabinete?

O segundo tema que eu gostaria de abordar é sobre o Conselho Municipal da Juventude. Como sabe, é um órgão presidido por si, é um órgão consultivo, mas embora seja um órgão consultivo, não deixa de ter regras de funcionamento, e não deixa de ter a sua importância. É importante para quem faz parte desse órgão, para poder apresentar as suas ideias, as suas propostas, muitos deles só têm esse local para apresentar as suas ideias, as suas propostas, ao contrário das Juventudes Partidárias, que se forem eleitos, poderão apresentá-las aqui. É importante para si, para auscultar os seus membros, e para que possa aplicar essas ideias e essas propostas nas suas políticas. Mas, tem regras, e segundo o regimento jurídico do Conselho Municipal da Juventude, esse órgão tem que pelo menos reunir quatro vezes por ano – não são duas, não são três; são quatro vezes por ano. Ora, aquilo que eu verifico, Sr. Presidente, é que desde 2017 não cumpriu um único ano com essa norma – incumpriu em 2017, incumpriu em 2018, incumpriu igualmente em 2019. Creio que no ano passado houve apenas duas reuniões. E portanto, eu gostaria que desse uma explicação relativamente a esta matéria.

E porque nós somos um Município bem classificado em matéria de transparência, eu gostava que as atas fossem colocadas no site da Câmara Municipal de Pombal, porque a última ata que está lá é de 2015 – repito, de 2015. Portanto, eu gostaria que desse uma explicação relativamente a esta matéria. E já agora, gostaria de perceber se no ano de 2020 vai igualmente incumprir, ou não, com aquilo que está estabelecido no regimento jurídico.

Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Manuel da Mariana."

Manuel da Mariana (PS)

"Boa tarde, Sra. Presidente e Mesa, boa tarde, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas, público presente e colaboradores no apoio ao funcionamento desta Assembleia, que também merecem cumprimentos.

A minha intervenção prende-se com o Conselho Municipal de Segurança. O Conselho Municipal de Segurança, criado pela Lei n.º 38/98, de 18 de julho, e com as alterações produzidas pelo Decreto-lei n.º 32/2019, de 4 de março, veio trazer uma nova dinâmica a este órgão, quer em termos de funcionamento, quer em termos de composição, acrescentando-lhe mais competências, maior

participação e mais responsabilidades na segurança pública dos nossos cidadãos. Sabendo que o funcionamento deste órgão é da responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara, enquanto Presidente do mesmo, sabendo que há um crescendo de preocupações com as questões da segurança no nosso concelho, como aqui hoje tem sido bem lembrado, sabendo que o mandato dos membros do Conselho cessa com o fim do mandato do órgão autárquico que o designou, e tendo sido aprovada nesta Assembleia Municipal, em dezembro passado, a proposta de alteração ao regulamento do referido Conselho, pergunto: a nova composição deste órgão já está concluída? Estes conselheiros, tanto os do conselho, como os do conselho restrito, já tomaram posse? Têm havido reuniões? Se sim, com que periodicidade é que estão a ser realizadas?
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Deputado.
Dou agora a palavra ao Sr. Presidente de Junta, Daniel Ferreira, se faz favor."

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD)

"Mais uma vez, boa tarde.
Em complemento ao que o deputado Menezes Falcão chamou aqui para esta reunião, gostaria de dar um bocadinho mais de ênfase à questão da prevenção rodoviária, e questionar, como é óbvio, como é que está o processo que nos foi remetido, inclusive, às Juntas, e que nós já demos o nosso parecer, sendo certo que vemos as obras todas a serem feitas do Barracão para Leiria, do Concelho de Leiria, as nossas ainda estão em projeto. Gostaria de questionar também, saber se já há alguma previsão de quanto tempo após o projeto poderemos vir a ter as referidas obras, que bem falta fazem, tendo em conta todos os acidentes – sabemos que os acidentes, na sua grande maioria, não são apenas acidentes devidos às más condições da estrada, há muitos componentes que têm a ver com os condutores e com os veículos, não será só a estrada, obviamente.
Gostava também de alertar para a situação da prevenção rodoviária, não só no IC2, mas também nas secundárias. Ainda no final do ano, na estrada que vai da Ranha para Carnide, tivemos um acidente com uma vítima mortal. E eu questiono o que é que nós poderemos fazer para evitar estes acidentes. Isto parece um bocadinho contraproducente, mas a verdade é que o facto de a Câmara ter as estradas todas arranjadas provoca o aparecimento de umas quase autoestradas nas aldeias, em zonas de cinquenta quilómetros / hora. É claro que não somos todos infratores, mas somos tentados a infringir, porque as estradas são largas. E eu questiono, e proponho, quais as melhorias que podemos fazer nesta ótica – eu sugiro, não as passadeiras desniveladas ou as lombas, mas criar alguns elementos, pinos ou alguma coisa no meio da estrada, que provoque a redução da largura da estrada, para que os carros tenham mais dificuldade em acelerar.
Voltando um bocadinho também à questão do IC2, mais uma questão que eu gostaria de aqui deixar, estamos a falar do projeto do IC2 de Pombal até ao Barracão, eu questiono – e não puxando só para a minha freguesia, puxando um bocadinho para o concelho – e de Pombal até ao marco do distrito? Também merece, também é necessário, e somos todos cidadãos de Pombal, então vamos pensar por todos. E a mesma coisa se pode aplicar também ao IC8, à 109, são tudo zonas onde estão constantemente a acontecer acidentes.
Relativamente às estradas secundárias, gostaria de deixar também aqui um pequeno alerta – e se o projeto seguir as indicações que a Junta deu, não quer dizer que sejamos omnipresentes e que saibamos tudo sobre a prevenção rodoviária, mas se provocarmos um corte da estrada nacional a meio, de modo a que só haja entradas à direita, nós vamos ter um aumento significativo do trânsito nas vias secundárias, porque as pessoas, para se deslocarem de um lado para o outro, se tiverem que ir a uma rotunda, vão entrar nas estradas secundárias. Questiono se o Município está a pensar em alguma coisa para melhorar estas estradas – isto parece um bocadinho contraproducente, porque de um lado estou a dizer para estreitar, e do outro lado para melhorar, mas é assim que

temos que pensar. As estradas na Freguesia de Vermoil, que aqui me compete defender, onde temos estes problemas – e deixo aqui o alerta – é a estrada da Ranha para Carnide, é a estrada de Vermoil para Vila Verde, e é a estrada da Calvaria para o Pocejal. São estadas onde, efetivamente, se notam grandes velocidades, camiões a andar a mais de cinquenta quilómetros / hora, carros a cento e vinte, cento e trinta. Deixo esse alerta, e pedia o máximo de atenção a isso.
Tenho dito. Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Presidente.
Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Gonçalo Ramos, se faz favor."

Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, NMPH)

"Muito boa tarde. Cumprimentar a Sra. Presidente e Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas deputados, público presente.
De facto, reportando-me à minha freguesia, quero iniciar a minha intervenção dizendo aqui ao novo colega Daniel que estamos inteiramente disponíveis para colaborar em tudo o que estiver ao nosso alcance, como é evidente, partilhando todo o sentimento de pesar, aqui tão bem registado hoje nesta sessão.
Fazendo aqui uma abordagem à nossa freguesia, gostaria também de fazer com que nesta fase introdutória registasse aqui com agrado alguns procedimentos que vêm acontecendo da parte do Município, em colaboração com a Junta de Freguesia, como é evidente, nomeadamente registar já com agrado o início das obras do Centro Escolar da Guia. Dizer também, e fazendo aqui uma alusão ao Ponto n.º 2.3, no que concerne à zona industrial da Guia, dando os parabéns pela celeridade do procedimento, no que diz respeito à ampliação, e à venda dos terrenos para a ampliação futura desta zona industrial. Na Mata Mourisca também, pela colaboração e pela assunção de compromisso na aquisição de terrenos para a futura ampliação do Vale da Sobreira, que é algo que a nós, como tão sobejamente já sublinhámos, nos interessa profundamente. E de facto, ao nível daquela que vem sendo também uma exigência, digamos assim, de todo o território, o procedimento feito também junto da banca para a execução dos projetos de saneamento, que não são apenas para a nossa freguesia, mas registar com bons olhos a iminência da execução desses projetos, porque, de facto, não podemos estar aqui só a criticar e só a exigir, temos que reconhecer quando o trabalho é direcionado para criar soluções que são, de facto, soluções muito importantes para as populações.
Verificámos também o procedimento de hasta pública para o arrendamento dos equipamentos escolares devolutos, para fins turísticos. Não vemos nada contra, rigorosamente, achamos que os equipamentos devolutos devem ter utilização, e tudo o que seja investimentos em turismo, também são vistos com muito bons olhos.
Mas, de facto, fazemos aqui a ponte com uma preocupação que temos neste momento. É uma preocupação que nasce de uma identificação feita pela nossa Comissão Social de Freguesia – que como toda a gente sabe, tem dez anos de existência, neste momento acompanha cerca de cento e cinquenta famílias, e portanto, nós estamos por dentro de várias problemáticas ao nível social. Eu queria fazer esta ponte com a habitação social, que neste momento é uma problemática que, com certeza, não será só nossa, mas que a nós nos vem afetando de forma profunda. E se ao nível da reabilitação habitacional até estamos bem, na minha opinião, e tiro o chapéu aos serviços técnicos da Câmara, à sua vereação, ao Sr. Presidente, de facto, a este nível, através do Programa AMPHARA e outros, vamos conseguindo dar respostas a necessidades, isso vê-se no terreno, ao nível da habitação social, o que vimos observando consecutivamente é que há cada vez mais situações com critério, quando no nosso caso – e acredito que seja uma problemática de todas as freguesias – as soluções se encontram praticamente esgotadas. Eu queria perguntar, deixar aqui

esta pergunta, se, de facto, há estratégia por parte do Município para apoio às freguesias, nesta realidade que neste momento nos vem causando bastante preocupação.
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Presidente.
Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Humberto Lopes."

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD)

"Obrigado, Sra. Presidente. Na sua pessoa, permita-me que cumprimente todos os presentes.
Eu trago aqui, e permitam-me que partilhe aqui uma notícia de um Município vizinho – porque eu entendo que as boas práticas devem ser partilhadas – do Município da Batalha. E a notícia basicamente está no site: "Batalha investe seiscentos mil euros (600.000€) na nova creche municipal para apoio aos jovens casais." Era um apelo, ou seja, um assunto que eu trago novamente aqui à Assembleia, e relembrar só aqui algumas condições, e uma das justificações que a Câmara da Batalha dá para criar uma creche municipal no Lugar da Jardoeira – quem conhece a Jardoeira, é uma zona urbana e ao mesmo tempo empresarial, tem uma zona empresarial ali ao lado, importante – e diz a Câmara nossa vizinha, da Batalha, que é uma importante medida para fixação de jovens casais, que visa reforçar a rede social e educativa do concelho. Ou seja, eu consigo fazer este paralelo com a creche que eu ando a pedir há alguns anos para a Assanha da Paz. Como é óbvio, tenho ali o parque industrial Manuel da Mota, tenho uma importante zona residencial – Assanha da Paz, Barros da Paz, Reguengo – que conseguiria ocupar, não os seiscentos mil euros (600.000€), mas fazendo aqui a ponte com o meu colega Presidente de Junta de Freguesia Gonçalo, uma escola que está na Assanha da Paz, neste momento o edifício da primária não tem ocupação, nós pedimos que essa afetação seja para este fim, bem como o edifício da pré-primária, que atualmente funciona também só com uma turma. Ou seja, este investimento, que não tem nada a ver com estes seiscentos mil euros (600.000€), que eu entendo, e continuo a defendê-lo, para o Concelho de Pombal, para a Freguesia de Pombal e de Almagreira – porque é basicamente o raio de ação que nós entendemos – consegue fixar ali pessoas, jovens casais, e contribuir de uma forma objetiva para conseguirmos ter pessoas nas freguesias e nas aldeias, porque só assim é que vamos conseguir ter vida e conseguir que estas políticas todas tenham encadeamento.
Como é óbvio, como diz o Gonçalo, nós também tivemos esse dilema quando tivemos que apontar escolas desativadas para outras funções, nós não queremos ver património nosso, equipamento público, sem estar aproveitado. Deixo este apelo aqui, partilho esta notícia, os pormenores, também poderei facultar – ou seja, é uma forma de o Município poder resolver um problema, porque a procura existe. Ou seja, todos os anos nós temos procura de jovens casais, porque na Freguesia de Almagreira, infelizmente, não temos nem oferta do público, nem privada, até aos três anos. Ou seja, como é que eu consigo dizer a um jovem casal para que se fixe aqui nos lugares da nossa freguesia, quando, depois, tem que colocar as crianças noutra freguesia ou na cidade? Começa a ser um contrassenso.
Aqui passando também para a parte das escolas, temos também na parte da habitação social identificada uma escola, de Penedos, em que temos a necessidade e temos o edifício. Ou seja, é outra vez o apelo que eu faço, que estas pequenas ações resolvam o problema que efetivamente existe. E estes pequenos passos que vão ser dados, as pessoas percebem que o trabalho está a ser concretizado, e no Município, como é óbvio, os nossos impostos serão bem empregues.
Obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Presidente.
Por fim, dou a palavra ao Sr. Presidente José Marques."

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD)

"Muito boa tarde, Sra. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia, caros colegas Presidentes de Junta, estimado público e comunicação social.

É claro que hoje, nesta Assembleia, notamos um vazio – embora preenchido, e muito bem – do nosso colega Carlos Santos, que partiu, e deixa-nos aqui, sem dúvida, um momento de reflexão daquilo que é o dia a dia da nossa vida, e que, afinal de contas, estamos de passagem por aqui. Mas, vale pela obra que todos podemos fazer, e pela disponibilidade de cada um em prol da sociedade. E aqui, sem dúvida, acho que o Carlos Santos está também a olhar para o nosso trabalho, e acima de tudo aqui para o trabalho que o Daniel vai fazer, e conte também connosco, que em termos da nossa Bancada estamos aqui, e como colegas sentimos que devemos, com certeza, fazer o melhor, apoiando-o nestas decisões que são, acima de tudo, inalteráveis, porque a vida assim não o permite. Portanto, desejo as maiores felicidades ao nosso colega Daniel Ferreira, e acima de tudo, na quantidade de trabalho que era desenvolvido nesta Freguesia de Vermoil pelo colega Carlos Santos.

Depois, dizer que me congratulo pelo facto, e deixar aqui uma palavra de apreço pela decisão tomada pelo Município, ao decidir abrir concurso para o arrendamento de catorze escolas do concelho, potenciando assim os edifícios que correm o risco de degradação, e colocá-los como polos de desenvolvimento turístico e de alojamento local. É claro que ouvi também aqui os meus colegas, e a preocupação também é minha, mas eu penso que poderá haver, no futuro; esta é, sem dúvida, uma decisão que teria que ser tomada, porque, sem dúvida, já há alguns anos que verificamos que estas escolas não têm atividade, por força da construção de centros escolares – e bem, na sua substituição – e que esta, sem dúvida, terá três mais valias: a primeira é que na última tempestade que existiu, os edifícios, neste caso na Freguesia do Louriçal, todos eles sofreram problemas ao nível dos telhados, que nos levou muito trabalho e despesa, e que, com isto, nós temos um acompanhamento ao dia, porque elas não estão habitadas, não estão a ser utilizadas, e neste sentido, eu acho, e bem, que a decisão de poder ser utilizada para este fim – e se não houver concorrentes para isso, então poderá tomar a posição que os meus colegas aqui defenderam. Mas, penso que em primeiro lugar poderão ser utilizadas, e depois também na Freguesia do Louriçal, temos outras que ainda não estão aqui colocadas – devo dizer que algumas já estão ao serviço das associações, e muito bem, que são quatro, que é a Ribeira de Santo Amaro, o Piquenique nos Casais do Porto, Casal da Rola e Antões, e muito bem utilizadas. Neste caso, as associações que temos na freguesia estão devidamente contempladas, e oferecem as condições necessárias para o associativismo e para a cultura.

Portanto, aqui, e muito bem, estamos a falar de catorze escolas na Freguesia do Louriçal, Abiul, Carriço, Redinha, União de Freguesias de Santiago de Litém, S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze, Vila Cã, e eu penso que muito bem. Ou seja, a partir de agora, se, efetivamente, estes espaços ficarem utilizados – até porque já tive alguém que me perguntou se é possível se candidatar, e eu disse que sim, porque também temos carência de turismo de habitação, é uma carência para as nossas freguesias, porque não temos oferta. E aí sim, depois de estes espaços utilizados, poderá, sem dúvida, quem sabe, no futuro, criar espaços próprios em pequenas residências para aqueles que mais precisam, em termos de rendas mais acessíveis.

Portanto, aqui congratulo-me por um facto que deixa de ter um peso, tanto para a Câmara Municipal, como para a Junta de Freguesia, que tem que olhar para estes espaços na manutenção dos recintos, e acima de tudo na continuidade da preservação, e poderemos aqui, com certeza, rentabilizar um espaço e dar, acima de tudo, lugar àquilo que faz falta nas freguesias, que é habitação em termos de procura de habitação de alojamento local.

Portanto, dou os parabéns ao Município, na certeza de que, com esta obra, não irá invalidar aquela de que precisamos para habitação social.
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Presidente.
Findas estas intervenções, dou agora a palavra ao Sr. Presidente de Câmara. Faça favor."

Presidente da Câmara Municipal

"Boa tarde, Sra. Presidente da Assembleia, aos restantes membros da Mesa, caros membros da Câmara, Srs. Membros da Assembleia Municipal, público aqui presente na sala, colaboradores do Município, e também aqueles que nos acompanham através da transmissão que está a ser editada desta Assembleia Municipal.
Eu quero começar por saudar os deputados que aqui estão pela primeira vez no exercício destas missões: o deputado João Patrício Ferreira, do Movimento Narciso Mota, e agora na condição de Presidente de Junta de Vermoil, o Eng.º Daniel Ferreira, que aqui está pela situação que conhecemos, e a quem quero também, nesta ocasião, desejar-lhe o maior sucesso na sua atividade.
E saúdo, evidentemente, todos aqueles que aqui estão a fazer as substituições, alguns já aqui vieram algumas vezes, e portanto, já estão mais familiarizados com a nossa Assembleia. E portanto, a todos, nomeadamente aos novos, desejo o maior sucesso no exercício das vossas funções, e sintam-se em casa – apesar de para quem vem de fora parecer que às vezes as coisas não são muito afáveis, mas são; é uma má perceção.
E talvez começasse precisamente por fazer esta ligação com a intervenção da Dra. Ofélia Moleiro sobre o julgamento das posições do vereador que aqui não está, o Dr. Pedro Martins, sublinhando esta disponibilidade dos cidadãos, que nos tem permitido, de facto, cumprir a democracia. E, de facto, o que nos deixa preocupados é que nem todos os cidadãos eleitos consigam manter essa sua disponibilidade ao longo de todo o mandato, e abdiquem das suas funções, e que sejam substituídos por aqueles que estão nas listas. É evidente que tudo isso tem a ver com uma lógica normal de funcionamento das substituições, mas eu também olho com preocupação para a circunstância de dos primeiros sete eleitos do Movimento Narciso Mota na Assembleia Municipal apenas restar um, o que, de facto, mostra uma disponibilidade bastante condicionada no exercício da candidatura, e daquilo que seria o exercício do mandato.
E portanto, isto reitera a circunstância de todos sermos poucos – todos somos poucos para construir o nosso concelho. E por muitas diferenças que possam existir sob o ponto de vista ideológico entre os Partidos ou Movimentos, o que é certo é que, no essencial, nós estamos de acordo. No essencial, nós estamos de acordo. E portanto, às vezes com circunstâncias de forma, com circunstâncias de prioridade; se retirássemos estas duas circunstâncias, de um modo geral, as coisas seriam bastante próximas, e basta olhar para os programas eleitorais para perceber isso.
E portanto, trabalharei sempre com aqueles com que, tendo confiança, apresentam a sua disponibilidade e dizem "presente". E portanto, só quero agradecer essa possibilidade.
Ao deputado Henrique Falcão, até porque é uma matéria que já foi abordada por dois ou três dos Srs. Deputados, sobre o IC2 e o IC8, quero dizer-lhe que a apreciação do projeto a sul de Pombal foi feita por todas as freguesias, foi comunicada e entregue pessoalmente por mim na Infraestruturas de Portugal, há cerca de três semanas, está a ser ultimado esse parecer por parte da Infraestruturas de Portugal no anteprojeto que foi apresentado, e com isso estamos a dar passos largos para que se consiga chegar ao projeto definitivo, que depois terá que ser lançado. Eu tive ocasião de, em agosto ou setembro do ano passado, ter pedido, quer ao Sr. Ministro, quer ao Presidente da Infraestruturas de Portugal, que acautelasse orçamentalmente estas responsabilidades, porque sabemos que todas estas obras são da responsabilidade da Administração Central, através da Infraestruturas de Portugal, e faz sentido que haja uma

programação financeira atempada, para que depois não se diga que não se tratou do assunto a tempo. E portanto, espero que nos próximos meses tenhamos o nosso projeto definitivo, que haja o parecer final definitivo também, e que a Infraestruturas de Portugal tenha condições para, em 2021, lançar esta obra. Nada obsta a que assim seja, sendo certo que o projeto que foi desenvolvido – e a colaboração das freguesias foi essencial, as quatro a sul – permite-nos, de facto, ter aqui uma solução que, sob o ponto de vista da segurança rodoviária, que aqui já foi apresentada, tenhamos soluções que nos parecem ser bastante mais protetoras dos cidadãos, nomeadamente nas inúmeras travessias que se fazem do lado nascente para o lado poente da Estrada Nacional 1, e que são normalmente, para além da sinistralidade da própria via, mas essas travessias têm sido, de facto, as mais chocantes sob o ponto de vista das consequências mortais que se verificam no nosso território. E isto significa, da mesma forma, que esta preocupação, já em setembro, foi apresentada para a zona norte do nosso concelho – isto é, nós estamos disponíveis para repetir o procedimento que se fez a sul. Nesta última reunião que tive com a Infraestruturas de Portugal, aquilo que propus é que nós, uma vez que eles estão a trabalhar num anteprojeto que tinha servido genericamente para os trabalhos que também estão a ser feitos em Leiria, e que nós dissemos que na parte sul não funcionava, ele foi depois cortado em dois, e que a base da apreciação dos Srs. Presidentes de Junta, que, entretanto, terá que começar a ser feita, com Pombal, Pelariga e Redinha, tenha como suporte documental e de projeto esse anteprojeto que já existia, e com isto termos aqui alguma forma de trabalhar e perceber se, ou a Infraestruturas de Portugal é capaz de o fazer através dos seus próprios meios, ou se, por outro lado, celebraremos um protocolo para abrir um novo procedimento, para termos um novo projetista e desenvolver. E portanto, esta é a metodologia que temos, relativamente ao IC2.

No caso do IC8, têm sido insistentes as observações à Infraestruturas de Portugal e também ao Ministério, e está agendada para o final do mês de março, na última semana, uma reunião com o Sr. Ministro dos Equipamentos, para se tratar também das questões do aeroporto, mas as questões rodoviárias foram, no âmbito da CIM, identificadas, e portanto, será um assunto que se seguirá.

De todo o modo, o que nós percebemos pelo Orçamento de Estado, pelo orçamento da Infraestruturas de Portugal e pelo Plano Nacional de Investimentos é que não há particular sensibilidade – não há particular sensibilidade – e que o país vai optando por não fazer os investimentos nas vias rodoviárias, porque, se calhar, contam-se pelos dedos de uma mão aquilo que são intervenções novas que estão a ser feitas, e as conservações que infelizmente vemos são muito fracas e pouco frequentes.

Aqui em Pombal, uma das matérias que se acha relevante, e que pedi já para estudar à mesma equipa projetista que está a fazer o projeto para a Estradas de Portugal, é que nós consigamos ter, por exemplo, acessos dedicados à zona industrial da Formiga, e com isto conseguirmos retirar o trânsito pesado do tabuleiro do viaduto Guilherme Gomes dos Santos, de maneira a que haja condições de o tabuleiro ser essencialmente dos transportes públicos, pedonal e ciclável, com maior segurança, utilizando o canal da Nacional 1 como zona mais adequada para podermos fazer essa distribuição. Se nós tivermos entradas e saídas na mão, como existem na zona industrial das Meirinhas, à zona industrial, nós conseguimos retirar três quartos do trânsito pesado que está em cima da Nacional, porquanto utilizando a rotunda do Alto do Cabaço permite a quem venha de sul entrar na Formiga e ir a essa mesma rotunda, e portanto, ficamos apenas com a dificuldade das saídas para norte da zona industrial da Formiga, que eventualmente não queiram utilizar o acesso à autoestrada e queiram ir para a Estrada Nacional 1. E aí, temos duas hipóteses: ou utilizamos o tabuleiro, como hoje se faz, ou obrigamos os carros pesados a irem pelo caminho paralelo à Linha do Norte e a chegarem à zona da Venda da Cruz, e aí poderem entrar na Nacional 1, aproveitando a instalação semafórica que lá está. São projetos que estão a ser discutidos, que eventualmente podem passar também pelo estudo a sul da cidade de Pombal de uma nova rotunda na Nacional 1

que faça ligação direta do trânsito à Charneca, e com isto tirávamos muito trânsito que habita do lado poente da cidade de Pombal do tabuleiro sobre a Nacional 1, e com isto uma distribuição bastante mais homogénea dessas cargas, seja para norte, seja para sul. E portanto, é uma solução que estamos também a estudar.

A Sra. Deputada Cláudia Caetano, que também felicito pela sua intervenção sobre a violência nas escolas e o alegado tráfico de droga, e o que faz a Câmara para sensibilizar a envolvente ali na questão da problemática. Como nos disse, a Associação de Pais está bastante sensibilizada; eu acho que o problema já não é de sensibilização, o problema agora é um problema de ação. É verdade que nós não temos em Portugal, nem no mundo civilizado, reportes cotidianos das atividades de investigação das polícias – nem me parece que seja muito adequado que assim se faça – mas, o que é certo é que as polícias estão mais atentas do que possa parecer. Isto não quer dizer que se evitem por antecipação qualquer tipo de conflitos, mas, de facto, as situações estão muito bem identificadas, e eu quero achar – e quando chegar a altura de falar à Sra. Deputada Célia Cavalheiro sobre o mesmo assunto – que, de facto, não podemos achar que o processo da polícia e o processo da segurança dos cidadãos ganhou algum tipo de qualificação quando se entendeu adequado na Legislação Portuguesa, com o fomento de alguns Partidos que têm representação nesta Assembleia Municipal, que, de facto, a liberalização do consumo da droga e a possibilidade de sermos portadores de droga, que nos ajuda a resolver este problema, porque quando muitos dos que aqui estão andavam na Escola Secundária, a simples circunstância de ser possuidor dessa mesma droga era motivo suficiente para haver uma identificação. Hoje já não é. E isto, de facto, dificulta, e às vezes é preciso olhar para aquilo que são as consequências políticas muito pouco ponderadas, na minha opinião, para se perceber que, de facto, se calhar esse pressuposto, que eu julgo que é grandioso, de achar que as pessoas conseguem fazer o uso adequado desses recursos e que se comportam devidamente, nem sempre acontece. E nós vivemos circunstâncias em que isso não está a acontecer, de uma forma que nos aparece com alguma gravidade, felizmente hoje bastante mais denunciada.

E portanto, se os casos que acontecem são aqueles casos que são conhecidos, eles, sendo preocupantes – porque são sempre situações que nós não queremos – não têm o dramatismo que às vezes lhes queremos dar. E hoje, é importante dizer isto também, há – e perdoem-me a expressão – às vezes, uma excitação que não é muito adequada a pessoas racionais que confiam nas forças policiais – e eu confio, enquanto Presidente de Câmara, nas forças policiais, e tenho razões para acreditar que sempre que foi preciso fazer o seu reforço e outro tipo de investigações, as coisas correram bem. E portanto, aquilo que nós sabemos é aquilo que vemos; aquilo que nós não sabemos, achamos que não aconteceu, mas, se calhar, há muito mais ocasiões que foram diminuídas e foram evitadas do que aquelas que não se conseguiram fazer, até porque isso tem sempre alguma complexidade.

E portanto, nós teremos ocasião de fazer uma discussão com o detalhe que as polícias entendam possível junto da Comissão Municipal de Segurança Restrita, do Conselho Municipal de Segurança Restrito, com o Agrupamento de Escolas, convidando também entidades, como a Associação de Pais, que deve receber essas informações, até porque eu acho que é importante também haver aqui nestas entidades que perseguem todas o mesmo bom propósito, que exista da parte de todos uma perceção dessa informação relevante. E aí, a polícia pode dizê-lo, mas também pode dizer às entidades aquilo que não pode dizer por questões de segurança, e acho que é importante haver também uma definição muito concreta dessas bitolas comunicacionais sobre este assunto.

E isto, passando para o Sr. Deputado Pedro Pimpão, que fez esta ligação sobre estas questões também da segurança, e sobre a delegação de competências, e o problema que aqui nos trouxe, sob o ponto de vista das expetativas e das garantias para a questão educativa, o que eu quero aqui sublinhar é que se estava mesmo a ver que nós estávamos perante um golpe absolutamente

eleitoralista, que estava pejado de impreparação e apenas de intenção panfletária, para que à data das eleições se dissesse que se tinha iniciado um processo de descentralização, e que depois, o mesmo Governo, um membro do mesmo Governo – apesar de ter mudado de pasta – e depois da célebre declaração do Rivoli, no Porto, vir dizer que, de facto, não há condições. Toda a gente sabia que não havia condições; toda a gente sabia que não havia condições – não havia condições para arranjar meios de financiamento, não havia condições para acolher os trabalhadores, não havia condições para fazer os projetos, não havia condições para coisa nenhuma.

No meio disto tudo, o que é que se salva, na minha opinião? A profunda convicção dos portugueses e de todos os Srs. Deputados de que, de facto, se não forem os Municípios, nós não vamos para a frente nestas matérias. E isso dá-nos um conjunto de maiores responsabilidades; precisamos, de facto, dos meios. E acho que houve aqui um otimismo generalizado da Associação Nacional de Municípios, que é um bocado estranho, porque alguns dos membros votaram na Associação Nacional de Municípios que, sim senhor, devia haver descentralização, mas quando chegaram à sua casa, entenderam que é boa, mas na casa dos outros; na minha, não vale a pena. E isto não cria muita confiança no processo. Eu acho que toda a gente tinha a perceção, e toda a gente achou que era uma coisa muito boa, e que ninguém devia dizer que não há. Nós queremos a descentralização; não podemos é querer a descentralização de qualquer maneira, porque nós estamos em processo negocial com as Juntas de Freguesia, e os Srs. Presidentes de Junta sabem que queremos fazê-la de maneira a que não haja, em nenhuma circunstância – e se este critério presidir a tudo isto, é bastante mais fácil – a perceção de que o Município está a atirar responsabilidades que são suas para cima das freguesias, e a obrigar os escassos orçamentos das freguesias a suportar estes encargos, seria uma desonestidade atroz, e nós não queremos fazer isso. O que nós queremos é que, de facto, haja esse conforto sob o ponto de vista funcional, esse conforto sob o ponto de vista jurídico, esse conforto sob o ponto de vista financeiro, para se fazer, e se for possível fazê-lo gradualmente, que seja feito dessa maneira, porque estes processos, no nosso caso, têm quatro órgãos que funcionam: a Câmara, a Assembleia, a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia, para o podermos fazer. E portanto, espero que isso aconteça.

Na educação, Sr. Deputado, quero dizer-lhe que eu não fiquei à espera que chegasse 2021; os trabalhos da Câmara relativamente ao acolhimento dos funcionários, à identificação das carências, à própria elaboração dos projetos das escolas que, passando para nós, precisam de intervenções prioritárias – as intervenções na Marquês de Pombal, e principalmente na Gualdim Pais, são prioritárias, já têm reuniões marcadas, aliás, para isso mesmo – nós temos que proceder à elaboração destes projetos, porque o que nós queremos, efetivamente, é estar na linha da frente, termos os projetos prontos, para quando houver os meios estarmos a dizer "presente", estar tudo pronto, e avançarmos. Isso é o que nós queremos fazer, porque acho que já perdemos tempo demais com esta circunstância. E portanto, Sr. Deputado, muito obrigado por esta oportunidade de poder responder nestes termos.

Sra. Deputada Liliana, sobre as questões da Unidade de Saúde Familiar no concelho: bem, o processo, nos termos em que nós hoje o conhecemos, tem duas condições bem distintas: a primeira é a que resultou de uma articulação entre o Município e a ARS, e que resulta em três Unidades de Saúde Familiar – S. Martinho, Marquês de Pombal e Oeste. E depois, temos a outra parte, que é a das UCSP's, que decidiu unilateralmente, através da ARS, impondo um modelo que nós todos conhecemos, e que achamos que não serve. E portanto, aquilo que eu acho que é importante é nós retomarmos esta discussão, mas uma discussão que não seja condicionada, nem por imposições dos Srs. Médicos – e eu quero aqui sublinhar que nos termos da constituição das USF's, a quem compete fazer as propostas da sua composição e da sua criação é às equipas de médicos, enfermeiros e administrativos; eu acho que é a única atividade da política portuguesa que não fica dependente do Governo, dizem os defensores que é uma forma de estimular – e portanto, os Srs.

Presidentes de Junta, coitados, não podem ser estimulados, porque também não o podem fazer, não podem dizer "eu não quero", os Municípios a mesma coisa, e portanto, é um processo muito particular. Mas, acreditando na bondade do processo – e eu acredito – de facto, que as condições da prestação dos cuidados de saúde através das USF são os mais desenvolvidos que são conhecidos e que são os melhores para todos, tem que haver aqui uma reflexão muito séria. E eu vou dizer-lhe aquilo que disse a todos: se os Partidos que estão nesta Assembleia entenderem que esta é uma matéria para andarmos em arremesso partidário, sobre se fica aqui, se fica ali, se divide, se devia ser aqui, se devia ser ali, acho que não nos vamos conseguir entender. Acho que não nos vamos conseguir entender. E se nós quisermos pôr um bem maior à frente de tudo isto, temos de perceber duas ou três coisas que parecem ser evidentes: primeiro, as Extensões, nos moldes em que funcionam, parecem que são próximas, mas sob o ponto de vista da qualidade do serviço que prestam, pelas horas que funcionam, pelo facto de os médicos estarem sozinhos, nem sempre as equipas estarem bem constituídas, e por não haver mecanismos de substituição, são insipientes à luz do séc. XXI, e portanto, têm que ser melhoradas. Os meios de deslocação das pessoas, concebidos quando se lançou o Serviço Nacional de Saúde, em 1974, 1975, 1976, são completamente distintos hoje do que eram na altura; o rendimento das famílias, a mesma coisa. E portanto, deve haver aqui uma reflexão com todos – tivemos ocasião já de os Srs. Presidentes de Junta estarem todos presentes numa reunião que tivemos na ARS, e portanto, eu espero reunir brevemente com o Sr. Secretário de Estado da Saúde, com quem já tinha trocado impressões na altura em que era deputado no Parlamento Português, o Dr. António Sales, precisamente para perceber qual é a própria estrutura que existe, sob o ponto de vista político, para desenvolvermos este projeto, porque aquilo que também nós percebemos, sob o ponto de vista do Orçamento de Estado, e sob o ponto de vista de outros meios de financiamento, é que também não há meios financeiros para fazer estas coisas. E é muito bonito lançarmos estas discussões, mas nós não queremos só discussão; queremos concretização e queremos ação. E portanto, espero que tenhamos condições para o fazer da melhor forma possível, termos essas discussões também aqui na Assembleia, entre todos, para sabermos qual é que é o caminho que temos que trilhar.

Enquanto isso acontece, fazermos investimentos profundos em algumas das nossas Extensões que não têm condições, e daqui a pouco a Assembleia apreciará, por exemplo, a deliberação da Câmara, muito recente, sobre, por exemplo, o apoio à requalificação da Extensão de Saúde de Carnide.

Sobre a questão do fogo controlado, hoje choveu, e portanto, não houve janela para fazer o fogo controlado na Sicó, e portanto, o problema não se coloca. Esse problema só se colocará a partir do próximo mês de outubro.

Subscrevo integralmente – e tomei essa iniciativa – que o esclarecimento das populações é absolutamente importante. Mas, deixe-me dizer-lhe que, sobre a proposta de desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Sicó, aqui apresentado, que já estamos a trabalhar no âmbito das Terras de Sicó, os seis Municípios das Terras de Sicó, no desenvolvimento da paisagem protegida da Serra de Sicó, que tem simultaneamente um plano de desenvolvimento e um plano de proteção. E portanto, estamos já a fazer esse trabalho. Espero que, em breve, a Assembleia o possa aqui apreciar.

E acompanhando o seu regozijo pelo prémio da Escola de Vila Cã, deixe-me dizer-lhe que tenho a certeza absoluta de que, ao contrário do que pensa, que não valia a pena fazer o novo centro escolar, receberíamos muito mais prémios se, efetivamente, já lá o tivéssemos, e os nossos alunos tivessem melhores condições. E portanto, deixe-me devolver-lhe isso nesses termos.

O Sr. Deputado Rui Acácio, sobre a secção de apoio técnico às freguesias: eu aqui, de facto, quero agradecer, antes de mais, à Assembleia, porque se vocês se recordarem da data em que tomámos a decisão de alterar o organigrama, aprovar o Orçamento e o novo quadro de pessoal, até hoje,

passaram sessenta dias (não chegou); e nestes sessenta dias, tudo isto foi pronto, os concursos foram preparados, foram abertos, estão a decorrer, e nós, se calhar, daqui a trinta ou quarenta dias, temos condições de já ter candidatos. Isso é importante para percebermos a rapidez com que todo este processo se conseguiu instituir, e eu tenho muita expetativa – ainda há pouco falava, antes de a nossa Assembleia começar, com a responsável do planeamento ambiental da Câmara, precisamente sobre aquilo que possa ser o apoio da parte administrativa desta secção, por exemplo, auxiliando as Juntas de Freguesia nas Eco-Freguesias e num conjunto de outras atividades que nós, à partida, não concebemos, mas que eventualmente podem ser úteis nesta relação, eu diria mais burocrática, mais de instrução de processos, a outras coisas que não apenas a questão da arquitetura, do projeto e do financiamento respetivo. Há um caminho enorme para se fazer, dedicado e com pessoas muito capazes.

Quero agradecer ao Sr. Eng.º Rodrigues Marques esta oferta e esta lembrança que nos traz, dividindo a Assembleia entre aqueles que eram nascidos antes deste diploma, e aqueles que vieram depois. Lamentavelmente, o senhor já lá estava nessa altura. Mas, de qualquer forma, é uma viagem pela memória do nosso concelho, que eu acho que todos vamos agradecer, e recordar que já em 1966, o Bodo já tinha cinco dias – não era tudo seguido (24, 29, 30 e 31 de julho, e 1 de agosto). E portanto, já havia uma leitura interessante. Muito obrigado, Sr. Engenheiro, pela sua lembrança, e pela generosidade da sua oferta também.

Sr. Deputado João Santos, acompanhando aquilo que disse, sob o ponto de vista dos clubes e do apoio todo que tem sido desenvolvido, dizer que, de facto, nós estamos concentrados em três grandes objetivos: o primeiro tem a ver com a circunstância de termos mais clubes, e este ano temos; de termos mais modalidades, e este ano temos; e de termos mais atletas – não posso já garantir este ano, porque nem todos têm ainda os dados completos, e não posso dizer isto. Mas, esta é uma grande parte, diria que sob o ponto de vista da difusão, primeira fase, e numa segunda fase, o que eu acho que é importante – e tive ocasião de o dizer aqui, na cerimónia de assinatura dos protocolos com os dirigentes desportivos – é que a nossa oportunidade é, de facto, de começarmos um processo de qualificação – qualificação de método, qualificação de capacidades, qualificação de técnicas, qualificação de equipamentos. E portanto, passarmos a uma fase seguinte, porque isso irá precisar – e, aliás, o Sr. Vereador do Desporto já teve algumas iniciativas, acrescentando a esta circunstância de termos participação para a manutenção do pavilhão, para redução do valor pago pelos respetivos atletas inscritos, que também, por exemplo, sob o ponto de vista da manutenção dos relvados sintéticos, consigamos fazer um processo que seja útil a todos aqueles que queiram aderir, e por essa razão termos menos encargos distribuídos por cada clube, ser bastante mais económico, ser bastante mais profissional, porque temos pessoas responsáveis por isso, e no final do mês, tudo aquilo que se possa poupar é dos clubes. E portanto, fica o problema resolvido, sem ter este tipo de dificuldade. E tenho a expetativa, de facto, de que este Gabinete de Apoio Técnico às freguesias possa catapultar outro tipo de financiamentos e de apoios – como, aliás, aconteceu com a assunção muito recente, da parte do Município, de suportar cinquenta e cinco por cento (55%) dos valores devidos pelos clubes, no caso de serem apoiados pelo IPDJ neste projeto de requalificação de equipamentos desportivos que está a decorrer – e que espero que corra tudo bem.

Sra. Deputada Célia Cavalheiro, eu percebo que seja muito mais fácil – e o facto de ser mais fácil não significa que não seja uma preocupação legítima, porque é – identificar a obra do Centro de Saúde como sendo uma obra que mete água, mas que hoje ainda ninguém consegue, de facto, confirmar de forma absolutamente perentória que a responsabilidade tem a ver com infiltrações ou más execuções. Pode ocorrer ainda a circunstância de terem havido problemas ali na própria manutenção dos equipamentos de ar condicionado, que são da responsabilidade da ARS. E portanto, é uma matéria que não é pacífica.

A questão do centro escolar está identificada, mas nós não nos podemos esquecer que foram feitas obras no Centro Escolar de Vermoil, em Almagreira, no Louriçal, a nova Escola da Guia, foi reconvertido o pavilhão da Marquês de Pombal (...) achar que a floresta são esses episódios, que um duvidoso, e o outro já corrigido, que façam essa caracterização. E portanto, vou tê-lo apenas, dando-lhe estes doze ou treze exemplos, que, de facto, foi apenas uma figura de estilo aquela que quis utilizar.

Sobre o critério da escolha do material: bem, temos sempre esta história do copo meio cheio e meio vazio; temos o pai que pode vir dizer que é muito mais perigoso dar com a cabeça no betão armado do que na madeira, ou o pai que vem dizer que é muito mais perigoso espetar uma lasca do que ela não existir. Tem que haver capacete, evidentemente. E portanto, todas estas questões são acauteladas, nós estamos a falar de contraplacado marítimo, que é preparado para estar em ambientes exteriores, não é uma madeira qualquer, temos bons exemplos dados pelo construtor, até à garantia da obra, isso é da responsabilidade dele, e depois, evidentemente, será da responsabilidade do Município de Pombal.

Sobre a observação que fez à questão da segurança, eu vou aqui reiterar o que disse há pouco: não podemos querer liberalizar as drogas, não podemos querer que os cidadãos com dezoito anos – nem sei se o regime pode ser inferior – possam andar com droga para seu consumo próprio na rua, e depois dizer: "Coitados dos nossos filhos, que podem ser vítimas desta gente." Não podemos, temos que ser honestos; temos que ser honestos. E portanto, não podemos dizer que isto é uma coisa muito boa, e que o Bloco é muito bom a defender estas matérias, e depois dizer: "Ai Jesus, que agora, à porta da Escola Secundária existem meliantes que estão com isto", e a polícia não pode fazer aquilo que fazia noutros tempos, que é revistar os bolsos, tirar às pessoas, apurar as questões e pô-las no sítio certo. Olhe, se se indigna, tem um bom sítio para o fazer, que é o Partido, num qualquer momento – olhe, como dizia a sua campanha eleitoral, como entrar numa lufada de ar fresco, porque às vezes pode estar um ambiente um bocado carregado, um bocadinho mais carregado por alguma substância que possa inebriar a clarificação intelectual.

O deputado André Casqueiro, sobre as questões apresentadas: de facto, eu subscrevo integralmente o que disse, e o trabalho que estamos a fazer é um trabalho inovador nesse sentido. O Município, com uma escola pública, chamar empresários, apresentar-lhes os programas, ouvir a sua reação, pedir colaboração, para termos um equipamento que possa funcionar melhor do que os outros todos – porque ninguém espere que seja o Orçamento de Estado português que consiga ultrapassar as dificuldades enormes que as escolas públicas que hoje já têm cursos profissionais, e não têm sequer condições para fazer a manutenção ordinária dos meios que têm – laboratórios, equipamentos, ferramentas, máquinas, e por aí fora – e que estes projetos têm uma maior dimensão em todos os níveis, de modernidade, de inovação, de técnica, de acompanhamento e de experiência, se envolvermos as empresas. E felizmente que isso foi entendimento com o Agrupamento, e essa sessão correu muito bem, e portanto, eu tenho muita expetativa de que o consigamos fazer até noutras áreas da nossa atividade – e quando, daqui a pouco, falarmos da questão de Albergaria dos Doze, também vos direi aquilo que disse, na altura, à Direção da escola, e ao Sr. Presidente da Junta, que está aqui, da União de Freguesias de Santiago, S. Simão e Albergaria dos Doze.

Dr. Carlos Lopes, sobre a questão do Orçamento Participativo, eu pensei que o senhor vinha falar do de 2018, porque eu concordo absolutamente consigo. E sabe o que é que aconteceu em 2018? O ARCUDA ganhou o Orçamento Participativo para fazer a requalificação das bancadas e dos balneários, e foi feito zero. Isso é que me indigna a mim, e estamos em 2020. Isso é que me indigna a mim. E portanto, concordo em absoluto consigo, em 2019 também. E portanto, nós estamos aqui para trabalhar, e o senhor tem razão. Agora, não basta lançá-los; é preciso concretizá-los, que é aquilo que o senhor aqui disse. E portanto, estou absolutamente de acordo consigo. Evidentemente que não lhe vou dar o prazer de o senhor, depois, chegar cá no final do ano a dizer que mais uma

vez tinha razão, porque nós vamos trabalhar para evitar que estes problemas não sejam ultrapassados.

Quanto à questão dos valores, olhe, se calhar o valor de 2019 vai fazer a obra que devia ter sido feita em 2018, e não foi. Portanto, não fique com pena, que ele não se perde, vai sempre para o sítio certo. É isso que nós temos que falar, porque ainda esta semana, quando recebemos, depois, num almoço que tivemos com os dirigentes desportivos, estive precisamente com os dirigentes do ARCUDA e falámos sobre este assunto em concreto – isto foi na passada terça-feira, se a memória não me falha.

Sra. Deputada Nicolle Lourenço, sobre os projetos sociais: nós temos um grande trabalho para fazer, e temos muito trabalho para fazer porque com o mapeamento dos equipamentos sociais que foi feito em Portugal, aquilo que aconteceu foi uma segregação dos Municípios que nos últimos vinte anos fizeram um trabalho de investimentos com as nossas IPSS's, de aumento da capacidade em lar, em centro de dia, em apoio domiciliário, num conjunto de outras valências, e que quando comparados com o resto do país, parecem hoje estar bastante mais à frente. Estão mais à frente porque fizeram esse trabalho, com os nossos dirigentes, que muitos que temos, é um país que nos últimos anos tem uma folga orçamental que é o orgulho de toda a gente, mas não há dinheiro para poder pagar os aumentos salariais que existem na maior parte das pessoas que trabalham nas IPSS's, que recebem o salário mínimo nacional, que subiu dezassete por cento (17%), que é um número muito bom, ninguém fica contente porque o valor que existe não serve para grande coisa, como sabemos, mas o que é certo é que as IPSS's nos territórios como o nosso, que têm unanimemente a perceção de que este é um trabalho essencial para o nosso desenvolvimento, para ultrapassar os problemas das famílias que não conseguem acompanhar os seus idosos, ou porque estão noutro país, ou porque estão noutra cidade, ou porque, de facto, não têm meios, e que nós temos que o fazer. E por isso, está-se a fazer o trabalho nas obras que se concluíram e inauguraram no Carriço, nas obras que foram apoiadas em mais de quinhentos mil euros (500.000€) pela Câmara para a Santa Casa da Misericórdia de Pombal, que daqui a três ou quatro meses podem estar a funcionar, nos trabalhos que estão a ser feitos no Centro Social de S. Pedro, em Albergaria dos Doze, na conclusão dos trabalhos das Meirinhas, a avaliação que estamos agora a fazer no Louriçal para ampliação da capacidade do lar, com o projeto que o Sr. Provedor me apresentou, precisamente no almoço de natal de 2019, nos trabalhos com a Freguesia da Redinha e com a Santa Casa da Misericórdia, para a compra dos terrenos, para a identificação do terreno, para o financiamento do projeto e para o financiamento do próprio terreno, e portanto, é o que nós estamos a fazer. E por exemplo, ainda muito recentemente, no encontro que tive, promovido pelo Sr. Presidente da Junta de Carnide, com todas as IPSS's de Carnide, tive essa ocasião de discutir com a nova Sra. Presidente do Centro Social de Carnide também a retoma do projeto, para fazermos a ampliação. E portanto, há aqui um mundo a pulsar para que todas essas coisas se possam resolver, e onde, infelizmente, a expetativa que temos vindo a apresentar a todos eles, e vamos aguardar, por exemplo, quando é que vai chegar o protocolo, como é que isso acontece, porque nem sempre consegue acontecer.

Sr. Deputado Joel Gomes, que saúdo por voltar também aqui, quero dizer-lhe que já talvez há três ou quatro meses está provido o lugar, através de recibo verde, e, entretanto, abrir-se-á um concurso, através do Dr. Nuno Mendes, que é o responsável do Gabinete de Apoio ao Investidor, e posso dizer-lhe que foi uma peça essencial, seja para montar este processo que agora fizemos com as escolas, relativamente aos cinquenta empresários que foram desenvolvidos, seja na articulação, por exemplo, na aquisição dos cerca de quarenta terrenos, que daqui a pouco vamos apreciar, para juntar os cento e vinte mil metros quadrados de terreno que na Guia vamos pôr em hasta pública para poderem ser desenvolvidos. E portanto, está a funcionar, e está a ser cumprido.

Deixe-me discordar da sua intervenção sobre o Conselho Municipal de Juventude, quando diz que muitas das associações só podem usar o Conselho Municipal de Juventude para falar com o Presidente da Câmara. Discordo com o que disse, isso não é verdade, as portas estão abertas, a Sra. Vereadora tem também esse contato com as instituições. E portanto, não há nenhum tipo de segregação, não é o único sítio onde se pode falar.

No Conselho Municipal de Juventude fala-se da ordem de trabalhos e daquilo que cada um queira falar, mas eu até prefiro que os interesses que apenas são do interesse de um sejam tratados de um para um, não precisamos de ter a plateia toda a tratar do mesmo assunto, à espera, porque nós fazemos isto com as Juntas de Freguesia, tratamos dos assuntos que são de todos, e não de uns. É uma questão metodológica. Está agendada para o mês de março de 2020 a nova reunião do Conselho. Mas, deixe-me dizer que o Presidente da Câmara, com aquilo que a Lei estabelece, com as suas obrigações nos Conselhos, quando os documentos vão ao Conselho de Secretários de Estado ou ao Conselho de Ministros, os da REN, GNR, PSP, sabem uma coisa? Coitados, eu não sei se eles conseguem trabalhar noutras coisas Isto é o aprovado na Câmara, e ir para a Assembleia Municipal, o Conselho Municipal de Educação, por exemplo, é eleger os membros que a representam. E portanto, no dia 17 de março teremos a reunião do Conselho Municipal de Educação, onde está agendada a eleição dos respetivos representantes. De todo o modo, já informei que logo na semana seguinte teremos reunião do Conselho Municipal de Segurança Restrito para acompanharmos.

Sr. Deputado e Sr. Presidente de Junta de Vermoil, Eng.º Daniel, em termos de IC2, fiz já esta referência aqui ao deputado Henrique Falcão, sobre a parte norte e a parte sul. Tocou aqui num ponto muito importante, que é como é que nós vamos melhorar aquilo que parece ser uma boa solução, que é como é que as nossas ligações dentro do território, nas ligações que não são nacionais, podem facilitar aquilo que venham a ser os locais de inversão de sentido de marcha nas várias rotundas que sejam instaladas ao longo da Nacional 1. Eu acho que essa discussão, devemos fazê-la depois de termos o anteprojeto aprovado, e percebermos, de facto, como é que, depois, podemos usá-lo para a rede viária municipal, e com isto fazermos uma justa distribuição. E portanto, é um trabalho que teremos que fazer, precisamente para salvaguardar as condições de segurança e esta mobilidade, e portanto, fazê-la também com o maior conforto.

Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, sobre as questões de habitação social: deixe-me dizer-lhe que um dos projetos que está no nosso programa para 2020 é precisamente lançarmos o Plano Municipal de Habitação, e passa precisamente por fazer uma avaliação dessas carências habitacionais, até porque eu calculo que as situações a que se está a referir dizem mais respeito a cidadãos que estão a trabalhar cá e que não são de cá, e que têm dificuldade na sua instalação, e não tanto na perspetiva de quem já cá estava, e que pode ter uma habitação mais modesta, e que tem que recorrer aos mecanismos que temos, ou outras situações.

Naqueles casos em que são cidadãos que já cá estavam, têm casas muito degradadas, e que são processos que nós temos que ir acompanhando, nós estamos a estudar a possibilidade de utilizarmos aquele conceito das casas móveis para suprir essas necessidades. São mais rapidamente supridas, são mais baratas, têm conforto térmico e estético, e provavelmente são de rápida resolução destes problemas. Já temos orçamentos, estamos a estudar, e portanto, é matéria que depois teremos ocasião de fazer. De qualquer modo, os números que possam existir, calculo que tenham sido já transmitidos pela Comissão Social Interfreguesias ao pelouro, para conhecermos e para sabermos, de facto, qual é a dimensão do problema, para podermos pensar na sua melhor solução.

Ao Sr. Presidente da Junta de Almagreira, sobre as questões da primeira infância, deixe-me dizer-lhe que foi aprovado no Orçamento de Estado o projeto "Creche para Todos". Eu estou à espera da sua regulamentação, porque o próprio Município já o tinha pensado, precisamente para se

perceber como é que o Estado veio conceber esta solução, onde eu acho que, à partida, deve contar também com as instituições privadas que possam ter capacidade para o fazer. Como sabem, o Município não é a entidade titulada para poder desenvolver atividades da creche; tem que ser ou um privado com alvará, ou uma IPSS. E portanto, calculo que essas soluções sejam soluções que não são diferentes daquelas que procurámos fazer para a Assanha da Paz, por exemplo, que é ter uma instituição de suporte, ou que estamos a procurar fazer, por exemplo, com Abiul, relativamente à existência de uma instituição de suporte, de uma IPSS, que queira ampliar a sua capacidade de resposta – normalmente é mais na terceira idade, é o que acontece no caso de Almagreira, e também de Abiul, no caso de Abiul, sob o ponto de vista do legado da Fundação José Lourenço Júnior, para com isto percebermos se, efetivamente, há ou não há essa possibilidade, porque precisamos de uma instituição de suporte que nos auxilie a concretizar isto, não pode ser a Câmara a fazê-lo livremente. E portanto, uma coisa é ter o edifício, outra coisa é ter a organização que nos vai garantir que, de facto, isso possa existir. Estou a aguardar também que exista, sob o ponto de vista nacional, a aprovação do projeto "Creche para Todos" – que, aliás, ficou com a mesma designação do projeto que nós já tínhamos no programa eleitoral, o nosso projeto já dizia precisamente "Creche para Todos". Aliás, a circunstância, como bem sabe, de ter ficado a funcionar – e é dos poucos casos – na Assanha da Paz, o pré-escolar da Assanha da Paz, precisamente, era exatamente para cumprir estes objetivos que estavam estabelecidos, que era ali podermos ter em simultâneo a creche, se tivermos uma instituição de apoio, termos o pré-escolar para dar apoio à zona industrial do parque industrial Manuel da Mota e toda a zona envolvente, e simultaneamente fazermos o 1.º ciclo e a parte do pré-escolar em Almagreira, porque ali tínhamos condições para ter duas salas – é, aliás, o único caso em que isso aconteceu, precisamente porque achamos que é uma boa ideia, quando se instituiu um centro escolar com esta solução.
Sr. Presidente, José Manuel Marques, sobre essa questão também das escolas e das alternativas, eu já conhecia a sua opinião sobre esta questão das escolas com finalidades turísticas, e a avaliação que se faça dos números, das necessidades, das origens, depois levar-nos-á também a procurar encontrar aqui a solução mais adequada para respondermos a essas carências habitacionais, nomeadamente ao nível da habitação social.
Muito obrigado, e desculpem o tempo que ultrapassei."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
"Muito obrigada, Presidente."

Ponto 2 – Período da Ordem do Dia

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:
"Sr. Presidente, quer falar neste ponto, ou espera inscrições?
Então, aceitam-se inscrições para este ponto. Quem se inscreve? Sr. Presidente Humberto Lopes, pode usar da palavra."

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD)
"Obrigado, Sra. Presidente.
É muito rápido. No fundo, só aqui um ponto de situação: uma das situações que nos preocupa lá em Almagreira são os caminhos florestais. Era só um pedido, o ponto de situação do concurso que a Câmara, e bem, lançou para aluguer de equipamentos, para conseguirmos limpar e abrir os caminhos florestais antes da época crítica que, entretanto, vamos ter aí.

E depois, também uma sugestão, que tem a ver com a sinalização. Há bocadinho falámos aqui em várias freguesias em que já temos esse problema, que é a sinistralidade rodoviária em vias municipais, que era a questão do inventário da sinalização. Pombal já começou, está um sistema muito bem implementado, e também é fácil, há soluções no mercado, que hoje em dia, facilmente com uma etiqueta com um código de barras se coloca no sinal, e essa sinalização fica identificada. Por quê? Porque há um acidente de viação, e a seguir, as autoridades vão perguntar que sinalização é que lá estava. Se essa sinalização não estiver identificada, se não houver um cadastro, se não houver uma data da colocação – e estão aqui advogados, sabem perfeitamente que há muita forma de pegar e termos vários problemas nas nossas vias – e aqui falo nas vias municipais, e era uma sugestão, porque há soluções baratas no mercado que o Município pode implementar.
Obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Presidente Humberto.
Presidente Pedro Pimpão, se faz favor."

Pedro Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD)

"Muito obrigado, Sra. Presidente. Também serei breve.
Queria só, no seguimento também da intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira, falava em caminhos municipais, e eu queria destacar também aqui e saudar positivamente, porque nas últimas Assembleias Municipais tenho falado da necessidade de intervenção na requalificação da rede viária, nomeadamente da Freguesia de Pombal, e enquanto Presidente de Junta, não podia deixar de destacar o facto de na informação que nos é remetida, fazer-se referência a um investimento superior a trezentos e cinquenta mil euros (350.000€) de intervenção numa zona que é carente dessa mesma intervenção na rede viária, zona da Cavadinha, dos Motes, dos Malhos, dos Afonsos, dos Crespos, da Rouça, porque é uma reivindicação legítima e antiga daquela população, e é uma justiça que se vai fazer. Por isso, Sr. Presidente, queria destacar positivamente e esperar que, tão breve quanto possível, possamos ter essa intervenção no terreno, a bem da nossa comunidade.
Obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Presidente.
Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Diogo Mateus. Faça favor de responder."

Presidente da Câmara Municipal Muito obrigado, Sra. Presidente.

"Então, sobre a pergunta do Sr. Presidente da Junta de Almagreira sobre os caminhos florestais, está produzido o relatório preliminar do procedimento concursal que foi lançado. Temos agora, durante dez dias, a audiência dos interessados, e portanto, eu espero que nós, durante o mês de março, tenhamos condições de começar a entrar. Nós dividimos o concelho em quatro lotes diferentes, e portanto, teremos essa intervenção partilhada, podem ser dois ou três empreiteiros diferentes. E portanto, à partida, é uma boa notícia, porque significa que vamos ter mais meios espalhados por mais território, que à partida nos pode garantir – esperemos nós – uma capacidade de intervenção mais célere e adequada.
Sobre a questão da sinalética rodoviária, nós estamos já a começar a tratar disso, isto é, na criação dos tais códigos de barras que nos permitam fazer esse cadastro, porque é uma matéria que é obrigatória, diria, e portanto, essencial para fazermos o trabalho da melhor forma possível.
Sobre a intervenção do Sr. Deputado Pedro Pimpão, Presidente da Junta de Freguesia de Pombal, de facto, a partir do momento em que conseguimos estabelecer o plano de investimentos do saneamento, com o peso que é conhecido, sob o ponto de vista do próprio ponto que daqui a pouco iremos apreciar nesta nossa Assembleia, sobre a contração de um empréstimo para a finalidade do saneamento, percebemos que não vale a pena estarmos a continuar a castigar os cidadãos,

dizendo-lhes que vamos ter saneamento, entretanto, porque não vamos conseguir fazê-lo já. E portanto, a opção política foi fazer essa intervenção, e depois, quando houver as condições financeiras e técnicas para o fazer, avançarmos, depois, com os projetos de saneamento para o fazermos. E portanto, será depois de todas estas cinco grandes obras que vamos lançar poderem estar concluídas, porque elas também têm aqui um peso orçamental significativo, e não há dinheiro do PO-SEUR para fazer isto. E portanto, o país põe-se aqui a discutir fazer ciclovias e eficiência energética, quando ainda há uma parte importante do país que continua a não ter redes de saneamento adequadas. Mas, isso são as prioridades, isso é que são os critérios políticos. E aí, eu sei que entre todos nós, estamos todos de acordo; aí estamos todos de acordo.
Muito obrigado, Sra. Presidente."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Sr. Presidente."
Vamos, então, prosseguir, passando ao Ponto n.º 2.2.

Ponto n.º 2.2. Eleição de membros da Assembleia Municipal para a Comissão de Acompanhamento à execução do protocolo estabelecido entre o Município de Pombal e a Associação de Produtores Florestais de Pombal.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Sr. Presidente, quer fazer alguma intervenção a este propósito?"

Presidente da Câmara Municipal

Não, Sra. Presidente, este processo é um processo que já é antigo, está apresentado no protocolo que foi firmado com a Associação de Produtores Florestais, e portanto, trata-se aqui de cumprir rigorosamente aquilo que, na altura, se estabeleceu, e que não era mais nem menos do que a possibilidade de a Assembleia Municipal acompanhar, de forma mais particular – porque sob o ponto de vista da sua essência, a Assembleia tem sempre essa competência – este trabalho em concreto, que na altura era relativamente inovador, e mantém-se o mesmo espírito, hoje alargado até a intervenções mais largas. E portanto, fica aqui o cumprimento da obrigação que estava neste protocolo, que se a memória não me falha, era de janeiro ou fevereiro de 2013.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Presidente.
Informo os Srs. Deputados que chegou à Mesa uma proposta, que diz o seguinte:

> *"Representantes da Assembleia Municipal de Pombal na Comissão de Acompanhamento à execução do protocolo estabelecido entre o Município de Pombal e a Associação de Produtores Florestais de Pombal.*
> *Os membros da Assembleia Municipal de Pombal, abaixo assinados, propõem para a Comissão de Acompanhamento à execução do protocolo estabelecido entre o Município de Pombal e a Associação de Produtores Florestais de Pombal os seguintes representantes:*
> *Daniel de Brito Ferreira,*
> *Paulo Manuel Lucas Duarte; e*
> *Rui Acácio Cruz da Silva Santos.*
> *Pombal, 28 de fevereiro de 2020"*

Temos aqui já esta proposta, subscrita por vários deputados desta Assembleia, e vamos proceder à votação. Aqui, sugiro que a votação seja "sim", "não", voto branco ou voto nulo. Aceitam? "Sim", "não" ou nada. Vamos a isso. O 1.º Secretário vai fazer a chamada, depois cada um vem depositar o seu voto na urna que está ali.

Faça favor."

Manuel Ferreira (1.º Secretário)

"Então, vamos dar início à votação."

Seguiu-se a votação por escrutíneo secreto.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada. Vou agora chamar o Sr. Deputado André Tasqueiro e a Sra. Deputada Cláudia Caetano, se não se importam, para proceder à contagem dos votos. A 2.ª Secretária vai assistir a essa contagem.

Srs. Deputados, dar-vos conta do resultado desta votação: trinta e seis (36) votos "sim", um (1) branco, e um (1) nulo."

A Assembleia deliberou, por maioria, com um voto em branco e um voto nulo, eleger os membros constantes da proposta supratranscrita, para integrarem a Comissão de Acompanhamento à execução do protocolo estabelecido entre o Município de Pombal e a Associação de Produtores Florestais de Pombal.

Ponto n.º 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre procedimento de hasta pública – alienação de prédios rústicos para afetar à construção industrial.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Pedia ao Sr. Presidente, se quiser usar da palavra agora, para o fazer."

Presidente da Câmara Municipal

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu quero começar por dizer que esta proposta que a Câmara aqui vos traz, aprovada por unanimidade, como há pouco dizia o Sr. Presidente da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, constitui, de facto, o resultado do empenho de um conjunto de entidades e dos serviços municipais, que conseguiu, desde março ou abril do ano passado, até agora, fazer a aquisição de todas estas parcelas, de fazer as respetivas escrituras, de juntar cento e vinte mil metros quadrados de terreno, e que hoje aqui vos são apresentados para podermos fazer aquilo que normalmente se faria através de uma operação de loteamento, mas que nós, em função do trabalho que também fizemos nos últimos anos, de auscultação de potenciais investidores estrangeiros, de receber grandes empresários portugueses, temos agora a perceção de que há interessados na aquisição de um lote com cento e vinte mil metros quadrados para fazer uma unidade industrial que possa ocupar cerca de sessenta por cento (60%) deste território – estamos a falar de uma nave industrial dez vezes superior ao parque da Expo Centro, dez vezes superior – e portanto, num projeto, que eu não tenho dúvida nenhuma, a concretizar-se aqueles que nos foram apresentados – e eu quero dizer-vos que os que nos foram apresentados como interessantes resultavam de contatos com a AICEP, resultavam de contatos com grandes empresas portuguesas, e acima de tudo aquilo que era requerido era uma disponibilidade imediata no acesso a estas instalações. E eu estou certo que a circunstância de podermos promover, através de uma hasta pública – e vale a pena talvez aqui abrir um parêntesis para explicar por quê a hasta pública: primeiro ponto – que, aliás, na Câmara tivemos ocasião de discutir – se porventura a Câmara Municipal tivesse proposto que o valor de venda fosse um bocadinho abaixo da base que aqui está proposta, de cinco ponto vinte e cinco euros (5,25€) o metro quadrado, podia dar-se o caso de esta venda ser feita sem precisarmos da autorização da Assembleia Municipal – como sabem, apenas aqui vem porque se trata de um valor mil vezes superior ao rendimento mensal garantido. E entendemos que na transparência da

alienação deste património, fazia todo o sentido que a Assembleia conhecesse essas condições, as discutisse, eventualmente, depois dessa discussão, as aprovasse, que desse uma dimensão, sob o ponto de vista do seu escrutínio, da sua transparência, maior a todo este processo, e que com isto, sem prejuízo de podermos utilizar outra forma jurídica de alienação – nós podíamos fazer aqui uma negociação particular, como, aliás, fazemos nos lotes que estão construídos no parque industrial – mas aqui houve uma deliberação política inequívoca: conferir a um projeto com esta dimensão uma transparência à prova de bala. E essa transparência à prova de bala é aprovar as condições, receber as propostas como estão previstas no caderno de encargos e no programa do concurso desta hasta pública, proceder depois a uma licitação, na existência de mais do que um interessado, e no fundo, dar esta dimensão de discussão, de acompanhamento e de controlo ao conjunto das operações que aqui temos. Estamos a falar de mais de quarenta prédios que foram adquiridos, com pessoas que estavam em Portugal e no estrangeiro, proprietários que, entretanto, morreram e tiveram que haver habilitações de herdeiros para podermos fazer as transferências, e simultaneamente com esse trabalho de aquisição, depois do cadastro que já existia, aliás, termos simultaneamente um processo de contatos comerciais para podermos concretizar, de facto, esta proposta.

E aquilo que nós aqui vos trazemos é, de facto, uma proposta que tem – pelo menos que nós conheçamos, por declarações de interesses feitas por várias entidades – eu quero dizer-vos, por exemplo, que quando a AICEP o faz, não nos costuma dar informações muito mais detalhadas do que os países de origem dos investidores, às vezes as áreas de interesse, e muito poucas vezes a definição mais restrita dos projetos. Mas, o que se pretende é que, de facto, haja aqui uma oportunidade igual para todos, não uma negociação privada com aquele ou com o outro; é a criação de uma oportunidade para que todos aqueles interessados o possam fazer. E estamos a falar de uma operação que sob o ponto de vista imobiliário é de grande dimensão, cento e vinte mil metros quadrados é, talvez, setenta por cento (70%) de toda a zona industrial da Guia, ou oitenta (80%), não precisa de qualquer tipo de infraestruturação proposta pelo Município, porque é servido por via rodoviária adequada, tem a rede de abastecimento de água, e ficará a cargo do requerente, no caso concreto, a potenciação ou dimensão das ligações elétricas que sejam necessárias, e porque é uma zona também servida por águas residuais, com a respetiva capacidade de podermos fazer o seu tratamento.

As condições que se impuseram neste programa de concurso são, no que diz respeito à reversão, exatamente iguais àquelas que utilizamos há muitos anos nos parques industriais, isto é, prazos definidos para a apresentação do projeto, para a sua aprovação, para lançar todos estes procedimentos, e para, efetivamente, haver uma consequência em tempo útil destes investimentos. É evidente que não podemos esperar que um investimento com esta dimensão se faça todo de uma vez, é um processo que de certeza absoluta terá várias fases, mas faz parte da nossa proposta que conheçamos esse plano, que conheçamos esse faseamento, e que com isso possamos ir acompanhando todo este projeto. E portanto, eu tenho muita confiança no sucesso desta operação, temos, depois desta aprovação, se a Assembleia assim o entender, ocasião de fazer também a promoção de toda esta iniciativa, na certeza de que, de facto, depois deste projeto, toda a zona oeste do nosso concelho terá um projeto e uma atividade industrial de uma grande dimensão, que vai obrigar à criação de muitas empresas que têm que fornecer uma unidade com estas características à fixação de muitos cidadãos, e de facto, dar aquele pulo, que muitas vezes aqui na Assembleia e na Câmara, os Srs. Vereadores e os Srs. Deputados fizeram sempre esta exortação, e aqui estamos a cumprir aquilo que tínhamos pensado. Se no anterior mandato fizemos alienações de mais de cem mil metros quadrados de terreno, começámos este mandato ainda na discussão da venda – ou da compra, no nosso caso – de cem mil metros quadrados de terreno para ampliação do parque industrial Manuel da Mota, estamos a falar agora de cento e vinte mil na Guia. E

portanto, se estas duas operações correrem como nós queremos, sem prejuízo de outras mais pequenas que possam aparecer, estamos a falar do dobro da execução – e é para isso que vamos lutar e trabalhar para isso – daquilo que fizemos no primeiro mandato. E portanto, em quatro anos, se conseguirmos concretizar alienações de duzentos e vinte mil metros quadrados de indústria para fixar unidades industriais, percebemos que estamos a dar um grande contributo ao nosso concelho, e ir ao encontro daquilo que, de uma forma ou de outra, todos os Partidos, todos os Movimentos, todos os Srs. Deputados, e desde há muitos anos se pede para o nosso Concelho.
Portanto, creio que temos aqui uma data histórica, por aquilo que fizemos, mas acima de tudo um agradecimento aos proprietários, à sua compreensão, à Junta de Freguesia, aos serviços da Câmara, que foram inexcedíveis, do notariado, do Gabinete de Apoio ao Investidor, das obras, da unidade jurídica, dos notários, um trabalho extraordinário de conciliação, de concertação, que nos permitiu fazer tudo isto em pouco mais de sete meses. E por isso, eu quero parabenizar todos aqueles que de alguma forma aqui se envolveram, porque é um trabalho muito bem-sucedido, e que trará, de facto, para o nosso concelho, concretizando-se tudo como pensamos que possa vir a acontecer, uma realidade nova, positiva, esperançosa, ambiciosa, e que nos distinguirá do resto do nosso território, de uma forma muito positiva. E por isso, eu quero ficar agradecido a todos aqueles que de alguma forma nos permitem chegar a este ponto e chegarmos a esta decisão.
Muito obrigado, Sra. Presidente."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Sr. Presidente.
Alguém quer intervir? Sr. Deputado Carlos Lopes, pode iniciar a sua intervenção."

Carlos Lopes (PS)

"Sra. Presidente, muito obrigado.
Para dizer que são sempre bem-vindas a Pombal unidades industriais. Nós tivemos oportunidade de ler o documento. De facto, este foi o expediente legal que foi encontrado para criar mais espaço, e desta forma contemplar a pretensão dos investidores que querem investir no Concelho de Pombal. Obviamente que percebemos que o Sr. Presidente não vai revelar o nome, o segredo é a alma do negócio, e portanto, não o irá fazer.
Sr. Presidente, aproveitar esta ocasião para deixar aqui uma nota de preocupação do Partido Socialista pela circunstância, de facto, de termos constatado que existe, de facto, e infelizmente, um fraco investimento feito por este Município na captação das novas unidades industriais. Obviamente que esta é a exceção que só vem confirmar a regra. E também a nossa preocupação, Sr. Presidente, pelo facto de haver ainda zonas deste concelho que estão desprovidas destas zonas industriais, e que, portanto, não podem usufruir daquilo que o Sr. Presidente aqui acabou de relatar – a criação de novas empresas, a criação de novo emprego, a fixação de população.
E finalmente, Sr. Presidente, aproveitava este ensejo, porque V. Exa. falou aí no parque industrial Manuel da Mota, para lhe perguntar, exatamente, qual é o ponto de situação relativamente àquele processo de providência cautelar que, de facto, acabou por condicionar ali o alargamento, e aproveitava para perguntar a V. Exa. como é que se encontra esse processo.
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Sr. Deputado.
Sra. Deputada Ofélia Moleiro."

Maria Ofélia Moleiro (NMPH)

"Obrigada, Sra. Presidente.
Sr. Presidente, ao longo deste mandato, temos vindo a criticar por várias vezes a falta de captação de investimentos para o concelho. Dissemos em intervenções anteriores que o senhor devia comprar terrenos para acolher os novos investidores, e esta hasta pública que agora aqui vem para

votação e discussão destina-se à venda de uma vasta área adjacente – como já disse – à zona industrial da Guia, no parque industrial.
O PDM identificou como primeira prioridade para o desenvolvimento do concelho a indústria, pelas razões que tantas vezes aduzimos aqui e invocamos, como a localização estratégica do nosso concelho no território português, as acessibilidades, etc. Todos os projetos industriais, aqueles que se concretizam, sabemos que terão sempre um retorno financeiro pela criação de empregos, pela arrecadação de impostos, pela dinamização do tecido empresarial, e essa dinamização, logicamente que irá alavancar a dinamização de outros setores económicos.
Ainda na última Assembleia, a propósito deste assunto, declarámos que somos a favor da compra de terrenos para a instalação de novas unidades industriais, mesmo que para isso seja necessário o recurso a empréstimo bancário – não é o caso. Congratulamo-nos, pois, com esta hasta pública para venda de terrenos.
Eu tinha aqui umas perguntas, que o Sr. Presidente mais ou menos respondeu, mas, se calhar, também não pode responder mais. É que nós gostaríamos de saber a que áreas de atividade se destinam – embora ainda não tenham sido comprados – se já há manifestação de intenções de investidores (o senhor já falou numa), qual a nacionalidade dos hipotéticos investidores. São questões que, evidentemente, o Sr. Presidente não irá responder, mas que nos ficam a pairar na cabeça, olhando para o futuro do Concelho de Pombal e para o seu desenvolvimento.
Mas, o Dr. Carlos Lopes referiu antes de mim, lembramos ainda que o problema da falta de terrenos para indústria persiste em Pombal, nomeadamente e principalmente no parque Manuel da Mota, em Pombal. E portanto, é um assunto para o qual o Sr. Presidente tem que continuar a trabalhar afincadamente, para que o parque Manuel da Mota não fique em estagnação.
Muito obrigada, Sra. Presidente."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Sra. Deputada.
Sr. Deputado Rui Acácio."

Rui Acácio Santos (PPD/PSD)

"Muito obrigado, Sra. Presidente.
Eu estou completamente à vontade para dizer aqui que com uma área desta dimensão destinada à indústria, será mais um passo gigante para a zona oeste e para o concelho a nível empresarial, quer a nível empresarial, quer económico, e para a fixação de famílias naquele território. Mas, temos de continuar a garantir o crescimento do parque para as empresas mais pequenas, porque foi essa a sua origem, os terrenos a norte do parque existente.
Mas, Sr. Presidente, só aqui uma nota, que para dar uma boa resposta ao parque, e agora a esta ampliação, temos que concluir e executar um projeto já antigo, que é a ligação da Estrada 109 à A17. Por quê? Porque hoje o trânsito pesado para norte vai entrar na A17 ao Carriço, e para sul vai entrar a Monte Redondo, pelo facto de o acesso dentro da vila não ser viável. Isto é um projeto já antigo, é um projeto que agora, com esta ampliação, e com a dimensão que o parque já tem hoje, é, de todo, importante esta ligação e esta obra ficar concluída. E também é minha opinião – claro que os parques industriais não podem estar em todas as freguesias, têm uma série de condições, regras e vias que devemos respeitar, mas deixar aqui também um reconhecimento ao Executivo Municipal pela dedicação que tem tido ao desenvolvimento económico do concelho.
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Deputado Rui Acácio.
Dou agora a palavra ao Sr. Presidente da Junta, Gonçalo Ramos."

Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, NMPH)

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu serei extremamente breve, até porque já expressei por inúmeras vezes a opinião da Junta de Freguesia em relação a este procedimento, já reiterei inúmeras vezes a importância que o mesmo tem para o território, não só para o oeste. Mas, de facto, cumprimentar o deputado Rui Acácio, porque a minha intervenção vinha no mesmo sentido, se não será o timing certo para que, em função do crescimento e de estarmos na iminência de termos aqui uma fixação de empresas com esta estrutura, e em virtude também de termos esta problemática no centro da vila com o caos que é o trânsito pesado, que muitas vezes não faz o cruzamento à primeira para a 237 – e isto acontece diariamente – se não será o timing para pensarmos de forma séria na variante que faz a ligação da A17 à 109.
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Presidente.
Sr. Presidente da Câmara, quer responder?"

Presidente da Câmara Municipal

"Quero, sim. Muito obrigado, Sra. Presidente.
Voltamos a ter aqui esta leitura, que apenas é politicamente pervertida, não é mais do que isso, de que a circunstância de Pombal ter crescido sete por cento (7%) em empresas PME Excelência, de ter dos mais pequenos números de desemprego dos últimos anos, não resulta de nenhum tipo de dinâmica municipal. E percebo que possam, àqueles que mesmo que sejam amantes do nosso concelho, sentirem que os resultados que se vão atingindo apenas são atingidos com o esforço dos outros. Eu não levo isso a mal, não levo isso a mal, mas não acho que seja intelectualmente honesto, porque o que é certo é que quando vamos percebendo onde é que grandes empreendimentos se fixaram, quando é que se fixaram, como é que foram feitos, a quem é que pagaram os terrenos, e percebemos que temos aqueles cem mil metros que eu falei, do último mandato, e outros que ainda ontem aprovámos na reunião de Câmara, o licenciamento, mais um, na Guia, de um lote que foi constituído já neste mandato, na correção das áreas do parque industrial da Guia, das negociações que se fizeram para ampliar a Valsteam, das vendas que se fizeram à Electrocar, da alteração do parque industrial Manuel da Mota para instalar a maior unidade de incubação de ovos da Lusiaves no nosso país, na ampliação da Maxiplas, que conseguem ver, quando sobem o IC8, no lado oposto à ETAP, a ampliação da Doce Reina, que daqui a três ou quatro meses estará pronta, a inauguração da Ofipom, que está a trabalhar há um ano e tal, lá em cima, no parque industrial Manuel da Mota, as obras da Dicamar, que, entretanto, serão apreciadas, à transferência da Gosimac, e chegarmos à conclusão de que nada foi feito, e tudo isto – tudo isto – é em património municipal que foi alienado, percebemos que, de facto, ou temos aqui distração, ou temos aqui má intenção. Eu acho que é apenas distração, não pode ser mais do que isso, porque isso é o trabalho que temos feito. E é por essa razão que faltam terrenos no parque industrial Manuel da Mota, é por essa razão; a razão é porque, de facto, se venderam, porque senão não faziam falta, eles estavam lá. E é importante recordar quem é que nesta sala votou contra a ampliação do parque industrial Manuel da Mota. É importante recordar, que propuseram dúvidas na licitude do negócio, achando que era esse controlo que a Assembleia devia fazer que ajudava à venda do negócio, e não, quer as tutelas jurídicas, quer o Tribunal de Contas, que tinha que se pronunciar. Foram alguns dos senhores que aqui estão que agora reivindicam muita preocupação com os parques industriais. Falta de confiança. Que exemplo é que damos aos nossos empresários potencialmente interessados, quando dizemos estas coisas todas? Estamos a dizer "venham para cá", ou estamos a dizer "não venham para cá"? "Não venha para cá, que isto é tudo perigoso, é tudo nebuloso, vai ficar todo baralhado, nunca mais vai conseguir resolver coisa nenhuma." Eu não sei se esse é o melhor contributo que a Assembleia deve dar para o desenvolvimento do concelho; eu acho que não é. Se houver questões de legalidade, têm tempo para ser tratadas. E este processo da ampliação do parque industrial

Manuel da Mota tem a ver com isso, tem a ver com uma impugnação pauliana, respondendo ao Dr. Carlos Lopes, que espero que o tribunal possa resolver, porque tem havido das partes que estão a negociar sucessivos pedidos de negociação, que têm sido sucessivamente autorizados por parte do juiz que tem este processo no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, de maneira a que, efetivamente, o processo possa ser resolvido, além da negociação particular que está a decorrer.
E portanto, temos que olhar para um histórico, temos que olhar para resultados, temos que olhar para as vendas, vendas de terrenos que eram municipais, e que entraram nos cofres desta Câmara, vendas que potenciaram a compra destes quinhentos e tal mil euros de investimento que a Câmara fez na compra destes terrenos, que estão pagos – estão pagos.
Estamos a trabalhar com as Freguesias de Vermoil e de Carnide, por exemplo, para desenvolvermos e concretizarmos, através de uma unidade de execução, a zona industrial entre a Nacional 1, que confina a atual zona industrial das Meirinhas, e a A1. Tivemos essa negociação, queremos voltar a reunir com os proprietários, apresentando a nossa proposta, são unidades, eu diria, sob o ponto de vista jurídico e de ordenamento de território, complexas, são de tal maneira complexas que a CCDR não põe sequer a hipótese de financiar operações destas, porque se nós não formos donos, eles acham que não tem maturidade, e portanto, são instrumentos que são um bocadinho mais desenvolvidos do que aquilo que é uma solução clássica, assim como achar também – e também achei graça a algumas posições nesse sentido – achar que a única forma que existe de fazer investimento na indústria é comprar terrenos, infraestruturar e vender; essa é uma, mas não é a única, porque neste caso nós não vamos infraestruturar e vamos vender, temos é uma aptidão, temos índices, temos cérceas, temos volumes, temos afetações que são autorizadas, e temos as restrições – há a Linha do Oeste, há a passagem superior à Linha do Oeste, há estradas municipais, há os afastamentos às extremas, há as características das próprias atividades, que não são diferentes, ou o que aqui está nesta proposta, não é diferente do que existe nos outros loteamentos industriais todos que temos vindo a apreciar.
E portanto, este tem sido um trabalho que temos procurado desenvolver, e se não houvesse essas adversidades – que fazem parte do caminho, ou alguém acharia que não havia qualquer tipo de possibilidade de haver essas contestações? Claro que haverá essas contestações, fazem parte. Nós procuramos que elas não se apresentem naquilo que queremos fazer, mas às vezes apresentam-se, e às vezes as pessoas têm razão, e têm que ser resolvidas no tempo certo. Não perdemos é o ímpeto, não perdemos o ânimo, não perdemos o vito, e estamos a fazer essa negociação em vários campos – nós estamos a fazer já a negociação da parte norte da Guia, por exemplo; aqui estamos a falar a nascente, e já estamos a falar a norte. Eu próprio já fiz várias reuniões com proprietários. Portanto, estamos a continuar a fazer esse trabalho.
Mas, ainda hoje de manhã falava com o Presidente Nogueira de Matos, da União de Freguesias de Santiago, S. Simão e Albergaria, precisamente sobre aquilo que possam ser os trabalhos de valorização rodoviária que já estão a ser feitos em Albergaria dos Doze, precisamente para potenciar outro tipo de soluções. E é este trabalho que nós temos que ir sempre fazendo. Não vos quero alarmar, nós temos mil e quinhentos cidadãos que são estrangeiros, e temos novecentos desempregados. Todos aqueles que aqui estão ligados à atividade económica sabem que hoje a coisa mais difícil que existe no concelho são os empregos. Eu lembro-me das discussões nesta casa, e no processo eleitoral, em que a conversa era: "Pois, Sr. Presidente, com a indústria, toda a gente vem para cá", e tal. É preciso equilíbrio, meus amigos. Nós também falamos com empresários que dizem: "Eu não consigo desenvolver o meu negócio" ou "Eu não consigo manter o meu negócio" – nem é desenvolver, é manter o negócio. E isto é uma situação muito preocupante. Temos expetativa que este Governo, com aquilo que apresentou sob o ponto de vista da coesão territorial e do desenvolvimento do interior, possa também ajudar-nos. Mas, o problema já não é só esse; o problema é no país inteiro. Por quê? Porque se os portugueses não se reproduziram, eles não

aparecem, estamos com noventa mil crianças por ano – noventa mil crianças por ano é o que nós temos. Se estamos hoje a comparar-nos com processos de há trinta ou quarenta anos, em que eram cento e quarenta mil, já percebemos que mesmo que haja muita automação, mesmo que haja muito robô, vai ser preciso substituir esses .

Sobre as propostas do deputado Rui Acácio, sublinhando aqui oportunamente: é evidente que um dos investidores, uma das condições que queria ver resolvida, mas que eu acho que é possível concretizá-la entre o início dos trabalhos e a abertura desta unidade, o que quer que ela seja, é, de facto, arregaçarmos as mangas para começarmos a comprar os terrenos, para concluir a variante que deveria ter sido feita quando se fez a A17, e a ligação da 109 até à rotunda na 237. Esse vai ser um trabalho que nós temos que fazer, porque isso ainda vai potenciar mais todo este parque industrial.

Muito obrigado, Srs. Deputados, pelas vossas perguntas, e pela oportunidade de vos dar estes esclarecimentos."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Sr. Presidente."

Colocado este assunto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e por minuta.

Ponto n.º 2.4. Apresentação e discussão do relatório anual de execução do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Pombal – Monitorização do ano de 2019.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, quer dizer alguma coisa? Alguém se inscreve neste ponto

Sr. Presidente Humberto Lopes, pode começar."

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD)

"Obrigado, Sra. Presidente.

Neste ponto, eu começo já por saudar o Município, o GTF e a própria proteção civil pela continuação, no fundo, do trabalho que é feito ao longo destes anos, e Pombal tem sido exemplo, no Distrito de Leiria e no país, na área da floresta. Lembro as ações de sensibilização que já começaram no dia 26 de fevereiro, nas Freguesias de Carnide e Redinha, e vão terminar no dia 9 de março, em Pombal. As dezassete freguesias vão ter estas ações de sensibilização, onde uma vez mais se vai batalhar na questão do cumprimento da Lei n.º 124, a Legislação em vigor na área da floresta, e na sensibilização dos proprietários. E no fundo, o que eu sugeria aqui é a mudança do paradigma, ou seja, que nós víssemos a floresta como um bem e como um potencial, e não como um problema. E saúdo o Município neste sentido.

Aqui na pág. 9, há uma recomendação para a necessidade de formação dos agentes da Proteção Civil Municipal. Se me permitem, faço também esse apelo para os nossos voluntários das brigadas das freguesias, que se faça um reforço da formação daqueles voluntários que todos os anos dão muito do seu tempo a esta área. Ou seja, que o Município consiga, com os Bombeiros, com a GNR, dar-lhes mais formação, mais horas de formação, que é um dos pressupostos que está aqui no relatório.

Relembro também um trabalho que é feito pelas freguesias, as tais faixas de gestão de combustível, dos dez metros nas vias, e eu lanço um desafio, nas árvores: ou seja, o problema que temos que resolver é a questão das faixas dos dez metros sem árvores – quando eu digo "sem árvores", é sem pinheiros bravos e eucaliptos. Eu gostava de ver nessas faixas de dez metros as nossas espécies autóctones, os nossos sobreiros, as nossas azinheiras. E basicamente conseguíamos – quem tem que fazer esse trabalho, e aí está, a Associação de Produtores Florestais é uma das entidades –

muito mais facilmente gerir aquelas faixas, muito mais facilmente e muito mais barato. Ou seja, claro que é muito oneroso nesta primeira fase, sugeria que escolhessem troços piloto, ou seja, escolher-se uma estrada e que se fizesse essa experiência numa determinada estrada. Como é óbvio, vamos entrar em terrenos privados, vamos ter que convencer as pessoas, à semelhança do que é feito em todo o país, e em vários pontos aqui do Distrito de Leiria. Isso está a ser feito, e está a ser bem conseguido. E eu lanço esse desafio, Pombal tem sido pioneiro nesta matéria, e acho que vamos também conseguir fazer aqui um muito bom trabalho.

E um louvor também ao Município, falou-se já aqui no início no Plano de Fogo Controlado. Como dizia o Presidente, há bocadinho, eu, noutras funções, corro o Distrito de Leiria. O ICNF, a entidade nacional que superintende a floresta, defende esta prática, e é um ato de coragem o Município – e só para falar aqui também nos técnicos, o Dr. Nuno Osório, com a coragem que tem, de apresentar esta solução, que à partida – e eu falo por mim, era um adepto do "não", à partida, porque teoricamente quem anda nos incêndios – e todos aqui, especialmente nas Juntas de Freguesia, andamos sempre na linha da frente – à partida somos sempre do contra. Ouvi vários técnicos, quer do ICNF, quer da AGIF, que é a nova Agência de Gestão de Fogos, a defenderem este método, é aplicado nas matas nacionais, é aplicado nos parques nacionais. Quem tiver dúvidas vai a Castanheira de Pera, vai a outros Municípios aqui ao lado, e vê este método a ser aplicado, antes de ser aplicado aqui – ou seja, isto é como S. Tomé, às vezes temos que ver para crer. E a frontalidade com que o Município, o Presidente de Câmara, nos chamou aqui todos para, de uma forma aberta, frontal, explicar todo o processo, de uma forma técnica, que eu tenho de louvar, um técnico do Município, que eu tenho que dizer, a nível nacional, das pessoas que melhor eu vi a explicar tecnicamente o conceito, e é muito bom o Município poder contar com estes técnicos, e o Presidente de Câmara conseguir dar esse apoio, porque, no fundo, o objetivo das Juntas de Freguesia e do Município é que cada vez haja menos incêndios – eles vão continuar a existir, mas que os seus impactos sejam menores. Toda a gente ama a Serra de Sicó, toda a gente ama as nossas florestas, e vamos fazer tudo para as proteger. Por isso, um ato de louvor também aqui ao Presidente de Câmara."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Presidente.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Célia Cavalheiro. Faça favor."

Célia Cavalheiro (BE)

"Acerca deste plano municipal, fico contente que ele apareça. O Bloco de Esquerda, em junho ou julho de 2018, foi proponente de uma proposta de reformulação do Plano de Defesa da Floresta, respondendo às exigências da última geração de planos, na pessoa do meu camarada José Daniel da Ponte, só que, como acontece na maioria dos casos, nem nos deixam apresentar as propostas. Mas, tinha lá ideias que constam agora no plano.

Queria também perguntar se as medidas previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta têm condições para ser executadas efetivamente, ou não, pois o Tribunal de Contas produziu um relatório em 2019 onde dava conta que a generalidade dos Municípios tinha planos desfasados da realidade, e que não tinham condições reais para os executar.

E queria pedir permissão para responder ao Presidente da Câmara, Diogo Mateus, um assunto que não pude responder, porque o Presidente é o último a falar. Deixa-me? Sobre a liberalização das drogas."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Não, esse ponto já passou, Sra. Deputada. Restrinja-se ao assunto, se faz favor. Terminou? Então, dou a palavra ao Sr. Presidente José Manuel Marques, se faz favor."

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD)

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Também quero intervir neste tema porque, realmente, sendo a Freguesia do Louriçal uma zona onde existe diversidade florestal, e também tendo em conta não só os incêndios, mas também as tempestades, que também nos preocupa, há um ponto em que temos ainda muito a trabalhar. E, Sr. Presidente, quero dizer-lhe que todos os dias percorro caminhos – sabe disso, que ainda há bem pouco tempo lhe enviei um extrato de trabalho que a Junta de Freguesia tem estado a fazer, a avançar com máquinas nossas, com o nosso trabalho, são três meses duros a trabalhar para que possamos chegar aos caminhos florestais, e não termos parado com o trator a carregar. Aquilo que o Município tem feito, e que agradeço muito, é o transporte de tuvenan até ali. Quero dizer que defendo a continuação da preservação da Serra de Sicó, mas também lembro que toda a gente gosta – e quem defende a natureza – de ter até às suas casas as estradas asfaltadas e empedradas. E esse trabalho tem sido feito pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal, daquilo que há alguns anos devia ter sido feito, e ainda não foi; estamos quase a concluir, que era um objetivo meu, pessoal, enquanto Presidente de Junta, conseguir, que é o mínimo de dignidade que podemos dar às habitações, é chegar com caminhos dignos, que ainda havia muitos quilómetros para fazer na Freguesia do Louriçal. Temo-lo feito, não só ter acessos – que ainda hoje andámos nas Castelhanas a fazê-los em duas ruas, que ainda não tinham, nem o empedramento, nem o alargamento. Foi preciso falar com proprietários, foi preciso chamá-los, foi preciso um conjunto de fatores, que são esses os essenciais.

Na floresta, nós só conseguiremos também fazer um trabalho perfeito, ou próximo disso, na defesa das populações, quando conciliarmos o aspeto dos incêndios também com as tempestades. E aquilo que acontece, e aquilo que eu referi quando foi da tempestade, em outubro de 2018, foi que constatámos que as vias principais do Louriçal ficaram praticamente todas impedidas, e que se houvesse um acidente, ou alguém que precisasse de socorro, não havia possibilidade, porque houve vias que durante a noite e durante o dia – a noite de sábado e domingo, nós percorremos três horas com motosserras, a retroescavadora, tudo trabalhou. É preciso perceber que há dois fatores importantes que devemos trabalhar: além daquele trabalho que estamos a fazer, da limpeza das faixas de combustível, que é extraordinário, e que nós o temos feito, e com muito gosto, que tem dado grande resultado, é aqui importante perceber que não se pretende aqui abater floresta, mas há que preservar uma Lei que temos que contornar, que é que as pessoas hoje, mesmo verificando que aquelas árvores junto às vias caem, ainda continuam a plantar floresta até quase ao alcatrão, e isso vai prejudicar-nos no futuro.

Depois, o que é que é importante perceber? Os madeireiros, por força da diversidade de madeireiros que com as tempestades e os incêndios vêm até ao nosso concelho, de todo o lado, fazem uma coisa que se torna muito difícil: por exemplo, conseguem colocar os resíduos da floresta que sobra debaixo de linhas de média tensão. Nós temos queixas dessas. Por exemplo, a EDP está a fazer um excelente trabalho, e isso é de louvar, pela primeira vez, que é aquele projeto-piloto do Louriçal, que foi apresentado há cerca de quatro anos, com esse protocolo, e que hoje damos os parabéns, e posso dar os parabéns à EDP pelo trabalho que está a fazer. Ou seja, finalmente estão a cortar catorze metros para cada lado da média tensão, e está a ter um trabalho exemplar. Os madeireiros, quando utilizam as propriedades, quando vão fazer cortes, com aqueles grandes tratores, depois não há um espaço onde colocar na madeira na frente das propriedades, e vão colocá-la nas estradas, nos caminhos, destruindo tudo. Se conseguíssemos que aquela faixa junto às vias pudesse ter uma proteção a nível do corte, que não está a ser feito – aliás, ainda há pinheiros, e eu farei chegar isso ao Sr. Presidente, ainda há pinheiros da tempestade de 2018 que foram cortados pela Proteção Civil, e estão lá, ninguém os tirou. É um mau exemplo. Vem um incêndio, queima tudo. Há pessoas que teimam em achar que eles é que têm razão, e ninguém nos manda.

Portanto, eu acho que, muito honestamente, isso deixa-me muito aborrecido, porque nós estamos a tentar fazer o melhor e, por exemplo, incêndios que aconteceram no ano passado, lá ao pé ainda continua tudo na mesma; aquela limpeza que devia haver, dez metros entre árvores, a cinquenta metros das casas, está tudo igual. Por exemplo, eucaliptais junto à zona urbana do Louriçal, em cima de armazéns e de casas, que eu chamei a Proteção Civil para que fosse lá identificar, está tudo igual. Quando vier um problema e um acidente que vai prejudicar toda a gente... Há que haver uma Lei que possa definir de uma vez por todas, porque depois há aqui dois pesos e duas medidas. Por exemplo, se alguém acusar, a GNR vai, como foi, junto de um proprietário, que tinha a floresta toda muito bem limpa, mas ficou chocado porque o fizeram cortar tudo, e floresta nova. Há sítios onde o perigo é iminente, e não se faz.

Eu penso que o trabalho excelente que fazíamos para este Concelho de Pombal era mesmo esse: tendo em conta a densidade florestal que temos no concelho, fazíamos dois em um, a proteção não só ao incêndio, como à tempestade, porque vamos estar sujeitos sempre, frequentemente, na zona em que estamos, que é muito de risco, tendo em conta a zona onde nos encontramos, e aquilo que verificamos é que se não conseguimos – não é dizer que vamos abater as árvores, porque isto aqui vai pôr em perigo, não é, é uma prevenção que evitará muitos custos, e acima de tudo o socorro ao minuto daquilo que estamos todos a prever que possa acontecer no mais curto prazo.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero dizer-lhe e agradecer este trabalho desenvolvido na proteção à floresta, na proteção das faixas de combustível, que temos trabalhado muito bem, as Juntas de Freguesia, os meus colegas, todos temos feito o nosso melhor, e estamos a continuar a fazer, mesmo na abertura de caminhos, tem havido uma sensibilização, e uma sensibilidade dos proprietários em colaborar, há muita gente a pedir: "Quando é que abrem este caminho?", e nós temos que também defender no terreno, as Juntas de Freguesia não podem, por um lado, andar a trabalhar, e a Câmara Municipal a gastar dinheiro, e vocês vêm com estas grandes máquinas destruir tudo. Ponto. Em janeiro, se chove torrencialmente, uma máquina destas não pode ir à floresta; tem que fazer como outros. Na construção civil, não dá para trabalhar na construção civil, vocês também têm que respeitar. Portanto, temos que ter aqui também uma Lei que nos proteja, de forma a que se diga: "Meu amigo, não pode fazer isto."

Portanto, há um conjunto de fatores a trabalhar. Se são importantes as vias de comunicação a nível daquilo que é o acesso às casas, esta também não é menos importante. E portanto, queria deixar aqui um apelo, que devemos cada vez mais trabalhar juntos, entre Município e Presidentes de Junta – porque é quem está no terreno e conhece as pessoas – mas temos que ser mais eficazes, ou seja, a pessoa tem que ser avisada e tem que compreender que não pode continuar a fazer isto. Estamos todos a ser prejudicados, e quando arder, arde tudo.

E ainda sobre o fogo controlado, queria dizer mais: nós não podemos – e de uma vez por todas que se diga, que eu vejo isto em todo o lado, assim como na minha freguesia, há gente que utiliza jipes, motos e tudo para desporto. Na vida é importante o desporto, mas há que preservar e respeitar o trabalho dos outros. Nós não podemos fazer vias, gastar dinheiro, e depois, porque gosto de ter mota, e carro, e tudo e mais alguma coisa, vamos estragar aquilo que a Junta de Freguesia anda a fazer. Também no fogo controlado, na última reunião que tivemos aqui, eu digo muito honestamente: eu desejava não ter vindo cá, porque algo não correu bem. Nós somos defensores da natureza. Mas, eu verifiquei que se um incêndio controlado, nos sítios onde há vinte anos ninguém limpou nada, se conseguíssemos deixar a árvore no ar e fazer aquela limpeza, era uma solução, porque de outra forma, arde tudo – arde casa, arde tudo – porque nós vamos ter com o proprietário, não está cá, está no estrangeiro, ninguém pode entrar. O fogo controlado seria uma mais valia, nasce nova vegetação, e não podemos andar aqui todos a olhar: "Pois, é que eu trazia para aqui pessoas da Itália, de Lisboa, de Coimbra..." Então e nós? E nós, andamos aqui a fazer o quê? Andamos a trabalhar para preservar. Nós estamos todos a defender que devem haver os

passeios pedestres, o BTT, tudo, seja aquilo que for, mas temos que ter paciência. Se um dia arder tudo, olhamos para tudo queimado e ninguém se queixa. Agora, se fizermos este trabalho que está projetado, eu acho muito bem, por lotes. E isso, Sr. Presidente, tenho pena que nessa reunião – eu não tive oportunidade de falar, porque achei que chegou a um termo menos razoável, e não pode ser assim; as pessoas têm que perceber que quem está no terreno é que sabe, e temos que salvaguardar a riqueza, não pondo em causa também as habitações. E esse trabalho assim, pelo menos vai preservando, vão renascendo novas espécies, e não invalida nada, as pessoas que são amantes da natureza continuam a fazer o seu trabalho.
Portanto, o que eu queria dizer é que há um trabalho muito grande, mas, acima de tudo, temos de ser coerentes e decisivos, se queremos de uma vez por todas proteger a floresta e as populações, não só dos incêndios, como das tempestades, que somos uma região de risco.
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Presidente.
Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Paulo Duarte, se faz favor."

Paulo Duarte (Presidente J.F. Redinha, PS)

"Cumprimento a Sra. Presidente, boa noite, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, e os colegas da Assembleia.
Eu, perante este tema dos incêndios, queria, em primeiro lugar, assinar por baixo o que disse o meu colega Humberto e o José Manuel, e só dizer mais uma coisinha, que eu não falei na reunião que tivemos aqui esta semana, porque não estava previsto, para já, uma queima controlada no território da Freguesia da Redinha. A Freguesia da Redinha tem cerca de dois milhões de metros quadrados de baldio. Quando lá chegar o projeto que está em apreciação, eu vou ser totalmente a favor, porque os senhores defensores da natureza, e todos nós que gostamos da natureza, todos nós tentamos preservar a natureza, e quero levá-los, e tenho todo o gosto em levá-los a determinados locais da Freguesia da Redinha. Ou então, eles que me deem outra solução para ir limpar o que eu lhes vou mostrar. Eu tenho pinhal, que o nemátodo acabou com ele totalmente; o José Manuel estava a falar na lenha caída, ninguém lá foi limpá-la, tenho mato com três metros de altura, que se entra lá o fogo... e não há trilhos, não há passeios por lá, nem BTT, nem nada.
Parabéns ao Município por esta iniciativa, e como disse o José Manuel, a conversa chegou a um ponto em que quase que valia mais sair, porque vêm com aquelas teorias, mas vale o que vale.
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Sr. Presidente. Este ponto era apenas para conhecimento.
Sr. Presidente, para responder."

Presidente da Câmara Municipal

"Considerando que havia algumas questões, antes de mais, muito obrigado pela reflexão que este documento sempre permitiu fazer, e a ideia é precisamente esta. Reparem que é bom que a nossa comunidade e esta Assembleia não despertem para estes problemas porque ardeu muita coisa, e temos essa memória viva, e estamos a correr atrás do prejuízo; tentemos fazer, na medida do possível, com planeamento, com previsão, com investimento.
E ia pegar precisamente nas questões do Sr. Presidente Humberto Lopes, relativamente ao reforço da formação. Como sabem, nós temos grande parte das nossas equipas de defesa da floresta, dos voluntários para a floresta, já convertidas em Unidades Locais de Proteção Civil, andámos dez ou quinze anos à frente daquilo que o Estado, mais tarde, veio a conhecer, que há um plano de formação que nós tínhamos estritamente estabelecido para as questões da floresta, e que agora pode ser alargado em função também da amplitude maior que existe para estas missões – e portanto, isso é uma coisa bem-vinda. E eu fiquei a pensar, e acho que temos aqui uma base de

trabalho muito interessante para desenvolvermos os tais troços piloto sem árvores, dos dez metros. Teremos que voltar a conversar sobre este assunto, porque, se calhar, a melhor forma de podermos fazer isto é dar um prémio às freguesias que o consigam fazer, e portanto, com isso termos aqui um incentivo para dizer que por cada quilómetro que se consiga fazer sem árvores, temos que ter aqui um prémio de boa prestação, porque há muito trabalho, há muito trabalho com os proprietários, porque, acima de tudo, acho que isso é possível se o fizermos na base da negociação, se o fizermos na base da colaboração do proprietário. Vamos ter casos em que isso não é possível, e acho que temos aqui um caminho para percorrer.

Sra. Deputada Célia Cavalheiro, só três ou quatro esclarecimentos, que eu fiquei com a ideia – e se calhar a ideia errada é minha – que talvez não tenha percebido. Nós estamos a apreciar um relatório, não estamos a apresentar um plano; é o relatório sobre o plano. É o chamado relatório de monitorização do Plano Municipal. E portanto, se o relatório que estamos a apreciar é de 2019, significa que quando a proposta aqui foi feita, já havia plano – se as datas que usou, de 2019, estavam bem, nessa altura já havia plano. Portanto, não ficou prejudicada a proposta, porque, no fundo, nós já estávamos com o nosso plano aprovado – aliás, estamos a apresentar este relatório de monitorização precisamente porque tínhamos um plano para monitorizar, já de 2019, e foi isso que nós fizemos.

Depois, deixe-me acrescentar que a posição do Tribunal de Contas mais generalista que foi produzida aos Municípios que foram contatados e que responderam a questionários, o caso de Pombal não foi esse; só houve dois Municípios que tiveram auditorias específicas, foi Pombal e Águeda, e o nosso, que chegou aqui a ser discutido, como foi também na Câmara – como sabem, todos os relatórios produzidos sobre a atividade municipal têm que ser apreciados aqui, nos termos da Lei – e se chegou à conclusão de que, de facto, a política que tinha sido desenvolvida – aliás, grande parte do alinhamento que, depois, o próprio Tribunal de Contas acabou por subscrever, tinha muito a ver com a forma com que nós estamos hoje a trabalhar. E na última reunião que eu tive com a Diretora Regional do ICNF, percebeu-se nitidamente este realinhamento estratégico que o ICNF quer seguir, que vai muito ao encontro daquilo que nós estamos a fazer em Pombal há muitos anos, no que diz respeito, por exemplo, à ocupação do solo, não em função daquilo que tem sido classicamente a utilização do solo através da floresta, mas principalmente em função daquilo que o PDM estabelece como o uso preferencial do solo – e portanto, não sendo uma perspetiva de ocupação, mas sendo a perspetiva do ordenamento e do planeamento, que esta Assembleia aprovou e que quer para o nosso território, em função da proposta da Câmara. E nós fizemo-lo por unanimidade, na Câmara e na Assembleia, a aprovação do nosso Plano Diretor Municipal foi por unanimidade. Portanto, nós temos que ser consequentes com esse trabalho.

Sr. Presidente José Manuel Marques, e Paulo Duarte, respondendo aqui a ambos, há sempre um trabalho importante para fazer, e este trabalho com os proprietários, no investimento, na sensibilização para tirarem as madeiras, é um trabalho que nós não nos podemos queixar de fazer, acreditando sempre que ele pode ser mais bem-sucedido. E portanto, conto muito com a vossa ajuda para isso, porque, de facto, é um trabalho que nós nunca vamos ter terminado, ou nunca nos vamos dar como satisfeitos, estaremos sempre aqui a discutir, e vamos escolhendo bem os passos que vamos dando, vamos fazê-los com segurança, com os meios, de maneira a que não haja dificuldade em cumprirmos o nosso plano. E quando nós olhamos para este relatório de monitorização, com os cinco eixos estratégicos que aqui estão, acabamos por sentir que, de facto, são, em muitos casos, ultrapassadas as próprias métricas de prestação que tínhamos estabelecido com isto, fazendo mais do que o que estava. E portanto, que consigamos todos manter estes ritmos em anos seguintes, e nós, olhando para o relatório, percebemos que, de facto, isso acontece em muitas partes – há outras partes em que nem tanto, mas temos que ser também engenhosos na criação de outras formas de fazermos este trabalho.

Muito obrigado pela vossa atenção."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Presidente.

Eu queria lançar ao plenário a seguinte questão: alguém se opõe a que os Pontos n.º 2.5 e 2.6 – que eu passo a ler: Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a 1.ª alteração modificativa ao Orçamento de 2020 e GOP's 2020-2023, e Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o aditamento à 1.ª alteração modificativa ao Orçamento 2020 e GOP's 2020-2023 – sejam discutidos em conjunto, e votados em separado? Não? Então vamos prosseguir."

Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a 1.ª alteração modificativa ao Orçamento de 2020 e GOP's 2020-2023.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Pergunto ao Sr. Presidente se quer usar da palavra sobre estes pontos.

Quem se inscreve para usar da palavra nestes pontos?

Pronto, então estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Ofélia Moleiro, faça favor."

Maria Ofélia Moleiro (NMPH)

"Sra. Presidente, muito obrigada.

Sobre o Ponto n.º 2.5, o Orçamento Municipal foi aprovado em dezembro de 2019, para 2020, numa altura em que não tínhamos Orçamento de Estado, o Orçamento de Estado estava ainda em discussão na Assembleia da República, e portanto, eram desconhecidos os valores que viriam a ser atribuídos pelo Orçamento de Estado aos Municípios. E por isso, e como mandam as regras do POCAL, os técnicos inscreveram como receita prevista a mesma de 2019. O Orçamento de Estado foi aprovado, em janeiro já sabemos quais são – embora possam não ser verdadeiramente corretos, mas pelo menos serão muito aproximados os valores, que já conhecemos para Pombal. E em relação a Pombal, estes valores permitem um encaixe de cerca de mais de um milhão e meio de euros (1.500.000€) que o Executivo distribui por rubricas de despesa do Orçamento, como é evidente.

Não pondo em causa a justeza dos reforços propostos, constatamos que as prioridades orçamentais se mantêm. As nossas prioridades são as do PDM, como aqui já dissemos várias vezes, e por isso, votámos contra o Orçamento. Assim, votaremos contra esta proposta, porque mantém a natureza das opções plasmadas no Orçamento. Isto quanto ao Ponto n.º 2.5.

Quanto ao Ponto n.º 2.6, o que o Executivo nos traz aqui é uma proposta de candidatura para recolha seletiva de biorresíduos. O objetivo é muito importante, sob o ponto de vista ambiental, visto que tem em vista a valorização dos biorresíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem. Estamos completamente de acordo. Estamos em emergência climática, e tudo o que façamos pelo ambiente é pouco, e peca por tardio. Declaramos, assim, o nosso pleno acordo com esta candidatura, que ainda por cima, segundo penso saber, é financiada a oitenta e cinco por cento (85%) por fundos comunitários. Portanto, terá o nosso voto favorável.

Muito obrigada."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Henrique Falcão."

Henrique Falcão (CDS-PP)

"Obrigado, Sra. Presidente.

Ora bem, apesar de tomadas as decisões anteriores, relativamente à votação do Orçamento para 2020, e analisando o Ponto n.º 2.5, que se trata da utilização de uma ferramenta contabilística para retificar os valores anteriormente calculados, nós vamos votar a favor deste ponto, apesar da anterior tomada de posição.

É só."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente, quer usar da palavra aqui? Faça favor."

Presidente da Câmara Municipal

"Eu só quero agradecer à Dra. Ofélia, que me poupou a explicação, apresentou muito sinteticamente. Muito obrigado, Sra. Dra. Mas, o pressuposto era que cada um dos Srs. Deputados tivesse lido a proposta, ela parece-me ser suficientemente clara para se entender. E portanto, por uma questão de rapidez do processo decisório, optei por não o fazer. Muito obrigado pelas explicações, mas acho que toda a gente percebeu exatamente o que temos para votar."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Presidente.

Vamos, então, passar à votação do Ponto n.º 2.5. Quem vota contra? Onze (11) votos contra, das Bancadas do Pombal Humano, PS e Bloco de Esquerda. Quem se abstém? Então, foi aprovado o Ponto n.º 2.5 por maioria.

Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi aprovado por minuta."

A Assembleia deliberou, por maioria, com 11 votos contra das Bancadas do Movimento NMPH, do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, aprovar a 1.ª alteração modificativa ao Orçamento de 2020 e GOP's 2020-2023.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o aditamento à 1.ª alteração modificativa ao Orçamento 2020 e GOP's 2020-2023

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Como este assunto foi discutido em simultâneo com o ponto anterior, passamos à votação: quem vota contra? Quem se abstém? O Ponto n.º 2.6 foi aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta."

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o aditamento à 1.ª alteração modificativa ao Orçamento de 2020 e GOP's 2020-2023.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.7. Apresentação da 1.ª alteração orçamental permutativa ao Orçamento da Despesa e da Receita de 2020 – Notas informativas da DGAL.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Neste ponto, alguém quer usar da palavra? Não? Então, como este ponto era só para conhecimento, passamos ao ponto seguinte."

Ponto n.º 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre declarações de compromissos plurianuais e dos recebimentos e pagamentos em atraso de 2019 – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, quer usar da palavra neste ponto? Quem se inscreve neste ponto? Não havendo inscrições, passamos à votação.

Quem vota contra? Quem se abstém? O Ponto n.º 2.8 foi aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que seja também aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta."

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara sobre declarações de compromissos plurianuais e dos recebimentos e pagamentos em atraso de 2019 – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.9. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara relativa à autorização prévia e à contratação de empréstimo bancário para investimento na construção de várias redes de drenagem de águas residuais.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, tem alguma coisa a dizer neste ponto? Faça favor."

Presidente da Câmara Municipal

"Tenho sim, senhora. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu creio que depois de termos já abordado este assunto na reunião de aprovação do Orçamento para 2020, ficámos todos conscientes de que, infelizmente, a inexistência de recursos financeiros disponibilizados através dos fundos comunitários ou do Orçamento do Estado Português nos obrigava a aumentar o esforço municipal, através da nossa capacidade de endividamento, para podermos alargar a um número maior de concidadãos Pombalenses o sistema de tratamento de águas residuais, e por consequência a eficiência ambiental que temos que procurar cumprir. E não deixa de ser, de facto, caricato – e aproveitando as palavras da Dra. Ofélia sobre a emergência climática que temos – que ainda haja quem entenda que a fase anterior à emergência climática, que tem a ver com estas condições que nós chamamos de básicas, esteja ainda por cumprir, e que se desviem dinheiros para outras finalidades. E eu não me sinto muito contente que o Estado Português opte por fazer outro tipo de investimentos, quando aquele que é o conjunto básico das condições de higiene e salubridade pública, num período em que o mundo se confronta com esse problema de uma forma dramática, de acordo com as informações que conhecemos, que tenhamos que obrigar um território como o nosso a socorrer-se da sua capacidade de endividamento para esta finalidade. Ainda bem que a temos, ainda bem que na Câmara reconhecemos todos por unanimidade, ainda bem que a própria articulação que fizemos com as freguesias do nosso concelho, explicando as razões que estavam presentes na escolha destes territórios, que essencialmente resultam do aproveitamento que estamos a fazer, da construção do emissário de

Carnide para o Louriçal, da estação elevatória de S. João das Tábuas, e com isto concluir um conjunto significativo de investimentos que vai drenar a bacia, quer do lado esquerdo, quer do lado direito, margem esquerda e direita da Ribeira de Carnide, dá-nos, de facto, aqui um incremento importante, que está calculado, em termos financeiros, em seis ponto oito milhões de euros (6.800.000€) de investimento, para procurarmos ter aqui, através do financiamento bancário, um apoio de oitenta e cinco por cento (85%). Quisemos, portanto, deixar o esforço municipal igual àquele que teríamos se houvesse financiamento comunitário.
Identificámos como áreas de preferência e de prioridade toda a rede de saneamento doméstico da zona da Assanha da Paz, Barros da Paz e lugares anexos, o Casal da Rola e zona envolvente; a Foz, o Vale da Moita, os Carriços, os Bonitos e S. João da Ribeira, e depois, na rede de saneamento da Ilha de Cima, Moitas Brancas, Ilha de Baixo, Rosados e Silva. Estamos a falar de um nível de investimento, em termos populacionais, superior a dois mil habitantes, em áreas urbanas extensas – quando olhamos para todo aquele espaço urbano da Assanha da Paz, da Ladeira, dos Barros da Paz, da zona dos Gregórios, da zona dos Penedos, percebemos, de facto, a dimensão física que todo este espaço tem, mas também percebemos que toda aquela margem do lado da Ilha, do lado do Louriçal, do Casal da Rola, são tudo manchas importantes. E portanto, quanto mais depressa nos conseguirmos lançar nestas empreitadas, mais rapidamente teremos a população do nosso concelho servida e, de facto, o emissário do Louriçal a funcionar na plenitude, e um número crescente dos nossos cidadãos a beneficiarem desta infraestrutura que só peca por tardia.
Muito obrigado pela vossa atenção."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Presidente.
Quem se inscreve neste ponto? Sra. Deputada Célia Cavalheiro, pode começar a usar da palavra."

Célia Cavalheiro (BE)

"Sr. Presidente, gostava que nos informasse que percentagem atualmente temos em saneamento básico no Concelho de Pombal, e após estas empreitadas, como é que ficamos. Ou, de outra forma, estas empreitadas vão incidir sobre que percentagem.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Já fez a sua intervenção, Sra. Deputada?
Sra. Deputada Elisabete Alves, se faz favor."

Elisabete Alves (PS)

"Muito obrigada, Sra. Presidente.
Eu ouvi atentamente aquilo que o Sr. Presidente disse, relativamente à motivação da contratação deste empréstimo. No entanto, ao longo dos anos, eu fui ouvindo, relativamente aqui à questão do saneamento, que desde há muitos anos que existiam fundos que deveriam ter sido aproveitados para a conclusão da rede de saneamento, e que não têm sido, ou não foram, ao longo de vários mandatos, aproveitados esses fundos, e agora, obviamente, com a reformulação dos fundos – porque durante muitos anos estiveram disponíveis – com a reformulação desses fundos, obviamente que agora esses fundos vão estar disponíveis para outras áreas, a nível nacional. E portanto, eu perguntava ao Sr. Presidente se confirma se estes fundos estiveram disponíveis, que não foram, à data, aproveitados, e agora, porque esse trabalho não foi feito em devido tempo, temos que contratar um empréstimo para o fazer.
É só isso."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Sra. Deputada.
Sr. Presidente Humberto Lopes."

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD)

"Obrigado, Sra. Presidente.

Eu, como Presidente de Junta de uma área extensa que ainda não tem saneamento básico, no séc. XXI, só tenho que saudar o Município, com ou sem fundos, com ou sem empréstimo, por tentar resolver aquela situação. Ou seja, como disse o Sr. Presidente de Câmara, já vem tarde. E no fundo, o apelo que eu faço ao Município é que rapidamente lance as empreitadas, há várias vias que estão em tuvenan à espera desta empreitada, as pessoas vivem lá, vivem lá todos os dias com pó, e a desculpa que nós temos dado estes anos todos é: "Calma, que vem aí o saneamento, e a seguir vem uma estrada nova." O apelo que eu faço, e agradecendo já ao Município este esforço financeiro, dos nossos impostos, com ou sem fundos, que o faça rapidamente.
Obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Presidente Humberto.
Dou a palavra ao Sr. Presidente José Manuel Marques."

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD)

"Muito obrigado, Sra. Presidente.
Com certeza que, enquanto Presidente de Junta do Louriçal, congratulo-me pelo facto de incluir também a segunda maior aldeia do Louriçal, que é Casal da Rola, e que tem um projeto feito para este saneamento básico, já com cerca de dois anos – aquela população já espera impaciente, e até porque estamos a falar de uma zona em que o local onde está a ser instalada a estação elevatória fica precisamente junto mesmo ao Casal da Rola e S. João das Tábuas. Portanto, aqui também, sendo esta a decisão, de não podermos aproveitar, ou não termos neste momento os fundos comunitários para a execução e conclusão do saneamento básico em toda a freguesia – e neste caso também seria o concelho – é uma pena, porque é uma infraestrutura importante para o desenvolvimento económico e para a qualidade de vida das pessoas, e acima de tudo na defesa das nascentes e dos afluentes.
Aquilo que temos ouvido falar – e também é importante que as pessoas percebam, quando o Sr. Presidente diz, e bem, que vai servir, a estação elevatória do Louriçal e a estação de tratamento do Louriçal, vai servir grande parte do saneamento básico de uma parte do concelho de Pombal. É claro que eu, enquanto Presidente de Junta, congratulo-me por isso, porque não tenho nada contra, até porque espero que, no futuro, aquela estação de tratamento seja vigiada sempre no seu tempo, como está a ser, de forma que a água, que nós consideramos que feita por uma estação de tratamento eficaz, aquela água possa servir para regar o próprio arroz que se encontra ali na Bacia do Pranto, e que vai até ao Baixo Mondego. Em tempos, lembro-me, nos anos sessenta, havia uma carência de água, que muitos arrozais ficavam a sofrer ou até secavam por falta de água, porque esta água, tudo o que vai até ao Porto de Ferro, que é o limite do concelho, é servida pelo Rio Pranto e pelos afluentes, que vinham do Furadouro. Com as nascentes ultimamente feitas de furos e também desta estação de tratamento, devidamente tratada – que é aquilo que esperamos que seja sempre, no futuro – poderá servir para o regadio dos arrozais, porque temos que ter em conta uma coisa: se um dia acontecesse que a estação de tratamento não funcionasse bem, simplesmente perdíamos o arroz naquela região, porque o arroz não quer azotos; o arroz é um produto tão sensível que tem que ter, tendo em conta a natureza dos terrenos do Porto de Ferro, que já são muito fortes, não pode haver águas com azoto, têm que ser águas que tenham um tratamento que tenha que simplesmente ser feito com rega, porque ali já nem levava adubos, o arroz ali cria-se praticamente sem adubos. Portanto, isso é uma mais valia.
Na verdade, Sr. Presidente, aquilo que lhe peço é o seguinte: esta é uma boa decisão, peca já por tardia, não só por aquilo que o meu colega Humberto Lopes disse, porque há muita gente à espera, o Casal da Rola não tem quase nenhum asfalto nas ruas, ou tem, mas está destruído, e nós vamos dizendo para terem calma, porque nós não podemos avançar com o asfalto enquanto não for feito o saneamento, e as pessoas até compreendem, e dizem "muito bem". Portanto, esta decisão está

justa, simplesmente ainda lhe quero dizer – e sabe tão bem quanto eu que tenho sempre à perna as outras populações. Ou seja, temos Matas, Cipreste, Torneira, Cavadas, Vale da Cabra e Casal do Queijo. Portanto, nós ficaremos com saneamento no Louriçal com pouco mais de sessenta por cento (60%). Eu quero dizer que as populações precisam de mais, tendo em conta que nós não fazemos nada, nada mesmo, que seja contrário àquilo que é a decisão do Município, em servir aquela região; neste Orçamento que a Câmara fala, nos milhões, grande parte desses milhões é para servir o concelho, e nós não temos nada contra, mas também gostaríamos, e segundo as populações, que o Louriçal viesse a ser servido em mais de sessenta por cento (60%), porque é importante.

Mas, também dizer-lhe que temos aqui alguns problemas – e eu tenho sido confrontado com eles – naquelas ruas quase inteiras que não têm saneamento. É só para dizer-lhe que ruas que não têm possibilidade de receber o saneamento por gravidade, infelizmente – ainda ontem estive numa rua de Casais do Porto, que já ficou desde a última vez, e agora vai voltar a ficar; falei com a Sra. Engenheira, porque são sete vivendas novas, praticamente, que não vão ter o saneamento.

Eu depois terei oportunidade de falar isto com o Sr. Presidente e com os Srs. Vereadores, mas no sentido de dizer que sim, que esta aposta, e o facto de ir à banca buscar o dinheiro, o Município tem capacidade de endividamento, é preciso fazê-lo em tempo próprio, para que as populações possam ter melhor qualidade de vida, porque é para isso também que vão, com certeza, pagar os seus impostos, e é por isso que precisamos de ser servidos, para a evolução e desenvolvimento económico das freguesias, e neste caso da Freguesia do Louriçal, de que estou a falar.

Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Presidente.

Dou agora a palavra ao Sr. Presidente Diogo Mateus, se faz favor."

Presidente da Câmara Municipal

"Muito obrigado.

Procurando assim telegraficamente responder às questões, Sra. Deputada Célia Cavalheiro, estamos a falar de um incremento de mais cinco mil e quinhentos habitantes, que corresponderá a seis vírgula cinco por cento (6,5%) de aumento da nossa resposta, o que nos levará para cerca de setenta por cento (70%) da população.

Sra. Deputada Elisabete Alves, eu não sei qual é a fonte que lhe permite dizer o que nos disse, dizendo que não foram aproveitados os fundos, mas eu vou fazer-lhe estas contas rápidas, dos últimos seis anos: na única chamada para financiamentos comunitários que nós tivemos, apresentámos três obras: Crespos – Rouça, que está feita e pavimentada, Outeiro do Louriçal – Foitos, que está em fase final, e a Remessa, Junqueira, Catelaria e Outeiro da Cruz, três milhões de euros (3.000.000€). Lançaram-se sem financiamento comunitário o emissário do Louriçal – três milhões e meio (3.500.000€), Fetil – Gracieira, na União de Freguesias de Santiago, S. Simão e Albergaria, S. João das Tábuas (estação elevatória), Alhais, Silveirinha Grande, Pequena e Vieirinhos, que está em obra, Mortais e Moutinhas, em Santiago, S. Simão e Albergaria – sete ponto dois milhões (7.200.000€), sem financiamento comunitário. Estamos agora a propor mais quatro intervenções: Assanha da Paz, quatro ponto cinquenta e quatro milhões (4.540.000€); Casal da Rola, zero ponto noventa e quatro milhões (940.000€); Foz, dois ponto cinco milhões (2.500.000€); Ilha, zero ponto setenta e seis milhões (760.000€) – total, seis ponto oito milhões (6.800.000€). Portanto, três (3.000.000€), com sete ponto dois (7.200.000€), dá dez ponto dois (10.200.000€); com mais seis ponto oito (6.800.000€) dá dezassete (17.000.000€). Houve três milhões (3.000.000€) de financiamento. E portanto, não sei qual é a sua fonte, mas deixe-me dizer-lhe desta forma.

Para além disso, estamos a aguardar o nível de desenvolvimento que a entidade intermunicipal que foi constituída entre Soure, Montemor e Mira esteja a funcionar, para que toda a drenagem

norte da Freguesia da Redinha seja canalizada através desse emissário para a nossa ETAR de Almagreira. E aí, já falei com o Sr. Presidente da Junta, estamos a trabalhar para concluir o projeto em pequenos detalhes, dividir a freguesia em dois, da zona central da Redinha para norte, a caminho da Galiana, da Figueirinha, das Barreiras e da Arroteia, e aqui resolver toda esta parte em que a Redinha não está servida, acabar com a estação de tratamento de águas residuais na Redinha, fazer a drenagem toda para Almagreira. São três milhões de euros (3.000.000€), é um milhão e meio (1.500.000€) para esta parte da frente, e depois a parte de trás toda, dos Poios, que tem rede e que não tem ligações, e depois, tudo o que é Jagardo, Pousadas Vedras, passando por Anços, por ali fora, a caminho da Serra de Sicó.
Portanto, não sei qual é a informação de que dispõe para poder dizer isso, eu não a tenho como verdadeira.
Sr. Presidente de Junta do Louriçal, ainda bem que só faltam cinco terras, e não é que isso nos anime muito, porque há aqui processos que são mais complexos. Por quê? Porque Matas e Cipreste é a dividir por dois – metade é Pombal, metade é Louriçal; Torneira e Serreão, também é a dividir por dois. Em rigor, terras que são nossas e que estão por resolver, é apenas o Casal do Queijo e o Vale da Cabra, e as Cavadas. E portanto, estamos quase lá, e não nos podemos esquecer que uma das grandes intervenções que precisamente teve financiamento comunitário foi o Outeiro do Louriçal – Foitos, além agora desta, que vamos procurar ter, do financiamento da estação elevatória. Portanto, não vamos desistir, o Casal da Rola já aqui está também, e portanto, vamos continuar aqui a levar a água ao moinho, e a tentar fazer isto da melhor forma possível, para contentar todas as populações.
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Sra. Deputada Elisabete, se faz favor."

Elisabete Alves (PS)

"Muito obrigada.
Sr. Presidente, eu obviamente não me estava a referir, e não me referi só aos mandatos que fez, a este mandato e ao anterior; eu estava a referir-me também aos mandatos anteriores, que não aproveitaram os fundos que estavam disponíveis.
Portanto, era só isso."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Sra. Deputada Célia, se faz favor."

Célia Cavalheiro (BE)

"Sra. Presidente, queria pedir-lhe mais um favor: pode recordar-me qual foi a contagem de votos no que respeita ao voto de repúdio, no início, que eu não registei? Peço desculpa."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Eu tenho ali, já vou verificar.
Sr. Presidente, faça favor."

Presidente da Câmara Municipal

"Sra. Deputada Elisabete Alves, eu posso fazer-lhe chegar os relatórios dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 desta Câmara, onde se procederam a alterações radicais no nível de serviço de saneamento doméstico neste concelho. As obras de águas e saneamento desenvolvidas no anterior quadro comunitário deram a este concelho um volume de investimento muito perto de cinquenta milhões (50.000.000€), com comparticipações comunitárias para vinte milhões (20.000.000€). É um valor absolutamente incomensurável, não havia ninguém aqui na região que tivesse valores parecidos com isto; ninguém, nem de perto, nem de longe. Nem de perto, nem de longe. Eu quero lembrar que a ETAR de Pombal, que custou sete milhões de euros (7.000.000€), é desse financiamento; eu quero lembrar que a ETAR de Almagreira é desse financiamento; quero

lembrar que a ETAR do Louriçal é desse financiamento; que o reforço das redes todas, das ligações de Vermoil, das Meirinhas, a conclusão da rede praticamente toda em Albergaria dos Doze, em Pombal, tudo isso foi feito nesse período.
E portanto, não diga uma coisa dessas. Agora, o que não se pode esquecer é que o nosso território é muito grande, tem uma grande dimensão, tem uma enorme dispersão territorial, e foram feitos investimentos, que eu aqui à volta não encontro ninguém que tenha feito coisa parecida com o que Pombal teve durante estes anos."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Sr. Presidente.
Vamos, então, passar à votação do Ponto n.º 2.9. Quem vota contra? Quem se abstém? O Ponto n.º 2.9 foi aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também o mesmo ponto aprovado por minuta."

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara relativa à autorização prévia e à contratação de empréstimo bancário para investimento na construção de várias redes de drenagem de águas residuais.
Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara de designação do júri do procedimento concursal para provimento do cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau – Chefe de Unidade de Contratação Pública.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, quer prestar esclarecimentos neste ponto? Quem se inscreve aqui? Não havendo inscrições, passamos à votação.
Quem vota contra? Quem se abstém? O Ponto n.º 2.10 foi aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta."

A Assembleia deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar a proposta da Câmara sobre designação do júri do procedimento concursal para provimento do cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau – Chefe de Unidade de Contratação Pública.

Ponto n.º 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre aquisição de serviço de seguros – abertura de novo procedimento – pedido de autorização de despesa e compromissos plurianuais para exercícios seguintes.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, quer usar da palavra?
Quem se inscreve neste ponto? Sr. Deputado Henrique Falcão, se faz favor."

Henrique Falcão (CDS-PP)

"Sr. Presidente, só queria um esclarecimento muito curto, que é o seguinte: eu vejo aqui no documento que nos foi apresentado uma distribuição destas verbas para 2020, 2021 e 2022. Tenho aqui uma dúvida: a minha interpretação é de que estes cinquenta e dois mil e novecentos (52.900€) de 2020 correspondem ao mês de dezembro, por causa da aprovação, e a diferença entre 2021 para

2022 é que 2021 tem doze meses, e em 2022 só serão contabilizados onze. Será assim? Será essa a razão desta divisão?
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Sr. Deputado.
Tem a palavra, Sr. Presidente."

Presidente da Câmara Municipal

"Muito obrigado.
Nós temos feito um esforço para fazer coincidir os exercícios económicos o mais propriamente com os contratos trianuais. E portanto, a ideia, de facto, é fazer este acerto, que nem sempre se consegue. E portanto, já estamos aqui numa fase quase de perfeição, que é fazer incidir isto com a coincidência dos anos civis com as vigências das respetivas apólices. Esse é o propósito."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"*Obrigada, Sr. Presidente.*
Vamos passar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? O Ponto n.º 2.11 foi aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta."

A Assembleia deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar a proposta da Câmara sobre aquisição de serviço de seguros, abertura de novo procedimento e pedido de autorização de despesa e compromissos plurianuais para exercícios seguintes.

O Ponto n.º 2.12 Apresentação da listagem relativa à aquisição de bens e serviços, para conhecimento da Assembleia Municipal, ao abrigo da autorização genérica deliberada em 20 de dezembro de 2018.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, quer dar algum esclarecimento neste ponto? Há inscrições neste ponto? Não havendo, passamos à frente, uma vez que é só para conhecimento."

Ponto n.º 2.13 Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Rede Cultural 2027 – Constituição da Regie Cooperativa.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, quer esclarecer algum ponto? Então, quem se inscreve no Ponto n.º 2.13? Sra. Deputada Fernanda Domingues, se faz favor."

Fernanda Domingues (NMPH)

"Muito boa tarde. Os meus cumprimentos à Mesa e a todos os demais presentes.
Apraz-me intervir neste ponto, pois este "palavrão" estrangeirado, "Regie", soa-me um pouco estranho, "Regie Cooperativa". Vem uma nova figura jurídica, a acrescentar a tantas outras. Esta expressão será mais fácil de dizer, "Cooperativas de Interesse Público". Constitui uma figura jurídica nova no nosso ordenamento jurídico, sendo por isso compreensível uma certa dificuldade na sua regulamentação, tanto mais que contrariamente ao que sucede em alguns direitos nacionais e europeus, ela não tem entre nós qualquer tradição, nem sequer ainda foi objeto de uma suficiente teorização que permitisse avaliar a sua aplicabilidade à nossa realidade cooperativa, aproximando-se tanto quanto possível da cooperativa pura e simples já existente.
No caso presente, a constituição de cooperativas, no âmbito da Rede Cultura 2027, inserida no projeto Região de Leiria – Rede Cultural, vamos lá ver o que é que isto vai dar. Com o decorrer

dos tempos, é isso o que vamos fazer, de facto: ver para crer. Vale a pena recorrer a este e outros palavrões – conforme já referi atrás – que possam advir juntamente na candidatura suprarreferida. Tenho dito."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Sra. Deputada. Sr. Presidente Pedro Pimpão."

Pedro Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD)

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Muito brevemente, só no seguimento da intervenção da Sra. Deputada, vale a pena ver para crer. Eu acho que estamos a falar – e independentemente da posição que cada um possa ter sobre esta matéria – sobre um desígnio, que é o desígnio coletivo, e que já aqui abordámos em diversos momentos, e que tem a ver com a ambição de Leiria ser a Capital Europeia da Cultura em 2027. E acho que era importante reforçarmos aqui o nosso apoio, o nosso entusiasmo a este desígnio coletivo, e ainda assim, no seguimento daquilo que foi aqui dito, eu sou daqueles que acha que, muitas vezes, a maior riqueza não está em alcançarmos o objetivo, mas no caminho que percorremos para alcançar esse mesmo objetivo. Sinceramente, conhecendo o potencial que existe no nosso território, acho que este projeto da Rede Cultural 2027 na região de Leiria tem muito a ganhar por tudo aquilo que vai permitir ao longo deste trajeto de candidatura que permaneça durante os próximos anos. Eu tenho essa expetativa positiva relativamente àquilo que podem ser as sinergias que vão ser desencadeadas entre os Municípios, entre os agentes culturais, entre projetos inovadores que possam ser desenvolvidos no território, e que possam ser uma mais valia para o futuro. E por isso, acreditando que vale a pena ver para crer, eu sou da opinião de que independentemente daquilo que aconteça no futuro, o presente é mais um passo que damos no sentido de fortalecer estas redes, estas parcerias, estas sinergias que o Município de Pombal tem vindo a liderar ao longo dos últimos anos, em termos nacionais e internacionais, e que também na nossa região, acho que agora tem muito a ganhar num futuro próximo.

Disse."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Presidente. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente da Câmara."

Presidente da Câmara Municipal

"Muito obrigado.

Talvez valha a pena começar pelo princípio, precisamente para explicar por que é que a designação de Regie Cooperativa é utilizada: o que, de facto, distingue as características públicas de uma cooperativa de uma cooperativa privada é, de facto, a designação. É isto que o Legislador concebeu. E portanto, qualquer pessoa que ouça "Regie Cooperativa" – e temos várias em Portugal – identifica imediatamente que não se trata de uma cooperativa privada, mas trata-se de uma cooperativa constituída por instituições de direito público, podendo neste caso – porque está previsto nos estatutos – acolher sócios privados. Esta é a primeira. E portanto, não existe uma liberdade para se criarem personalidades jurídicas que não aquela que a Lei estabelece a priori, elas estão na Lei, só podemos constituir as personalidades jurídicas coletivas que a Lei prevê, esta é uma delas. E esta discussão é importante fazer-se nesta altura porque nem todas as candidaturas optam por constituir estas personalidades jurídicas na fase de candidatura, ou de pré-candidatura – normalmente, se forem apreciar, a maior parte das cidades que desenvolveram o projeto de Capital Europeia da Cultura, normalmente só depois da decisão é que tomam a opção de se constituírem, normalmente como fundações, ou como cooperativas ou associações – normalmente são fundações. Guimarães, por exemplo, foi o que fez.

Por que é que é importante constituir-se esta cooperativa? Porque se olharmos para os estatutos – e hoje também estamos aqui a apreciar – nós percebemos, de facto, aquilo que o Sr. Deputado Pedro Pimpão acabou aqui por nos dizer, é precisamente isto: este processo de entrosamento, de

desenvolvimento, de parceria, de constituição da rede, que ao longo dos próximos anos, até ser feita a short list, a lista mais pequena que o Governo, depois, vai ter que apreciar, até lá tudo isso vai robustecer os nossos atores locais, nas relações que têm com outras organizações mais sofisticadas, na partilha de técnicas, de recursos, em produções conjuntas, na formação, na divulgação, é um processo de enriquecimento entre todos. E nós estamos a fazê-lo numa altura – e por isso, a proposta aqui vem também com essa vontade de ser aprovada – numa altura em que todos sentimos que, pese embora tenhamos acabado de aprovar financiamento para fazermos saneamento, que hoje, uma parte importante no desenvolvimento das pessoas tem a ver com as questões culturais – e hoje, não é difícil percebermos o papel importante que tem tudo isto. Podemos fazê-lo sozinho, podemos fazê-lo acompanhado, podemos escolher os parceiros.
Foi isso que aconteceu, e acho que esta proposta que aqui está robustece muito o nosso território, obriga-nos a olhar não apenas para as fronteiras interiores do nosso território de Pombal, mas de toda esta região, que vai até lá abaixo, a Sobral de Monte Agraço, e acaba em Castanheira de Pera, congrega vinte e seis Municípios, mais o Instituto Politécnico de Leiria e o Instituto Politécnico de Tomar, tem cidades com grande dimensão – como por exemplo, Leiria e Torres Vedras, com noventa mil cidadãos, nós estamos logo na terceira maior cidade – territórios com muita diversidade e com uma capacidade que aspiramos a vencer, no âmbito desta candidatura.
E portanto, creio que a solução jurídica é a adequada. Podia não ser tomada já, nós temos esta previsão também no nosso Orçamento para conseguir executar. E portanto, eu vejo com muito entusiasmo este processo de candidatura. E deixe-me dizer-lhe que, apesar de nos ter deixado aqui alguma dúvida relativamente ao sucesso da iniciativa, foi com imenso orgulho que eu, enquanto Presidente de Câmara, ouvindo os restantes membros da Câmara, achei que era importante, por exemplo, ter o Eng.º Narciso Mota na Comissão de Honra, como temos também o Dr. Armindo Lopes Carolino – aliás, quero dizer-vos quem são as pessoas que o Município de Pombal convidou para integrar, dentro daquilo que é mais do que uma mera representação institucional ou dos valores do nosso concelho, mas aquilo que são, de facto, cidadãos que podem, através da sua iniciativa, fazer a influência junto dos vários canais decisórios para podermos contar com esta solução. E nós convidámos António Joaquim Gonçalves (um empresário que todos conhecem), o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Almirante António Manuel da Silva Ribeiro, António Moderno (professor universitário da Ilha, conhecido por todos), Armindo Lopes Carolino (ex-Presidente de Câmara), José Alvarez (Diretor do Museu do Teatro), João Silva (músico), Luís Marques (ex-Diretor Geral da SIC), Manuel António (advogado em Macau, de cá de Pombal), Narciso Mota (ex-Presidente de Câmara), Ricardo Silva (músico). E portanto, estes, com muitos outros que estão aqui, propostos por vários Municípios, integram esta comissão, e portanto, são pessoas que acreditam, e mais do que acreditar, vão ajudar-nos a fazer este combate para atingirmos este objetivo, que não é um objetivo só de Leiria, é o objetivo de uma região, e estes novos objetivos de termos projetos conjuntos, que não são apenas do concelho, fazem-nos bem, arejam e permitem-nos pensar mais alto e irmos mais longe.
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Presidente.
Vamos passar, então, à votação. Quem vota contra o Ponto n.º 2.13?
Faça favor de apresentar a sua dúvida."

Fernanda Domingues (NMPH)

"Aqui quanto à Lei da Paridade, onde é que está aqui o nome de uma senhora?"

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Sra. Deputada. Sim, Sr. Presidente, faça favor."

Presidente da Câmara Municipal

"Numa Bancada onde as senhoras já acabaram com os homens quase todos, que só sobra o Eng.º Marques e o Aires, não sei o que é que quer dizer."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Presidente.

Vamos, então, passar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que seja também aprovado por minuta? Foi também este ponto aprovado por minuta."

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Constituição da Regie Cooperativa.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta delibração por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto n.º 2.14. Apreciação da proposta do Sr. Presidente da Câmara sobre o alargamento do ensino secundário, que foi solicitado pelo Externato Liceal de Albergaria dos Doze ao Ministério da Educação e da Ciência, para tomada de posição desta Assembleia.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, quer informar esta Assembleia do que se passa? Faça favor."

Presidente da Câmara Municipal

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Nós conhecemos, pela imprensa, porque tivemos aqui pais, os autarcas, a Direção do Externato Liceal, intervenções políticas de diversa ordem, aquilo que tem sido a enorme dificuldade de garantirmos aos alunos das zonas que estão servidas desde há muito tempo no nosso concelho, com contratos de associação, a manutenção das condições mínimas para que, de facto, esses projetos, também sob o ponto de vista empresarial, se possam manter. E no âmbito de toda essa indignação, que foi unânime nesta sala, de há algum tempo atrás, quando, em conversações consequentes feitas com a administração do Externato, começámos a pensar em soluções, uma das matérias que, de facto, nos apareceu, já há um ano e tal atrás, foi a de não nos resignarmos àquilo que temos, mas apresentarmos uma proposta que seja mais ambiciosa e que pudesse garantir um maior número de turmas, e por consequência, alargar o número de anos em que os alunos ficavam naquela zona, e por isso, termos aqui uma maior sustentabilidade para que aqueles alunos possam ali cumprir a escolaridade obrigatória, que hoje são doze anos.

Este é o primeiro ponto fundamental: o Externato ter nove anos de escolaridade fazia sentido quando ela era obrigatória até ao nono ano; hoje, passados quatro ou cinco anos de ser obrigatório o décimo segundo ano, já não faz grande sentido. Primeiro ponto.

Segundo ponto: se nós caminharmos e apoiarmos esta proposta – que, aliás, já foi formalizada integralmente, confirmou-me esta tarde o Eng.º António do Carmo, à DGEstE, nomeadamente com os pareceres que a Câmara tinha dado sobre as questões de mobilidade dentro da sala, da escola, e sobre as questões funcionais que a Lei estabelece, se nós conseguirmos avançar para esta linha, vamos conseguir, provavelmente, duas coisas, e este é o grande objetivo: primeira questão: se estendermos até ao décimo segundo ano, passamos a ter uma turma do décimo, do décimo primeiro e do décimo segundo, e tendo uma turma do décimo, décimo primeiro e décimo segundo, provavelmente conseguiríamos reclamar para Albergaria dos Doze ensino profissional, e passávamos a ter uma turma do décimo, décimo primeiro e décimo segundo do profissional. E das cinco turmas que hoje temos – quinto, sexto, sétimo, oitavo e nono – podíamos, em três anos, passar

a ter onze turmas. E isto, de facto, precisa de um compromisso da comunidade. E deixem-me adiantar-vos mais: será que não é boa ideia nós termos um curso profissional ligado à resina, à floresta, em Albergaria dos Doze? Faz em algum sítio mais sentido tê-lo? E quando isso acontecer, e se conseguíssemos lutar por isto, provavelmente aquilo que teríamos era alunos que não eram os alunos de Pombal, que os alunos do profissional não estão obrigados a estas circunscrições territoriais, podem vir de qualquer lado do país – e nós temos, por exemplo, na Escola Tecnológica, alunos que vêm de vinte concelhos diferentes. Trazemos a Albergaria um ânimo novo, damos um impulso à indústria resineira, cumprimos uma missão de desenvolvimento, não abandonamos um território, e vamos lutar por uma coisa que me parece que é válida. E hoje, quando eu entendi que depois de conhecer a comunicação que o Externato nos remeteu, e escrevi a carta que foi distribuída à Sra. Presidente da Assembleia, era um bocadinho para também aqui não fazermos apenas o discurso do contra porque as coisas não nos correm bem, porque o Governo, com a legitimidade que tem, decide aquilo que decidiu, e trouxe os constrangimentos que conhecemos, mas também daqui partir a solução, partir a criatividade, partir a alternativa, e lutarmos por ela. E da mesma forma que estivemos juntos quando decidimos que, de facto, o que se estava a fazer não estava bem, e que Albergaria devia ter duas turmas, e só no ano seguinte é que conseguimos as duas turmas no sétimo ano, se calhar aqui vale a pena pensarmos que podemos pensar em outros horizontes, e fazer as coisas de outra maneira.

E portanto, aquilo que se pede – como, aliás, se pediu também às Juntas de Freguesia de Vermoil, que respondeu em janeiro, e à União de Freguesias de Santiago, S. Simão e Albergaria dos Doze, que também o fez em janeiro, em que manifestam o apoio e acompanham esta pretensão, e eu achei que para além da Câmara, também a Assembleia Municipal podia fazer esta declaração de apoio, dizendo "nós apoiamos, estamos convosco, não vos deixamos cair, e achamos que independentemente do projeto..." – não estamos a discuti-lo nesta altura, só estamos a discutir esta intenção de avançarmos para aumentar o número de escolaridade em Albergaria, porque reparem o seguinte, esta declaração que, há pouco, o deputado Pedro Pimpão nos trazia, que a descentralização passa para 2022, nesta matéria em concreto, só vai servir para continuar a empurrar com a barriga a resolução dos problemas que estão pendentes, porque eles já não iam ser resolvidos para 2021, e também não vão ser resolvidos para 2022, e nós precisamos de também aqui ter uma noção de como é que toda esta organização se vai desenvolver, e como é que a nossa população vai contar com estes estabelecimentos. Eu acho que é essencial nós contarmos, naquilo que é a rede que existe no Concelho de Pombal, não discutindo a sua história, nem discutindo a sua origem, nem discutindo por que é que o Estado não fez o que podia ter feito e apoiou o que fez, é uma factualidade com que nós temos que viver, e é bastante mais plausível que nós consigamos contar com ela para ter a qualidade e a distribuição espacial do ensino que temos, do que o Estado vir fazer escolas novas, quando nem sequer consegue tratar das escolas velhas que estão em péssimo estado – vamos ser realistas – e portanto, contarmos com estes instrumentos, até porque parece – parece – que o Ministério da Educação está muito menos refém da esquerda radical neste mandato, do que estava no mandato anterior. E isso, espero que sejam boas notícias para quem acredita que pode haver aqui uma diversidade de respostas, e acima de tudo, mais do que estarmos a discutir aqui o preconceito de quem é que é o dono, estarmos aqui a discutir que qualidade de ensino é que damos aos nossos cidadãos, e que impactos é que tem nas famílias, quando nós acabamos com os estabelecimentos de ensino e obrigamos a vir para Pombal, e a destruir todo o projeto de investimento que existe naquele território, sob o ponto de vista empresarial, sob o ponto de vista educativo, sob o ponto de vista cultural, sob o ponto de vista desportivo, sob o ponto de vista do equilíbrio das famílias e sob o ponto de vista da fixação das populações, porque um sítio que não tenha uma escola em proximidade, com estes anos todos, é um sítio que está condenado. Eu não quero ser coveiro de Albergaria dos Doze, de Santiago e S. Simão, de Vermoil, da área de

influência de Vila Cã, da área de influência dos territórios escolares que ali estão. E nós temos de fazer esta luta até ao fim, e acredito que vai ser possível.
E foi com este propósito que eu achei que a Assembleia se devia pronunciar sobre esta matéria.
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Presidente, por estes esclarecimentos.
Quem é que se inscreve neste ponto? Sr. Deputado Rodrigues Marques, o Sr. Deputado Carlos Lopes também está inscrito, o Sr. Deputado José Manuel Marques, e o Sr. Presidente de Junta.
Rodrigues Marques, faça favor."

Manuel Rodrigues Marques (NMPH)

"Muito obrigado, Presidente.
Eu sou nado, criado e vivido em Albergaria dos Doze, e fico muito contente por o Externato Liceal de Albergaria dos Doze ter feito esta petição. Eu não andei lá, porque sou demasiadamente velho, andei aqui na escola cor de rosa, mas reconheço toda a bondade nesta situação, não só pela questão que o Sr. Presidente da Câmara estava a dizer, que é, no fundo, uma discriminação positiva para uma zona que é uma terra de ninguém – estamos ali a cem metros do Concelho de Ourém, e ficamos ali todos a ver passar o comboio, morremos lá todos. E isso dá, para além da vivência, dá um dinamismo à comunidade, que se o colégio fechar, vai sofrer muito nesse dinamismo.
Eu pedia à Sra. Presidente da Mesa que fizesse o favor de registar o meu pedido, para dar força à proposta da Câmara, e particularmente do Sr. Presidente da Câmara, que nós fizéssemos uma votação desta proposta. E para além disso, se der a sua concordância, eu pedia a todos para votarmos a favor. Infelizmente, o Regimento não deixa votar com aclamação; de qualquer das maneiras, se assim o entenderem, que fizéssemos uma votação, e todos votássemos a favor.
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Sr. Deputado. A Mesa aceita a proposta de votação, está aceite por nós.
Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Lopes."

Carlos Lopes (PS)

"Sra. Presidente, muito obrigado.
Eu começaria por dizer que subscrevo as palavras do Sr. Presidente da Câmara, quando falou no ensino obrigatório para o décimo segundo ano em Albergaria, quando falou no ensino profissional, e quando é necessário que Albergaria tenha, de facto, um ânimo novo. Subscrevo tudo isso. E também subscrevo, de alguma forma, aquilo que o Eng.º Rodrigues Marques aqui referiu, da discriminação positiva, até porque eu tenho um apego especial àquele colégio, porque estudei lá do quinto ao nono ano, e portanto, conheço bem as instalações, tenho um apego especial àquele colégio. E portanto, esta questão, para mim, é uma questão sensível.
Mas, não poderei deixar de levantar aqui algumas questões, que por ser uma questão sensível e por ser uma questão importante, me criaram aqui algum engulho, que são basicamente estas: Sr. Presidente, nós temos aqui o pedido do Diretor do Externato de Albergaria dos Doze, e o que é certo é que não encontramos aqui neste documento nenhum pedido do Sr. Diretor para que este órgão autárquico se pronuncie sobre esta proposta. E isto leva-me a questionar da pertinência desta proposta. Ou seja, seria mais útil esta proposta ser aprovada e votada para que fosse junto a este documento, dando-lhe, de facto, mais força, e para que os senhores do Ministério da Educação percebessem que em Pombal existe um órgão autárquico chamado Assembleia Municipal que está de corpo e alma com esta pretensão do colégio, em alargar ao ensino secundário a oferta educativa que lá tem. Portanto, temos aqui alguma dificuldade em perceber esta pertinência. Entendemos que seria mais útil se ela fosse apresentada antes deste pedido.

E portanto, eu lamento, mas acho – e aqui vou completamente dessintonizar – eu lamento dizer, mas isto tem aqui laivos de aproveitamento político. E nós, Bancada do Partido Socialista, não pactuamos com isso. Não pactuamos com isso. Nós percebemos que a única hipótese de o Externato de Albergaria dos Doze se manter em funcionamento é, de facto, conseguir este alargamento ao ensino secundário, não temos a menor dúvida acerca disso; não temos a menor dúvida acerca disso. Percebemos que o Externato tem espaço, tem recursos humanos, tem equipamento, percebemos isso tudo. Agora, este aproveitamento político que nos parece que está aqui a ser feito – porque não há aqui pedido nenhum do Externato para que isso fosse feito – isso é que nós não aceitamos.

E portanto, não quero que fique aqui a mais pequena dúvida – repito, não quero que fique aqui a mais pequena dúvida – de que a Bancada apoia claramente o alargamento do ensino secundário na oferta educativa do Externato, mas parece que, de facto, é inoportuna e despropositada esta proposta, no tempo em que ela vem. Pensamos que para que se pudesse fazer uma análise mais fina deste documento, ele deveria estar acompanhado de outros elementos que nós não temos. Isto é um documento que nos vem aqui – e passe a expressão – a seco, e talvez para que esta Assembleia se pudesse pronunciar, e pudesse ter uma posição mais objetiva, mais concreta, existem elementos que aqui não estão.

E portanto, Sr. Presidente e Sr. Deputado Rodrigues Marques, lamento, mas a Bancada do Partido Socialista terá que votar contra esta proposta, da forma como ela foi apresentada, até porque nós temos aqui algumas dúvidas sobre a base legal para que o Sr. Presidente da Câmara possa trazer um documento destes a esta Assembleia.

Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Marques."

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD)

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu peço desculpa, normalmente não intervenho tanta vez, mas os temas, não me obrigam, mas fazem com que, realmente, aproveite esta oportunidade para também falar aqui um bocadinho destas coisas.

Eu, realmente, enquanto Presidente de Junta, manifesto, sem tampouco estar aqui a falar sobre se deveria ser desta forma ou de outra, o importante é que a escola, neste caso de Albergaria dos Doze, se mantenha, porque é um território na ponta do concelho. E aquilo que nos pode fortalecer cada vez mais o nosso concelho são estas escolas, que embora sejam de origem privada, estão na ponta do concelho. O mesmo acontece com o Instituto D. João V, que está a norte do concelho, e que apanha povoações como Paião, que não tem o décimo segundo ano, como Borda do Campo, como Vinha da Rainha. E aquilo que, por vezes, não se define muito bem no conhecimento do território são as decisões erradas da tutela, que eu fiz questão, no dia da inauguração das obras da Guia, estive presente e tive oportunidade de falar com o Sr. Ministro, e com certeza que ele não conhece os territórios. Mas, fui-lhe perguntando, por exemplo: "Sr. Ministro, acha bem que uma criança, ou um aluno que mora em frente ao Instituto D. João V, por força das decisões da tutela, tenha que ir estudar para uma escola em Pombal?" Ainda há bocadinho estávamos aqui a falar de uma questão de situações desagradáveis para os pais e para todos, na questão dos alunos, na questão de ter mais segurança, mais polícia, isso são fatores importantes, mas o fator mais importante é fazer a distribuição dos alunos e a riqueza do concelho. E foi isto que disse ao Sr. Ministro: se o Estado Português, se os nossos impostos serviram para fazer uma escola onde tem piscina, onde tem gimnodesportivo, onde recebe de portas abertas – como ainda no passado sábado, aquele evento dos escuteiros, com mais de quatrocentos escuteiros, que puderam ali tomar

as suas refeições, que foram confecionadas na cantina do centro escolar, onde recebe o BTT todos os anos, está de portas abertas a receber eventos que fazem girar a economia e trazer pessoas de fora do concelho, para ali virem fazer parte destes grupos – da Filarmónica, das escolas de música. É vida, é a economia. E eu fui perguntando ao Sr. Ministro se ele achava que isso estava bem, e ele disse-me: "Não, mas o Instituto é para continuar." Sim, mas, por exemplo, o 1.º ciclo, para o ano, oferece duas turmas no quinto; o centro escolar oferece duas turmas no quinto. Portanto, é preciso que deixe que estas duas turmas possam laborar ali. Por exemplo, a minha neta, eu nem quero imaginar que, um dia, tenha que se deslocar a quinze quilómetros, ou vinte, que foi o mesmo que eu aqui tive quando era novo, quando era criança, para vir estudar.

Portanto, aquilo que é importante dizer é o seguinte: eu perguntava ao Sr. Ministro, e ele ia-me dizendo: "Bom, mas em tempos, houve investimentos que foram exagerados no ensino cooperativo." Então, vamos eliminar. E diz o Sr. Ministro: "Se calhar, é importante que nós tenhamos uma piscina cheia, e não duas meias cheias." Então, mas vai-se encher uma escola por força da desertificação de uma freguesia. Quando o Estado oferece dinheiro para os casais irem viver para o interior, então esse dinheiro pode ser canalizado para evitar que as pessoas provoquem essa desertificação, investindo nas populações. E é isto que se quer, Sr. Presidente. Eu deixo aqui um desafio, que não só esta escola, como todas as outras particulares, não envergonhava nada o Município, e as pessoas iam entender perfeitamente, dar continuidade a este projeto, mesmo que o Município tivesse que potenciar mais o incentivo ao transporte, a todas as acessibilidades, para que os pais pudessem hoje, com as vidas que têm, tão difíceis, com stress, poderem saber: "Não, o meu filho está ali a estudar com princípios", e não aglomerar quantidades enormíssimas de alunos, que depois não há capacidade de gerir também estes estabelecimentos de ensino eu desejo que não só este, como os estabelecimentos de ensino todos do concelho, que serviram de riqueza extraordinária no ensinamento durante três décadas, que se mantenham. E para isto peço, sem dúvida, sem nenhum termo político, nem nada do que seja a inventar que isto é negativo, porque é do Governo A ou do Governo B, não, que a tutela olhe para isto como um princípio daquilo que o Governo quer inverter, que é a desertificação. Então, invista nas pessoas que já ali estão, e não é depois de as pessoas saírem que se vai investir, porque depois as pessoas já não querem ir para lá. Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Presidente.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Elisabete Alves."

Elisabete Alves (PS)

"Muito obrigada, Sra. Presidente.

Todos estamos de acordo que a matéria da educação é das mais importantes a reforçar, e é na educação que tudo começa. Não é por demais lembrar que já neste mandato estivemos do lado dos alunos e famílias, quando apoiámos as situações, manutenção de turmas em colégios de associação, quer em Albergaria dos Doze, quer no Louriçal, e fizemo-lo com conhecimento dessa necessidade, devidamente fundamentados, conhecendo as situações. Na educação, são importantes todas as vertentes, sejam elas relacionadas com o projeto educativo, com os recursos humanos, infraestruturas, segurança, transportes, acessibilidades, tudo conjugado com a realidade que o território vai sentindo. Ou seja, quando pensamos na escola, pensamos num todo, e esse todo pretende que as crianças e os jovens tenham ensino gratuito de qualidade, em condições que lhe permitam desenvolver a aprendizagem, sem inconvenientes e sem preocupações de maior.

Neste último aspeto, pensamos que a escola deve ter segurança, o edifício deve ter condições adequadas, o pessoal docente e não docente deve ser em número e qualidade adequados. E por outro lado, a localização deve ser ajustada às necessidades e recursos existentes.

Este cargo que ocupamos é de responsabilidade, é de fiscalização da atividade do Executivo, é de controlo da prossecução do interesse público. Assim, estamos do lado das famílias, das pessoas, e do lado do interesse público.
Neste seguimento, o Sr. Presidente fez-nos chegar, para nos pronunciarmos no sentido de apoiar um pedido que foi remetido pelo Externato Liceal de Albergaria dos Doze ao Ministério da Educação e Ciência, no qual solicitam autorização para alargamento ao ensino secundário naquele estabelecimento a partir do próximo ano letivo.
Ora, numa primeira linha, analisando o documento, verificamos que o Externato Liceal de Albergaria dos Doze não fez nenhuma proposta à Assembleia Municipal, mas sim ao Ministério da Educação. O Sr. Presidente decidiu pegar nessa proposta e remeter a mesma à Assembleia Municipal para recolher o apoio da mesma. Pergunto: deveria tê-lo feito, que peso poderia ter esse apoio, ou poderá ter esse apoio neste momento, já que aquilo já foi remetido previamente para o Ministério da Educação.
Sem prejuízo de entendermos que é o interesse da comunidade e a coesão do território que nos faz andar por aqui, e pensarmos na melhor estratégia e opinarmos e fiscalizarmos no sentido da prossecução desses objetivos, há, no entanto, que olhar para as propostas com a devida atenção, e verificar se as mesmas se encontram devidamente fundamentadas e justificadas. Analisando a proposta, eu verifico aqui como fundamentação os pontos essenciais, que têm a ver com a localização geográfica de Albergaria dos Doze, a insuficiência da rede de transportes, sobrelotação da Escola Secundária de Pombal – mas, diz o estabelecimento que é uma escola de sucesso e de rigor no ensino, faz assim um breve resumo quanto a estes aspetos – fala na importância da fixação das pessoas e desenvolvimento da região, fala nas infraestruturas, no corpo docente, embora de uma forma resumida.
Neste momento, também foi pedido pelo Sr. Deputado Rodrigues Marques que esta proposta fosse a votação, e a Mesa aceitou. A proposta que temos, a uma carta remetida para a Assembleia Municipal, e esta proposta, com estes pontos resumidos, tem três páginas. Eu relembro que temos um cargo de responsabilidade nas várias vertentes, com o interesse público e a boa gestão dos recursos, tudo bem ponderado e fundamentado, e não pode ser por mera cortesia que podemos apoiar as situações. Isso seria o mais fácil, e nada acrescentaria ao objetivo da proposta.
Com certeza que, quanto ao Município, será sempre de apoiar projetos que envolvam esta matéria da educação, mas que envolvam uma estratégia conjunta e fundamentada, em prol da comunidade, sem prejuízo de entendermos que é legítima a intenção do Externato de Albergaria dos Doze tentar que lhe seja concedido o alvará para o secundário. O documento não é muito completo, não constam pareceres anexos, há elementos aqui que não estão explicados, e também não percebemos aqui o timing da situação, até porque, do ponto de vista demográfico, temos vindo a ter uma redução de alunos – e cada vez temos mais redução de alunos – o Concelho de Pombal tem escolas secundárias, privadas e pública, com ensino secundário gratuito de qualidade, que abrange diversas zonas do concelho, entendemos também que é importante uma boa rede de transportes e o apoio do Município numa distribuição mais funcional dos alunos. Há um aspeto que é referido aqui no documento, que um dos fundamentos é a sobrelotação da Escola Secundária de Pombal, e que é referido aqui que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pombal informou que a Escola Secundária de Pombal está sobrelotada, e diz aqui o documento que a criação de mais uma turma não iria roubar alunos, mas que seria uma mais valia. Eu pergunto se o Sr. Presidente confirma essa sobrelotação, que apresente os números relativos a essa sobrelotação da Escola Secundária de Pombal, se é isso que pensa também o Diretor do Agrupamento de Escolas de Pombal. Também pergunto se o Sr. Presidente vê como solução, em caso de haver essa sobrelotação – que desconhecemos – passarem os alunos, os que estão a mais na Escola Secundária – se é que há essa sobrelotação – para o Colégio de Albergaria dos Doze. Também pergunto se essa sobrelotação, a

acontecer, se são alunos da área de abrangência do Externato. Seria pertinente – o Sr. Presidente disse, há pouco, e falou na questão dos cursos profissionais; sim, seria importante alargar a oferta do ensino dessa escola a cursos profissionais, bem pensados e adaptados à realidade económica da região. No entanto, este documento que nos apresentou não fala nisso. O Sr. Presidente, agora, na explicação que deu, falou nesse aspeto, que eu acho relevante, acho importante, sim senhor, e teria todo o nosso apoio. Simplesmente esta proposta não fala nisso, não se refere a esse aspeto sequer.

Relativamente a este assunto, entendemos que a manutenção e o aumento de turmas num contrato de associação têm de ser vistos e revistos com base na realidade que os territórios vão sentindo, e portanto, tudo tem que ser mais fundamentado. E obviamente que se tivéssemos aqui todos os elementos, os pareceres, para tomarmos uma posição, e já que isto vai a votação, seria importante isto estar fundamentado. E portanto, nessa medida, parece-nos que o timing não é o correto, não percebemos a pertinência neste momento, e lá está, entendemos também que a entidade não se dirigiu a nós com esse pedido.

E portanto, termino aqui a minha intervenção."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Liliana Silva, se faz favor."

Liliana Silva (CDS-PP)

"Como é do conhecimento de todos, o CDS-PP de Pombal apoia o alargamento da oferta educativa do Externato Liceal de Albergaria dos Doze. Nós entendemos que o Externato Liceal tem sido um exemplo de resistência, de resiliência, e esta nova abordagem desta problemática, encontrar uma oportunidade num contexto tão difícil como nós sabemos, merece o elogio à Direção. E portanto, da nossa parte, entendemos que esta Assembleia Municipal deve dar todo o seu apoio ao Externato Liceal de Albergaria dos Doze. É inquestionável, eu arrisco-me a dizer que, no fundo, estamos aqui a comparar um bocadinho este problema com o problema da segurança: os problemas efetivamente existem, a sobrelotação da Escola Secundária de Pombal existe, todos nós sabemos as consequências que isso tem tido na vida cotidiana dos alunos, desde a organização das salas, horários, todos os constrangimentos que isso tem trazido, e todos os alunos que nós possamos englobar noutros locais de ensino, será, sem dúvida, uma mais valia para o nosso concelho.

Portanto, não só elogiamos, como damos todo o nosso apoio, e que se encontrem soluções, nomeadamente as do ensino profissional, que também poderá ser uma boa estratégia, não só ligada à resina, mas também enveredar por outros caminhos, talvez a pastorícia, encontrar aqui uma rede de resposta apropriada à região na qual se enquadra o Externato Liceal de Albergaria dos Doze. Obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Presidente da Junta, Manuel Nogueira de Matos."

Manuel Nogueira de Matos (Presidente J.U.F. Santiago, S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze, PPD/PSD)

"Aproveito a oportunidade para cumprimentar a Mesa da Assembleia, a Mesa do Executivo, e todos os presentes nas Bancadas.

Em primeiro lugar, queria frisar, e felicitar até, a iniciativa do Externato Liceal de Albergaria dos Doze, por tentar sobreviver contra todas as adversidades.

Em segundo lugar, queria louvar a iniciativa da Câmara. E eu percebi, e estou perplexo por isso, que apesar de o documento ser simples, mas ser de fácil leitura, não conseguiram, com o acréscimo das palavras do Sr. Presidente da Câmara, entender a motivação e aquilo que se pretende neste momento. Fico perplexo pela interpretação e pela discussão técnica de um documento, quando o

que está em causa é a solidariedade, a coesão social, é o emprego, é o desenvolvimento, e mais perplexo ainda fico por algumas pessoas dizerem que têm uma ligação especial àquele colégio, porque até andaram lá – se calhar, enganaram-se a dar as notas, mas eu não tenho nada a ver com isso.

Mas, terminava dizendo isto: quando se pede solidariedade, apresenta-se do outro lado discussão de documentos técnicos. Não acredito que nenhum dos pais, ou que muito poucos dos pais estejam disponíveis, ou tenham conhecimento para fazer a discussão desses documentos.

E termino aqui, dizendo que aquilo que se pretende era corroborar e transmitir às entidades a preocupação também dos membros da Assembleia. E termino dizendo isto: apesar de não saber o que digo, com amigos destes, venham os inimigos, que eu resolvo melhor a situação."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Sr. Presidente.

Agora, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pombal, Pedro Pimpão."

Pedro Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD)

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu vou correr o risco, se calhar, de me repetir, mas eu queria só destacar aqui dois assuntos, que eu acho que muitas vezes nós nos perdemos, neste e noutros fóruns, com questões de forma, e confundimos com as questões de substância. E isto, não descurando as formalidades, que são muito importantes, eu levei isto na maior das simplicidades, que foi termos conhecimento de uma pretensão de uma instituição de educação no nosso território, instituição esta que já foi alvo da nossa análise coletiva e da nossa solidariedade, que fez com que não houvesse Partidos políticos, numa altura em que a população queria uma resposta das entidades políticas, e as entidades políticas souberam dar as mãos e colocar as divergências político-partidárias de lado, para darem as mãos em prol, no caso concreto, do Externato Liceal de Albergaria dos Doze. E por isso, eu entendi – eu, e creio que a Bancada do PSD entendeu, com essa simplicidade, com essa generosidade, de uma pretensão de uma instituição educativa no nosso território, que já mereceu a nossa solidariedade em momentos antes – e não estamos a falar há muitos anos atrás, estamos a falar neste mandato autárquico, estamos a falar dos nossos eleitos, pessoas com responsabilidade, como aqui foi dito nesta Assembleia Municipal, de nos colocarmos ao lado das pretensões desta instituição educativa em particular, independentemente da sua génese jurídica de constituição.

E o que pretendemos aqui hoje – e por isso é que mal o Eng.º Rodrigues Marques sugeriu à Sra. Presidente que esta proposta fosse votada, nós entendemos que também deveríamos secundar esta posição no sentido de dizer, não só ao Externato, mas a quem vai ter conhecimento da nossa posição, que nós mantemos a nossa posição de reforçar aquela que é a arma mais poderosa que temos no nosso território – já o Nelson Mandela dizia que a educação é a arma mais poderosa que nós temos à nossa mão. Então, vamos valorizar essa arma mais poderosa que nós temos. E valorizando essa arma mais poderosa, é dando condições às nossas instituições educativas de prestarem o maior nível de ensino às suas populações, ao nosso território. E se conseguirmos captar população de fora do nosso território, melhor ainda, porque isso torna o nosso território mais competitivo, como disse o André Tasqueiro na sua intervenção, há bocado. E esta mesma solidariedade que nós estamos a ter hoje com Albergaria dos Doze, como tivemos no passado com o Louriçal, como tivemos com a Redinha, como temos que ter com a Guia, como temos que ter com as Meirinhas – porque se hoje forem à Redinha, percebem a falta que faz termos lá ensino secundária na Redinha, e nas populações à volta da Redinha. E portanto, se nós temos esta possibilidade de hoje, simplesmente – e por isso até estranhei esta tempestade num copo de água, sinceramente estranhei, porque pensava que isto era uma questão muito mais simples, até politicamente é uma questão muito mais simples, porque é uma questão que nos une, não nos separa, ou não nos devia separar, devia unir-nos. Aquilo que aqui estamos a fazer hoje é só

dizermos, naturalmente, à Câmara Municipal, que terá também os seus meios de contato institucionais com o Ministério e com os responsáveis no âmbito do Ministério, mas sobretudo dizermos também à população daquele território que vai continuar a contar com a nossa solidariedade e com o nosso apoio. É isso que estamos a fazer, e é por isso que aceitamos esse repto de submeter esta proposta a votação, reforçar este nosso apoio, e a Bancada do PSD votará favoravelmente, de uma forma muito entusiasta e muito determinada, porque sentimos que é isso o palpitar do nosso território."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Presidente.

Agora dou a palavra ao Presidente Paulo Duarte."

Paulo Duarte (Presidente J.F. Redinha, PS)

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu ouvi com atenção esta problemática toda do Colégio de Albergaria dos Doze, e vou só dizer aqui duas palavras – o Pedro disse agora uma, em relação à Redinha, e eu vou pegar nas palavras do colega José Manuel, quando disse que devíamos estar todos solidários, principalmente com as instituições de ensino, embora privadas, particulares, nas pontas do concelho, porque o José Manuel falou nisso em relação a Albergaria, Louriçal, Meirinhas, e a Redinha, que já "faleceu". Portanto, devemos fazer todos uma análise, porque a Redinha ressentiu-se – o Pedro estava a dizer isso, e eu estou lá – a Redinha ressentiu-se porque, como dizia o José Manuel, o comércio ressente-se, as pessoas afastam-se. Vamos tentar fazer todos os esforços para evitar isto.

Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Presidente.

Sr. Deputado Carlos Lopes, se faz favor."

Carlos Lopes (PS)

"Sra. Presidente, muito obrigado.

Só duas ou três notas, que me parece que são importantes que sejam referidas.

Para dizer, e responder objetivamente ao Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias que é com muito gosto e com muito orgulho que eu fui estudante no Externato Liceal de Albergaria dos Doze. E, Sr. Presidente, não se enganaram nas notas; nós, para termos as notas que tivemos, e para sermos aquilo que somos hoje, trabalhámos, e trabalhámos afincadamente, não havia facilitismo em lado nenhum, merecemos as notas que tivemos. E quando eu lhe disse que o senhor não sabia o que estava a dizer, tem a ver rigorosamente com isto: não se enganaram nas notas. E por lá passou gente que hoje são médicos, são juízes, gente de bem. É um orgulho para todos nós que o Externato Liceal de Albergaria dos Doze tenha formado essa gente. E digo mais, Deus queira que continue a formar. Não há engano nas notas. E pergunte a quem quiser, que por lá tenha passado, se algum professor que lá lecionou se enganou nas notas. Não enganou. Isso é uma ofensa, Sr. Presidente.

Relativamente a outros pontos que aqui foram tratados – e peço desculpa por esta forma entusiasta, mas, de facto, há coisas que mexem connosco, e eu não poderia deixar de o dizer – Sr. Presidente, para lhe dizer que é evidente que ninguém está a pôr em causa a solidariedade que temos com Albergaria dos Doze. Eu disse-o aqui, o que estamos aqui a discutir, nem estamos a fazer discussão técnica de documento nenhum; o que nós estamos aqui a fazer é a apreciação da proposta do Sr. Presidente da Câmara, e é importante que nos centremos nisto. O que nós estamos aqui a fazer, e porque é aquilo que está na ordem de trabalhos, é a apreciação da proposta do Sr. Presidente da Câmara. E nós entendemos – e peço desculpa por me repetir – que, de facto, esta proposta teria feito sentido e seria muito mais pertinente e muito mais útil se tivesse surgido antes deste pedido. Ou seja, se a Assembleia tivesse sido chamada a pronunciar-se antes de ter sido enviado o pedido,

eu acho que, sim senhor, era útil, era pertinente, e daríamos um sinal inequívoco de que este órgão, Assembleia Municipal, estaria ao lado do Externato. Agora, com esta tomada de posição, eu tenho dúvidas de que isso seja útil; tenho dúvidas, porque o pedido está feito – bem ou mal, não nos compete aqui a nós fazermos isso.

E portanto, quando, de facto, nós apresentámos e fizemos estes considerandos, tem a ver, não com o conteúdo do documento, não com a solidariedade para com Albergaria, não é isso; tem a ver só com a proposta do Sr. Presidente da Câmara.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

"Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada, tem de ser rápido."

Célia Cavalheiro (BE)

"Aqui o deputado Pedro Pimpão apela à solidariedade e união de todos. Eu também pensava que a luta contra o racismo, ou o apoio ao feminismo, era uma causa de todos, que uniria todos. E não foi o que aconteceu."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Presidente, se faz favor."

Presidente da Câmara Municipal

"Muito obrigado.

Bem, Srs. Deputados Carlos Lopes e Dra. Elisabete Alves, os senhores não querem rever tudo aquilo que disseram, que é um insulto à vossa inteligência, em que nós todos acreditamos? O exercício que os senhores aqui fizeram é de uma pobreza que não representa a vossa qualidade; não representa. E eu fico tristíssimo com aquilo a que aqui assisti, e sinto que os senhores, entre Albergaria dos Doze, entre Pombal, e o vosso Partido, escolhem o vosso Partido. E vieram num exercício tão artificial, com fundamentos tão rebuscados, com tanta dificuldade de justificar aquilo que vos tenho a dizer, que vou começar por vos fazer perguntas desde o princípio: terá sido o Marega que pediu ao Bloco de Esquerda para trazer cá a moção? Terá sido o Marega? Terá sido a Associação de Pais que pediu para ser aqui apreciada a moção sobre as questões de segurança, ou terá sido a Escola Secundária de Pombal? Ou terá sido a consciência dos Srs. Deputados? Todos falaram do mesmo assunto, não precisa de haver encomendas. Alguma vez esta casa precisou dessa circunstância? Se os Srs. Deputados entendiam que a leitura que a Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu ao documento, de corresponder – podia não ter correspondido – à proposta do Presidente da Câmara, para ele ser aqui discutido, podiam ter começado por dizer: "Sr. Presidente, o tema não deve ser discutido." O Presidente da Câmara só disse: "Acho que é importante a Assembleia, primeiro, conhecer, e segundo, pronunciar-se." A Assembleia não se quer pronunciar, não se pronuncia. Aliás, não há aqui proposta de votação do Eng.º Rodrigues Marques, que nunca falou comigo sobre este assunto – nunca falou comigo sobre este assunto.

Base legal? Foi aqui invocada a base legal? Mas, base legal para quê? Para a Assembleia Municipal fazer aquilo para que existe, que é para se pronunciar sobre os assuntos de interesse para a população do Concelho de Pombal? Nós não precisamos de uma legitimidade especial para nos pronunciarmos sobre este assunto; não precisamos. Mas, precisamos de legitimidade para fazer perguntas sobre o IC2, ou sobre as questões dos meios que existem, da Polícia de Segurança Pública? Faz parte; faz parte, é isso que os cidadãos pedem de vós e de nós, na Câmara, é isto que se pede.

Aproveitamento político? Aproveitamento político é varrer para debaixo do tapete; aproveitamento político é esquecer os assuntos que são incómodos, e este assunto é incómodo, porque vai obrigar as pessoas a ter que decidir. E nessa altura, nós vamos ouvir os fundamentos. E aquilo que parece

que os senhores querem é que não haja essa discussão. Sabe quando é que foi feita a comunicação do Eng.º António do Carmo para a DGEstE? Catorze e cinquenta e seis de hoje. "Sr. Presidente, informo que toda a documentação solicitada pela DGEstE relativa à autorização para o Secundário foi enviada ontem, dentro do prazo, por e-mail e por correio registado." Acha que se a decisão for comunicada à DGEstE na segunda-feira, com as comunicações da Freguesia de Vermoil e de Santiago, S. Simão e Albergaria, há alguma intempestividade? Não há intempestividade nenhuma. Não é importante haver um conforto destes órgãos para dizer "estamos convosco"? Pois, se vão discutir se as cinquenta e sete turmas – cinquenta e sete turmas – que existem na Escola Secundária de Pombal dão ou não dão sobrelotação, isso depois nós podemos discutir. Perguntem aos vossos filhos quais são os horários miseráveis que eles têm, perguntem-lhes; perguntem-lhes quantas horas é que eles ficam na escola, com períodos no meio, porque não conseguem ter transportes, e têm aulas no final do dia, porque no meio do dia não têm salas para terem aulas, perguntem-lhes.

Portanto, não vamos inventar argumentos, como se a questão principal fossem esses fait divers. Não são, a questão é muito simples: ou achamos bem, ou achamos mal, é uma coisa simples. Ou achamos que é importante, ou achamos que não é importante. O espaço que aqui foi dado foi espaço da maior liberdade; a minha comunicação foi escrita sem condicionar a Assembleia de forma nenhuma: "Junto envio cópia do pedido remetido pelo Externato Liceal de Albergaria dos Doze ao Ministério da Educação e Ciência..." – nunca disse que foi à Câmara – "... solicitando autorização para alargamento do ensino secundário naquele estabelecimento a partir do próximo ano letivo. Considerando a importância deste tema..." – que a Assembleia lhe deu – "... para a nossa comunidade e para a coesão do território, solicito..." – proponho eu à Sra. Presidente – "que seja agendado na próxima Assembleia, para que a mesma se possa pronunciar no sentido de apoiar a presente proposta." Sem votação, sem uma proposta de uma moção, não há nada. Não há um documento; ou apoiamos, ou não apoiamos.

Como é que as freguesias que se pronunciaram no mesmo sentido fizeram? Vermoil, ainda assinado pelo Carlos, no dia em que almoçámos, 15 de janeiro, e ele morreu no dia 18: "A Junta de Freguesia de Vermoil não vê qualquer inconveniente, antes pelo contrário, aprova a iniciativa. Inclusive foi solicitado ao Município de Pombal, no ano de 2016, um abrigo de passageiros a ser colocado na Rua da Ribeirinha (...) Prezamos a qualidade da educação." Declaração da União de Freguesias, Manuel Nogueira de Matos, Presidente da União de Freguesias: "Declaro que subscrevo integralmente o teor da proposta apresentada pelo Externato, manifestando todo o apoio e reconhecimento à importância fundamental para o bem da educação, para inverter a desertificação do território no concelho e evitar a morte lenta do tecido produtivo e a desagregação da coesão territorial." Mas, qual é a dificuldade que este documento tem?

Eu confesso-vos, eu fiquei perplexo com o que ouvi. E pensei: "Bem, vamos serenar aqui as coisas, vamos voltar ao princípio", porque é um exercício que eu até acho que é ridículo – desculpem-me a minha franqueza; eu até acho que é ridículo. E mesmo que os senhores tenham dúvidas se ele é útil, eu pergunto-lhes: inútil é que ele não é; inútil é que ele não é. Quem tem que retirar se ele é útil ou não é, alguém vai apreciar; agora, inútil é que ele não é, porque é importante e fortalece a posição deste território, dizendo que nós subscrevemos este apoio.

Depois, vamos às questões técnicas, se depois faltam quatro metros quadrados na sala de aula, e faltam dois degraus nas escadas, isso é outro problema. Agora, eu acho que os senhores prestaram um péssimo serviço à população de Albergaria dos Doze, de Santiago, S. Simão, da área de influência do Externato de Albergaria dos Doze. Os senhores continuam reféns ideologicamente de uma solução castradora, que se não existisse, Dr. Carlos Lopes, o senhor, se calhar, tinha vindo estudar para Pombal, como o Eng.º Rodrigues Marques, apesar de ser mais novo do que ele, sinal de subdesenvolvimento, de falta de investimento e de falta de acreditar. E isso é que me entristece

bastante, quando nós olhamos para estas coisas achamos que são importantes, porque o senhor conseguiu fazer lá a escolaridade obrigatória do seu tempo – aliás, na altura, provavelmente até era o sexto ano, não era o nono – e hoje, temos doze anos, e o senhor acha assim: "Os outros, não interessa nada, eles que vão para Pombal." E vamos aqui discutir se Pombal está, ou não, sobrelotado.

Olhe, tenho muita pena, não é aqui cortesia nenhuma, a Assembleia Municipal pode apreciar o tema sempre que quiser – sempre que quiser – e os senhores não podem sacrificar Pombal ao vosso Partido. Não podem fazê-lo."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Presidente.

Vamos proceder à votação da declaração de apoio. Quem vota contra esta declaração? Quatro (4) votos contra, da Bancada do PS. Quem se abstém? Uma (1) abstenção, do Bloco de Esquerda. Foi esta declaração de apoio aprovada por maioria.

A Assembleia deliberou, por maioria, com quatro votos contra da Bancada do Partido Socialista e uma abstenção do Bloco de Esquerda, aprovar a declaração de apoio proposta.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

Nesta altura o Senhor Deputado Carlos Lopes, pediu a palavra para apresentar a seguinte declaração de voto:

Carlos Lopes (PS)

"Sra. Presidente, nós pretendíamos fazer uma declaração de voto, se me der licença.

A Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal vota contra a proposta do Sr. Presidente da Câmara, dado que:

1. Apoia o alargamento ao ensino secundário da oferta educativa do Externato de Albergaria dos Doze;

2. Está contra o aproveitamento político que se pretende fazer desta questão, que é importante e sensível, e determinante para a existência do Externato;

3. Não foi solicitado pelo Externato qualquer tomada de posição acerca do alargamento ao ensino secundário a este órgão autárquico.

Tenho dito.

Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Sr. Deputado."

Ponto n.º 2.15. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, quer intervir neste ponto? Inscrições aceitam-se. Sr. Presidente Paulo Duarte, se faz favor."

Paulo Duarte (Presidente J.F. Redinha, PS)

"Boa noite, mais uma vez.

Só intervir neste ponto para agradecer ao Executivo Camarário, na pessoa do Sr. Presidente, o apoio que deu à Freguesia da Redinha na aquisição deste terreno, pois vai permitir criar – o fundamento era esse – uma zona de lazer importante para a freguesia. E neste momento, posso dizer que a Freguesia da Redinha já tem um rio e tem uma serra, porque já temos acesso ao rio, coisa que não existia.

Reforçando ainda com o que foi falado no Ponto n.º 2.9 – que eu pedi a palavra, e depois não usei a mesma – este terreno vai ficar muito mais valorizado com a retirada da ETAR que lá está junta, que é um anseio também da população da Redinha, nomeadamente com o saneamento.
Agradecer, só. Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Muito obrigada, Presidente.
Dou agora a palavra ao Sr. Presidente da Pelariga, Nelson Pereira."

Nelson Pereira (Presidente J.F. Pelariga, PPD/PSD)

"Boa noite a todos. Começo por cumprimentar a Presidente da Mesa, o Sr. Presidente, os Srs. Vereadores, e companheiros de debate.
Eu venho para uma intervenção muito rápida. Agradecer à Câmara Municipal o apoio que me deu nestas construções que foram feitas por parte da Junta de Freguesia nas duas pontes que foram feitas no Trilho das Pontes, pois permitem – como muita gente duvida, a Freguesia da Pelariga apoia a prática do BTT, dos caminheiros, e estamos dispostos para apoiar muito mais. E com esta ajuda do Município, consegue-nos apoiar para poder fazer mais iniciativas daquela envergadura que fizemos, com muito orgulho, e que continuaremos a fazer, para que toda a gente possa usufruir da nossa serra com mais gosto e empenho.
Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Presidente.
Presidente Diogo, quer dizer alguma coisa?"

Presidente da Câmara Municipal

"Queria, sim. Muito obrigado, Sra. Presidente.
Eu estava a olhar aqui para a relação dos pontos que aqui estão inscritos, e pergunto se os Srs. Deputados receberam a deliberação municipal da remodelação da Extensão de Saúde de Carnide. Foi recebida? Só para termos a certeza. Pronto, então, para fazer aqui a informação que a Assembleia merece, a proposta que aqui está, quando foi remetida para este ponto, não estava ainda apreciada pela Câmara, foi aprovada ontem por unanimidade. E portanto, neste conjunto da deliberação, o que se pede também é que exista da parte da Assembleia a deliberação para a situação que foi referenciada pela Redinha, a situação referenciada pela Pelariga, e a situação de Carnide."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

"Obrigada, Presidente.
Podemos passar, então, à votação? Quem vota contra o Ponto n.º 2.15? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Então, este ponto foi também aprovado por minuta."

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar os pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal, presentes a esta sessão.
Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto n.º 2.16. Listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do art.º 7.º do Regulamento de atribuição de apoios às freguesias – Para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Quem se inscreve neste ponto? Sr. Presidente Humberto Lopes, tem a palavra."

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD)
"Obrigado, Sra. Presidente.
Eu não consigo agradecer nenhum apoio físico, nenhuma obra, nenhum passeio, mas agradeço o apoio que o Município mais uma vez quis dar às freguesias no projeto Eco-Freguesias. No fundo, todos aqui dizemos, e todos somos amigos do ambiente – está na moda agora a ecologia – mas o Município, uma vez mais, colocou-se ao lado de todas as freguesias do concelho, que na sua grande maioria se inscreveram neste programa. E o pedido que eu faço é que haja apoio técnico também para as freguesias conseguirem elaborar as candidaturas, e a aplicação, depois, dos programas, que é isso que as nossas populações também anseiam, que estes projetos depois cheguem, efetivamente, às suas famílias e trabalhadores, dentro desta área do ambiente.
Portanto, obrigado uma vez mais."
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
"Obrigada, Presidente Humberto.
Presidente Diogo, quer dizer alguma coisa?"
Presidente da Câmara Municipal
"Eu não vou pedir licença, como fez há pouco a Sra. Deputada Célia, porque já não tenho vergonha, mas é importante que a Assembleia saiba que, há pouco, fizemos aqui uma intervenção sobre o Conselho Municipal de Juventude, do Partido Socialista, e sabem quem é que nunca foi aos Conselhos Municipais de Juventude, nos anos de 2018 e 2019? Os representantes do Partido Socialista na Assembleia Municipal. É isto que deve ser aqui dito. Andamos muito preocupados com o número de sessões, fazem-se poucas, e nas poucas que se fazem, nem sequer lá se põe os pés.
Muito obrigado pela vossa atenção."
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
"Muito obrigada, Presidente."
Vamos, então, passar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que seja também aprovado por minuta? Foi também este ponto aprovado por minuta."
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Constituição da Regie Cooperativa.
Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta delibração por minuta, para efeitos de imediata execução.

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu por finalizados os trabalhos, eram 22 horas 30 minutos, tendo-se lavrado a presente ata, que eu Manuel Sobreiro Ferreira (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

A Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: Edite Pascoal